

CIÊNCIAS GERENCIAIS em foco ©

ISSN: 2317-5265 – v. 8, n. 5 (2017) - UEMG – CLÁUDIO

**PRÁTICAS DE RH EM EMPRESAS DO SEGMENTO DE VESTUÁRIO DA
CIDADE DE DIVINÓPOLIS-MG: UM ESTUDO DE CASO.**

Eunice Rabelo Fernandes¹

Elisângela Reis de Almeida Guerra²

Humberto Gomes Pereira³

Jose Marcelo Fraga Rios⁴

RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre as possibilidades e práticas de Recursos Humanos, ressaltando como as mesmas podem ser aplicadas, de maneira estratégica nas empresas do segmento de vestuário da cidade de Divinópolis. Neste sentido, o artigo faz uma breve contextualização sobre a área de Recursos Humanos e suas práticas, do histórico das empresas de confecção da cidade e a apresentação das práticas adotadas em uma dessas empresas. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica, descritiva, qualitativa e de caráter exploratório. Ao final, considera-se que área de Recursos Humanos tende a contribuir para o desenvolvimento das empresas com foco na valorização do capital humano e que sua implantação com a adoção de diferentes práticas, como no caso da empresa pesquisada, demonstra-se úteis tanto aos gestores quanto aos colaboradores.

Palavras-chave: recursos humanos; práticas; organizações; vestuário.

¹Pós-graduando em Gestão de Pessoas e Coaching pela FACED - eunicerabelo@gmail.com

²Professora da Pós-graduação Faced-IPPEX - elisangela.r.a.guerra@gmail.com

³ Professor da Pós-graduação Faced-IPPEX – Humberto.pereira@uemg.br

⁴ Pós graduação Gestão Contábil, Auditoria – mfragarios@gmail.com

ABSTRACT

The present work is aimed to reflect on the possibilities and practices concerning Human Resources, pointing out how they can be strategically applied to the clothing industry in the city of Divinópolis. The article contextualizes the Human Resources area and its practices. It also provides an overview on the history of the clothing industry in the area, besides presenting some of the practices applied in a local company. A qualitative and quantitative literature review with an exploratory approach was developed. As a conclusion, it shows how Human Resources area can contribute to the development of companies with focus on the valuing of Human Capital, and that its implementation through the adoption of different practices, as observed in the investigated company, has proved to be useful to managers as well as to the employees.

.Keywords: Human Resources, practice, organization, clothing.

INTRODUÇÃO

Assuntos como os efeitos da globalização, do desenvolvimento tecnológico e da necessidade de aprimoramento e aperfeiçoamento contínuo dos processos organizacionais para que as empresas consigam se estabelecer e se consolidar no mercado, têm sido objeto de constante discussão nas últimas décadas. A competitividade entre as empresas tem ocorrido de maneira cada vez mais crescente e acirrada, na maioria das vezes por causa destes fatores.

E, neste contexto, de acordo com Santos e Mariano (2012), as organizações estão desenvolvendo modelos capazes de garantir a sua sustentabilidade através do bom relacionamento entre a empresa e o funcionário. E, o que se percebe é que, na maioria das vezes, este relacionamento tende a ser mediado pelo setor e profissionais de Recursos Humanos (RH).

Segundo Chiavenato (2010a), a gestão de pessoas tende a estar focada no capital humano da organização. Sendo assim, o que se percebe é que as práticas de gestão de pessoas incidem uma demanda que vem ampliando o seu espaço e

relevância nas discussões acerca das Ciências, especialmente Administrativas e Humanas, nos últimos anos, exatamente por se tratar de uma tentativa de valorização do capital humano das organizações.

E, esta realidade também está inserida no âmbito das empresas do segmento de vestuário da cidade de Divinópolis, no Centro-Oeste de Minas Gerais (MG), pois é notório que este segmento tende a ser considerado como um dos pilares de sustentação da economia municipal e inclusive regional, uma vez que, a cidade é popularmente conhecida como a ‘capital mineira da moda’.

Neste sentido, a partir dos conceitos e da evolução dos modelos de gestão na perspectiva da área de RH, o intuito do estudo é verificar e procurar, ainda que de maneira sugestiva, apontar algumas práticas e ferramentas de Recursos Humanos que podem ser adotadas como métodos que contribuem para a gestão e desenvolvimento das organizações do segmento de vestuário, bem como para envolvimento e a valorização dos profissionais que neste segmento atuam.

Sendo assim, o artigo tem como objetivo geral refletir sobre as possibilidades e práticas de Recursos Humanos, ressaltando como as mesmas podem ser aplicadas, de maneira estratégica, às empresas do segmento de vestuário da cidade de Divinópolis-MG, apresentando as práticas adotadas em uma dessas empresas. Deste modo, especificadamente, o artigo procura discutir sobre a importância da utilização de práticas de recursos humanos para o desenvolvimento eficiente e sustentável das organizações; demonstrar a relevância das políticas e práticas de RH para a qualificação e desenvolvimento e envolvimento dos profissionais que atuam nas organizações; citar alguns exemplos de políticas, práticas e ferramentas de recursos humanos; e, descrever em bases teóricas e empíricas, com suporte na descrição e no referencial teórico, sugestões de como as políticas, práticas e ferramentas de RH podem ser aplicáveis às organizações do segmento de vestuário da cidade de Divinópolis.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização e fundamentação do trabalho foi uma pesquisa descritiva, que significa a observação de fenômenos procurando observá-los, classificá-los e descrevê-los. Também é qualitativa, pois se baseia em opiniões, expressões, percepções, e, apresenta dados que geram interpretação e reflexão. É de caráter exploratório, pois visa à descoberta e o conhecimento.

Contudo, foi proposto um estudo de caso, com a utilização de entrevistas abertas e semiestruturadas a uma profissional, especialista e consultora da área de recursos humanos, que atua em uma empresa do segmento de vestuário na cidade de Divinópolis, com a intenção de apreender a visão de quem está envolvido nas práticas organizacional e levantar informações sobre as possíveis práticas de RH que podem ser adotadas e executadas dentro do contexto dessas organizações.

É proposta também a realização de uma pesquisa bibliográfica, o que significa uma exploração de fontes bibliográficas e referenciais teóricos sobre a temática escolhida para a elaboração do artigo que tem-se como base os trabalhos de autores como Chiavenato (2010^a e 2010^b), Fleury (2007), Barembilit (2002) e Dutra (2010), além de consultas em artigos disponíveis para consulta em revistas e plataformas *online*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O setor de Recursos Humanos

O setor de Recursos Humanos de uma empresa é uma área que foca as políticas e práticas para a administração e aplicação das pessoas em seu ambiente de trabalho. E, segundo Chiavenato (2010a), o termo RH, ou gestão de pessoas, refere-se a um departamento que presta serviços nas áreas de recrutamento, seleção, treinamento, remuneração, comunicação, higiene, segurança no trabalho, benefícios, etc.

Neste sentido, Santos e Mariano (2012) também apresentam a concepção de que a área de RH é responsável por funções básicas como cuidar do recrutamento, seleção, treinamento, avaliação, remuneração, higiene e segurança do trabalho, bem como de relações trabalhistas e sindicais.

Conforme ressalta Felício (2015), a área de Recursos Humanos evoluiu ao longo dos anos. E a tendência da mesma é deixar de ser um modelo de gestão de departamento de pessoal, burocrático, que tende a lidar, por exemplo, apenas com contratações, controle de ponto, folha de pagamento, entre outros. Passa-se, então, a adotar um modelo mais estratégico, onde as pessoas são consideradas como fundamentais para o sucesso da organização.

Do ponto de vista de Santos e Mariano (2012), a era do conhecimento tende a exigir uma nova estratégia para a relação com pessoas no contexto das organizações. Sendo assim, o que se percebe é que a tendência é de que a operacionalização das práticas de RH passe a ser designadas aos gerentes e coordenadores de cada área.

Nesta perspectiva, as equipes e profissionais de recursos humanos tendem a assumir um papel de consultores internos, ocupando assim posições mais estratégicas na gestão das empresas. Por este entendimento, as pessoas se tornam mais capazes de cumprir metas e alcançar os resultados previamente acordados, orientado por objetivos comuns, pois, conforme Santos e Mariano (2012), elas passam a ser reconhecidas como parceiras da organização.

Entretanto, ao tratarmos sobre o conceito de gestão de pessoas, é interessante ressaltar que, de acordo com Chiavenato (2010), há quatro papéis principais da gestão de pessoas, sendo elas: a administração de estratégias de recursos humanos, que indica como o RH ajuda a impulsionar a estratégia organizacional; a administração da infraestrutura da empresa, que preconiza como o RH pode oferecer uma base de serviços à organização com a proposta de torná-la eficiente e eficaz; a administração da contribuição dos funcionários, que aponta como o RH pode ajudar no envolvimento e comprometimento dos funcionários tornando-os agentes e parceiros da organização; e, por último, a administração da

transformação e da mudança, que aponta como o RH pode contribuir na manutenção de uma organização criativa e inovadora.

Do ponto de vista de Ziliotto (2008), é pertinente repensar as relações existentes no ambiente de trabalho, tornando as posições de empregador e funcionário mais dinâmicas. De acordo com Lima e Torres (2011), o RH tende a apresentar-se nas organizações como colaborador, conselheiro e facilitador na criação, implantação e execução de rotinas, práticas e ações voltadas para os funcionários, e, sempre em parceria com as diversas gerências.

Deste modo, ao pensarmos nas estratégias que objetivam atrair, reter, potencializar e administrar o capital humano de uma organização torna-se importante considerar que, conforme a perspectiva de Santos e Mariano (2012), o desafio maior do setor e do profissional de recursos humanos em uma empresa é alinhar as competências e habilidades dos colaboradores aos objetivos do negócio, sem perder o foco da capacitação em desenvolver as pessoas.

As práticas de RH

Para que o setor de RH possa desempenhar seu papel dentro das organizações é necessário que se estabeleça e execute ações, que necessitam de constante aprimoramento, visando o desenvolvimento das pessoas. Neste sentido, de acordo com Chiavenato (2010a), as práticas de Recursos Humanos podem ser estruturadas em subsistemas, e, quando bem aplicadas possibilitam maior engajamento das empresas no mercado, bem como melhor envolvimento das pessoas no seu ambiente de trabalho.

Baremblytt (2002) define organização como grandes ou pequenos conjuntos de formas materiais que concretizam as opções que as instituições distribuem e enunciam. “Isto é, as instituições não teriam vida, não teriam realidade social senão através das organizações” (BAREMBLYTT, 2002, p.27). Ainda segundo o autor, a Instituição e a Organização só adquirem dinamismo através dos agentes, que são as pessoas, pois são eles que protagonizam as práticas.

Pela concepção de Marques (2016), as práticas de Recursos Humanos são ações implantadas visando à melhoria contínua dos processos internos das empresas. Desta forma, o autor afirma que, de um modo geral, existem ações que podem ser aplicadas pelo setor de recursos humanos RH para que a empresa possa assegurar que seus funcionários tenham condições de trabalho condizentes com os resultados que se deseja alcançar.

Neste sentido, são exemplos de práticas de RH citadas pelo autor: a) Integração de Colaboradores: que consiste na socialização dos novos funcionários à empresa e ao ambiente de trabalho, isto é, em apresentar-lhes sua missão, visão, valores, normas, suas atribuições e processos de trabalho; b) Pesquisa de Clima: que seria um levantamento feito na organização para conhecer a visão de seus colaboradores e melhorar os aspectos relevantes e por eles apontados; c) Avaliação de Desempenho: ferramenta que permite avaliar a performance dos colaboradores e da empresa em relação a determinados aspectos e fazer um mapeamento de seus pontos fortes e de melhoria; d) Investimento em Treinamentos: uma área importante para que a empresa possa expandir suas possibilidades e maximizar seus resultados por meio da ampliação de conhecimentos, experiências, habilidades e competências técnicas e comportamentais dos seus funcionários; e) *Endomarketing*: como sendo uma ferramenta que ajuda a empresa a se comunicar diretamente com seus funcionários e criar um relacionamento interno mais claro e positivo.

Rosenberg (2017), em um estudo sobre gestão do capital humano, destaca que levar uma organização à alta performance não é uma tarefa simples. E, de acordo com o autor, os fatores envolvidos permeiam os processos, a estrutura, as pessoas e a cultura da organização como um todo. O que se percebe é que se trata de questões complexas e quase impossíveis de serem tratadas e aplicadas de maneira isoladas, pois convergem entre si. Contudo, os seus resultados podem ser observados e avaliados por meio das práticas existentes nas organizações que apresentam uma alta performance.

Neste sentido, as práticas tendem a apresentar-se como o caminho que leva ao resultado do bom desempenho, pois, visa o método, o monitoramento, o desenvolvimento e o melhoramento contínuo. Sendo assim, Rosenberg (2017)

ressalta que, adotar uma boa prática é um atalho para a melhoria da performance humana e organizacional, sem que a empresa tenha que passar, obrigatoriamente, pelo lento e arriscado processo de tentativa e erro.

Pela concepção de Lima e Torres (2011), é responsabilidade do funcionário buscar seu desenvolvimento profissional, que pode ser através de formação acadêmica, cursos, treinamentos e capacitações. E, nesta perspectiva, entende-se que cabe então à empresa possibilitar e contribuir com tal processo por meio de políticas de recursos humanos que incentivem estas ações. Ainda de acordo com os autores, em favor da autonomia e do desenvolvimento do funcionário, diversas novas propostas, que beneficiam direta ou indiretamente o mesmo, podem ser requeridas na dimensão das políticas e práticas de recursos humanos.

O setor de Recursos Humanos tende a caracterizar-se por seu interesse não só no desenvolvimento das organizações, mas, principalmente, no comportamento e desenvolvimento das pessoas. E neste sentido, pela concepção de Lins e Zúniga (1998), o RH pode ser compreendido por uma perspectiva tradicional, quanto ao aspecto operacional. Sendo assim, apresenta, por exemplo, como funções básicas o recrutamento e seleção, a avaliação de desempenho, a administração de cargos, salários e carreiras, o treinamento e desenvolvimento, etc.

Entretanto, os autores ressaltam que numa visão não tradicional, que pode ser considerada como uma visão mais estratégica, o RH pode tende a atuar abordando fatores como as relações de trabalho e poder, cultura organizacional, qualidade de vida no trabalho, estresse no trabalho e comprometimento organizacional.

Contudo, é importante sempre considerar que não há um modelo único para a gestão de pessoas. Conforme a perspectiva de Dutra (2010), um modelo de gestão de pessoas eficiente deve envolver um conjunto de conceitos e referenciais que possam oferecer condições de se compreender a realidade organizacional, bem como os instrumentos necessários para o aprimoramento constante da mesma.

Deste modo, o que se percebe é que o fato de algumas empresas não seguirem um modelo de gestão de pessoas integrado, faz com que criem práticas e processos baseados em situações emergenciais, e, muitas vezes conflitantes entre

si. Ainda de acordo com Dutra (2010), é possível constatar casos em que, por exemplo, existam práticas de capacitação e desenvolvimento que não convergem com a prática de remuneração, fazendo com que as políticas tenham atuação independente.

Sendo assim, o ideal à área de gestão de pessoas é que haja articulação entre as práticas de RH existentes e/ou a serem implantadas. Lacombi e Tonelli (2001) ressaltam que se deve considerar sempre o fato de que podemos definir as áreas-chaves para a determinação das mesmas, as quais seriam: o grau de influência e participação do empregado; o fluxo de pessoas contratadas e desligadas; o sistema de recompensas (promoções, benefícios, premiações); e os sistemas que permeiam a organização do trabalho.

O Segmento de indústrias do vestuário de Divinópolis

Sobre o histórico das primeiras confecções na cidade de Divinópolis, faz-se interessante considerar que, de acordo com Bessa (2016), em meados dos anos 1970, Divinópolis possuía 216 (duzentos e dezesseis) estabelecimentos industriais. Já a população da cidade era de 70.688 (setenta mil, seiscentos e oitenta e oito) habitantes, sendo considerada na época, em 7º lugar no Estado de Minas Gerais.

Ainda de acordo com o autor, no final dos anos de 1970, houve uma crise nos setores das siderurgias e ferroviário, que eram setores representativos na cidade, e, tendo ocorrido neste momento, o início da história das indústrias de confecções. Com os maridos desempregados, muitas esposas começaram a trabalhar com costuras em casa para ajudar no orçamento doméstico, e foi assim que, segundo os estudos de Bessa (2016), surgiram as primeiras fábricas de confecção de roupas na cidade.

Neste sentido, o que se percebe é que houve uma tendência de flexibilização da mão de obra e força de trabalho, como uma alternativa mais informal, contudo, produtiva. Pela concepção de Fleury (1987), o período inicial da história de uma

empresa pode ser caracterizado como um período de sobrevivência, sendo esta, tanto no nível da organização, como em termos individuais.

Bessa (2016) ressalta sobre as confecções de Divinópolis, que o negócio que havia começado como alternativa de sobrevivência das famílias, em pouco tempo prosperou. E, diante desse cenário, o mercado e a cultura regional passaram a vislumbrar um novo segmento de trabalho, sendo, neste caso, a mulher a figura principal de atuação.

Deste modo, o que se percebe é que o nicho de mercado foi tornando-se uma boa e crescente opção de investimento. Sendo assim, na medida em que foi ocorrendo à profissionalização das empresas, criou-se o Sindicato das Indústrias do Vestuário de Divinópolis (SINVEDS).

“Criado em 20 de março de 1989 para representar a indústria de confecção do município de Divinópolis-MG. O SINVEDS tem o compromisso de promover o fortalecimento da classe, estimular a competitividade, fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva através de ações estratégicas e, principalmente, ampliar a visibilidade das empresas de Divinópolis no cenário da moda de Minas Gerais e do Brasil.

Neste cenário o SINVEDS está implantando um novo ciclo de projetos visando modernizar as relações econômicas, sociais, culturais e institucionais dando ao setor do vestuário de Divinópolis amplitude, gerando intercâmbios, socializando decisões e escolhas que darão ao setor qualidade no planejamento de ações de desenvolvimento e de progresso que em síntese recupera e valoriza os princípios edificados ao longo dos anos.

O SINVEDS tem em sua trajetória histórica e institucional a tarefa do fomento econômico através da indústria de confecção, que gera emprego e renda a milhares de trabalhadores e trabalhadoras que compõe de forma natural e

decisiva a formação do nosso PIB, dando valores expressivo na formação da nossa RENDA PERCAPTA, gerando divisas e tem em seu perfil o equilíbrio socioeconômico dando ao município a contribuição mais eficaz e efetiva do seu desenvolvimento social.” (SINVEDS, 2017)

Em meados de 2013, Divinópolis é oficialmente apontada em relatório setorial divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) como o maior polo de confecção do Estado de Minas Gerais. O relatório setorial divulgado anualmente FIEMG, realizado pelo Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI), apontou Divinópolis como o primeiro pólo confeccionista do Estado.

Conforme informações do SINVEDS e de acordo com dados atuais (2017) do Sistema Integrado de Gestão da Arrecadação (SIGA), o mesmo que é usado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que é uma base de dados sobre a Receita da Contribuição Compulsória do Sistema Indústria, o segmento de confecções conta hoje, em Divinópolis, com 696 (seiscentas e noventa e seis) empresas, gerando 4.757 (quatro mil, setecentos e cinquenta e sete) empregos diretos.

É interessante ressaltar que as informações atuais do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2017), apontam que o mercado da moda é o que mais cresce no Brasil. E, ainda de acordo com o SEBRAE (2017), em Minas Gerais, a maioria dos empreendedores que atuam com tendências no setor da moda trabalha com confecção de roupas, uma vez que MG é referência no assunto.

Segundo a concepção de Cunha (2013), o setor de confecção do vestuário tem relevância na economia mineira, mais especificamente em alguns municípios do Estado e a perspectiva de ampliação desse setor evidencia a necessidade de pesquisas que voltem seus objetivos para a análise e compreensão dos elementos dessa cadeia estrutural, comercial e produtiva.

Resultados da pesquisa

Na intenção de um melhor entendimento sobre como o RH e suas práticas podem estar dispostos e ser aplicáveis às empresas do segmento de vestuário, que é tão representativo para a cidade de Divinópolis-MG, o presente trabalho propôs um estudo de caso. Para a elaboração do artigo, fez-se necessário uma pesquisa empírica que ocorreu no mês de outubro do ano de 2017. Para a realização desta foi realizada entrevista semiestruturada com uma consultora de RH que atua diretamente em uma tradicional empresa do ramo de vestuário da cidade de Divinópolis-MG.

A finalidade da entrevista foi levantar informações atuais e reais, com um profissional de recursos humanos inserido no contexto de uma organização do segmento de vestuário. Assim, acredita-se que se obtém um modelo e/ou exemplo empírico para verificar se o ramo das indústrias de vestuário é um segmento com potencial humano a ser explorado e desenvolvido pelos profissionais da área de recursos humanos.

Ao levantarmos um pouco da história da referida empresa escolhida para a pesquisa, faz-se interessante lembrar a perspectiva de Aragão (2016) de que “toda empresa nasce de um sonho ou de uma ideia, normalmente do empreendedor, que com muita ação e coragem o transforma em um negócio, traduzidos em produtos e/ou serviços” (ARAGÃO, 2016, p.2).

Outro ponto importante a considerar é que a empresa é de perfil familiar, sendo o marido e sua esposa os fundadores e proprietários, porém na gestão da mesma trabalham seus dois filhos e dois dos irmãos do marido.

O início do negócio se deu há cerca de 30 (trinta) anos, com a utilização de algumas máquinas e capital emprestados. A indústria começou fabricando camisas populares, voltadas para o público de classes econômicas C e D. A empresa desenvolveu-se ao longo dos anos e atualmente possui uma fábrica com aproximadamente 60 (sessenta) funcionários, com *showroom* para vendas de atacado, localizada na entrada da cidade de Divinópolis, além de outras cinco lojas, localizadas nos *shoppings* e no centro da cidade, voltadas para vendas no atacado e varejo.

De acordo com a pesquisa sobre práticas de recursos humanos realizada com a atual consultora de RH da empresa, a mesma afirma que, quando há demanda de novas contratações, realiza um processo formalizado de recrutamento e seleção: *“a solicitação do candidato, divulgação da vaga, triagem dos currículos, entrevista psicológica e entrevista técnica, análises, aplicação de testes psicológicos, análise, referência dos candidatos e a decisão final”*, utilizando técnicas e procedimentos acima

Já com relação ao questionamento feito sobre como os funcionários tomam conhecimento das atividades que irão realizar na empresa a consultora explica que já implantou um ‘Programa de Socialização’. Segundo ela (2017), *“neste treinamento, os novos funcionários são integrados à cultura, políticas, normas, contexto e às suas atividades”*. A entrevistada ressalta e enfatiza a importância deste processo que atualmente está sendo realizado, *“para que os novatos possam conhecer a empresa e atender suas expectativas”*.

Ainda de acordo com a consultora de RH, atualmente na empresa foram implantados, além do Treinamento de Integração, alguns procedimentos técnicos sobre as atividades a serem executadas no dia a dia, para melhor desempenho dos funcionários. Neste sentido, faz-se importante considerar a reflexão de Felício (2015), pois, a falta de mão-de-obra qualificada é um dos grandes problemas do mercado na atualidade, e, para reverter este problema, as organizações têm investido no desenvolvimento de seus colaboradores, com ações de treinamento.

Pela concepção de Chiavenato (2010a), o segredo das organizações bem sucedidas é saber consolidar, replicar e reciclar o conhecimento entre seus funcionários. E isto implica em uma necessidade constante de se treinar, preparar e desenvolvê-los para que tenham condições de lidar com as frequentes mudanças, na maioria das vezes impostas pelas inovações tecnológicas e/ou de processos.

Santos e Mariano (2012) destacam que as recompensas diretas, como o salário, e indiretas, como é o caso dos benefícios, são um aspecto visível e relevante das relações de trabalho, pois, as mesmas explicitam ao que é valorizado, ao desempenho esperado, aos prazos previstos e à equidade.

Sendo assim, torna-se imprescindível considerar que, de fato, os gestores de recursos humanos devem estar conscientes da necessidade de se comunicar, de maneira eficaz e frequentemente, quais são as expectativas que existem na relação entre empregado e empregador, bem como, por exemplo, quais serão os benefícios oferecidos aos colaboradores em troca das suas contribuições com o seu trabalho.

Sobre este aspecto, de como é estipulada, repassada e informada a remuneração dos profissionais, a consultora de RH entrevistada (2017) explica que *“a remuneração oferecida está de acordo com o que a convenção coletiva exige para cada função”*. Quanto aos benefícios, a empresa oferece atualmente: *“parceria de desconto em clínica odontológica, parceria com papelaria (na compra de materiais escolares) e farmácia conveniada”*

Faz-se importante considerar também a preocupação visível da consultora de RH entrevistada quanto às condições de trabalho dos funcionários que atuam na referida empresa, pois em uma de suas falas ela afirma que: *“Preocupamos em manter um ambiente limpo, agradável e organizado”* (2017). Quanto à segurança, ela coloca que *“há cargos em que os funcionários precisam usar os EPI’s, e, fazemos sempre o controle e monitoramento do uso dos EPI’s”*.

Outra ferramenta citada pela consultora e que está sendo utilizada é a *“entrevista de desligamento”*, uma entrevista é realizada com os funcionários que, seja por qual motivo for, estejam se desligando da empresa. Por esta ferramenta, é possível captar as percepções dos mesmos para possíveis ajustes e melhoria de processos internos. Sobre este aspecto, ela salienta também que *“geralmente os funcionários que são demitidos, são aqueles que não estão respeitando as normas, regras e condutas da empresa”* (2017). Para estes casos, ela explica que é realizado um acompanhamento, sendo avaliado o comportamento dos funcionários no dia a dia de trabalho.

A profissional de RH explica está atuando há cerca de um ano na empresa, e que pelo pouco tempo as políticas e práticas de recursos humanos estão ainda em processo de implantação. Neste sentido, ainda não há descrição e análise formal dos cargos existentes, e está em processo de elaboração o organograma com vistas a definir os níveis hierárquicos, de autoridade, responsabilidade e área de atuação.

Conforme a perspectiva de Fleury (2007), no campo das relações de trabalho, qualquer proposta de mudança ou melhoria que visa potencializar novos padrões de relações, deverá, de maneira cautelosa, recriar e tecer uma nova cultura organizacional.

Desta forma, de acordo com o entendimento de Aragão (2016), a tendência é que haja mudanças cada vez mais significativas e frequentes no mercado de trabalho, pois estas mudanças estão impulsionadas pela força da tecnologia, da globalização e da sociedade como um todo. E, de fato, as empresas precisam estar em constante inovação para acompanhar este processo.

Ao se refletir sobre as possibilidades e práticas de RH para empresas do segmento de confecção na cidade de Divinópolis/MG, ramo escolhido devido à sua representatividade para a economia local e regional, verifica-se que o setor de Recursos Humanos possui um papel estratégico dentro das organizações, e tende a fomentar o crescimento e desenvolvimento das mesmas.

Neste sentido, acredita-se que a atuação do RH nesse processo de planejamento estratégico ocorre através do fornecimento de informações e de orientações que visam subsidiar nas tomadas de decisões. E, para isto, o setor de RH conta com uma gama de ferramentas importantes que devem ser desenvolvidas de forma que as informações obtidas e transmitidas sejam realistas e mensuráveis.

Para que o setor de RH possa desempenhar seu papel de maneira estratégica, atuando em empresas do segmento de confecções, os profissionais que nele atuam precisam, primeiramente, conhecer esse segmento. Além disso, devem ter conhecimento e saber utilizar as ferramentas próprias do RH, que podem estar dispostas nos programas e subsistemas, adaptando-as à realidade de cada empresa, para colaborar com o desenvolvimento eficiente da organização como um todo.

Quanto às práticas de RH adotadas na empresa pesquisada, percebe-se que a mesma está passando por um período de adaptação às aplicações práticas das atividades desempenhadas pelo setor de recursos humanos que está sendo

implantado, por meio das ações propostas pela consultoria de RH. É importante ressaltar que algumas práticas já adotadas, como o recrutamento e seleção, o “Programa de Socialização”, os treinamentos técnicos, a entrevista de desligamento e ações que visam a segurança e higiene no trabalho, já surtem efeitos positivos dentro da empresa.

Neste sentido, é notório que as práticas de recursos humanos podem ser aplicadas nas empresas do segmento de vestuário, uma vez que, a tendência é de que estas empresas precisem estar em constante inovação para acompanhar o atual mercado da moda, uma vez que essas práticas são úteis tanto aos gestores quanto aos colaboradores favorecendo a relação e a adaptação dos mesmos.

Desta forma, o caminho está aberto para outras discussões sobre o tema, pois, é importante salientar, mais uma vez, que este estudo tem um caráter exploratório, por incorporar dados empíricos e reflexões sobre as práticas de RH no segmento do vestuário, no intuito de ressaltar a relevância do capital humano nas organizações.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, S. **Diálogos e desafios em tempos de incerteza**. Assunto: RH. Órgão informativo da Associação Brasileira de Recursos Humanos de Minas Gerais – ABRHMG. n 39.Dez. 2016. Disponível em: <<http://www.abrh.org.br>>. Acesso em: 14 out. 2017.

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes; teoria e prática**. 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari. 2002.

BESSA, R. **Processos produtivos do polo confeccionista de vestuário de Divinópolis**. 2016. Disponível em: <<http://www.coloquiomoda.com.br>>. Acesso em: 30 set. 2017.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**. O capital humano nas organizações. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2010 (a).

_____, I. **Gestão de Pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2010 (b).

CUNHA, M. dos A. B. **Inovação no setor de confecção do vestuário**: uma análise das características das indústrias de Divinópolis-MG. 2013. 161p. Instituto de Educação Continuada e Pesquisa.. Mestrado em Administração. Centro Universitário UNA. Divinópolis-MG. 2013. Disponível em:

<<http://www.mestradoemadm.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Maria-dos-Anjos-Berigo-Cunha.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

DUTRA, J. S. **Competências**. Conceitos e Instrumentos para a Gestão de Pessoas na Empresa Moderna. São Paulo: Atlas, 2010.

FELICIO, J. C. de S. M. **Os processos de RH**: uma visão estratégica. set. 2015. disponível em: <<http://www.rhportal.com.br>>. Acesso em Jun. 2017.

FLEURY, M. T. L. **Cultura e poder nas organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2007.

FLEURY, M. T. L. Estórias, mitos heróis – cultura organizacional e relações de trabalho. **Revista de Administração de empresas**. São Paulo. Vol. 27. n 4. Dez 1987.

LACOMBE, B. M. B.; TONELLI, M. J. O discurso e a prática: o que nos dizem os especialistas e o que nos mostram as práticas das empresas sobre os modelos de

gestão de recursos humanos. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba. Vol 5. n.2. Ag 2001.

LIMA, F. C.; TORRES, C. C Reflexões sobre as políticas de gestão de recursos humanos. **Caderno de Psicologia Social do Trabalho**. Natal, RN, vol. 14; n.2; p. 227-240, fev 2011.

LINS, C. R. G.; ZÚNIGA, M. **Administração de Recursos Humanos: teoria geral e prática em empresas mineiras**. (1988). Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/1998/dwn/enanpad1998-rh>>. Acesso em: 22 set 2017.

MARQUES, J. R. **5 Principais Práticas de recursos Humanos que sua Empresa Precisa Ter**. Abril 2016. Disponível em: <<http://www.jrmcoaching.com.br/blog>>. Acesso em: 12 set 2017.

ROSENBERG, M. **Questões críticas na gestão do capital humano**. 3 ed. Abril 2017. Disponível em: <<http://www.abrh.org.br>>. Acesso em: 19 set. 2017.

SANTOS, S. A. G. D. A.; MARIANO, A. M. **Da administração de recursos humanos à gestão de pessoas: integração à estratégia para garantir o crescimento sustentável da organização**. set. 2012. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/276410159>> Acesso em: 24 jun. 2017.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Dicas de sucesso para negócios de moda**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mg/artigos/dicas-de-sucesso-para-negocios-de-moda,29ed968c4222>>. Acesso em: 04 out 2017.

SINDICATO DAS INDUSTRIAS DO VESTUÁRIO DE DIVINÓPOLIS (SINVEDS).

Dados institucionais. Disponível em: <<http://www.sinvesd.com.br>>. Acesso em: 19 out. 2017.

ZILLOTTO, D. M. Psicologia, saúde e trabalho: Demandas e ofertas da psicologia do trabalho hoje. In: PLONER, K. S. *et al.*, org. **Ética e paradigmas na Psicologia social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 207-215. ISBN: 978-85-99662-85-4.

DÉBITOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS E A UTILIZAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO POR CONTRIBUINTES NA CIDADE DE ARCOS/MG

Cristina Gonçalves Bretas¹

Humberto Gomes Pereira²

José Marcelo Fraga Rios³

RESUMO: Este artigo tem como objetivo geral fazer uma análise da utilização do Processo Administrativo Tributário no município de Arcos/MG; sua celeridade e praticidade; tendo como foco, o princípio da verdade material para alcançar de forma simples e sucinta um contato com o contribuinte e um retorno satisfatório para a fazenda municipal, aliviando o sistema judiciário de execuções fiscais morosas e rápido retorno pecuniário aos cofres públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Processo Administrativo Tributário. Celeridade. Praticidade. Verdade Material. Contribuinte. Fazenda Municipal.

ABSTRACT

ABSTRACT: This article has as general objective to make an analysis of the administrative tax procedure in the municipality of Arcos/MG; its speed and its practicality; focusing on the principle of material truth to achieve in a way simple and succinct a contact with the taxpayer and a satisfactory return to a municipal collection, alleviating the judicial system of tax executions delayed and fast pecuniary return to the public coffers

KEY WORDS: Administrative Tax Procedure. Celerity. Practicality. Truth Material. Taxpayer. Municipal Revenue

¹ Pós-graduanda em Direito Tributário pela Faced – cgbretas@yahoo.com.br

² Professor Ms. Humberto Gomes Pereira da Pós-graduação Faced-IPPEX – humberto.pereira@uemg.br

³ Pós-graduando em Gestão Contábil, Auditoria e Controladoria pela FACED – mfragarios@gmail.com

INTRODUÇÃO

O sistema judiciário brasileiro em tempos atuais passa por uma sobrecarga de processos, onde há uma demanda de ajuizamento de ações maior que a capacidade dos serventuários judiciários possa atuar, tendo assim como consequência uma justiça morosa, muitas das vezes arrastando por anos questões de fácil resolução e que, por vias administrativas, seriam simples e de baixo custo para ambas as partes da lide. O Processo Administrativo Tributário simplesmente é a possibilidade de acertamento da relação tributária entre fazenda municipal e contribuinte, sendo assim diferente do processo judicial. Está previsto no art. 5º, LV da Constituição Federal, no Código Tributário Nacional e na legislação específica de cada ente. É muito utilizado nas esferas Estaduais e Federais, onde os órgãos fiscalizadores possuem câmaras próprias para julgamento. Já em municípios de médio porte, como é o caso do município de Arcos/MG, a utilização do Processo Administrativo Tributário ainda é um tabu, pois as informações muitas das vezes não são repassadas pelos funcionários fazendários aos contribuintes ou não possuem qualificação adequada ou ainda compreendem que o ajuizamento de execuções fiscais seria a forma mais viável para o ente municipal solucionar as questões dos débitos tributários. A ideia central da Constituição vigente é assegurar no processo administrativo o direito à ampla defesa, publicidade, eficiência e principalmente a duração razoável, dentre outros princípios. Vale a pena ressaltar que o processo administrativo existe princípio da verdade material, ou seja, analisar o caso em si, evitando muitas das vezes o excesso de formalidade (o que não se encontra nos autos não pode ser julgado), o que muitas vezes prejudica o contribuinte. Sendo assim, essa é a vantagem que o contribuinte tem no Processo Administrativo Tributário, pois nele qualquer elemento pode servir de prova, mesmo sem pertencer ao processo em si, uma vez que todos os elementos devem ter o intuito da verdade, uma decisão justa, enquanto no processo judicial apenas o que se encontra nos autos deve ser avaliado para a decisão.

Quais seriam as resistências da administração pública municipal em investir nos Processos Administrativos Tributários em face da verdade material?

Nesse sentido, esse estudo foi realizado através de pesquisa aberta, uma vez que foram entrevistados funcionários efetivos do município de Arcos que atuam na área tributária da administração municipal e pesquisa bibliográfica.

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

O tributo é uma prestação pecuniária compulsória, em moeda ou bens que possam ser convertidos em moeda, instituído por lei e cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada, que não se origina de um ato ilícito, conforme art. 3^o do Código Tributário Nacional.

É uma prestação pecuniária porque se deve pagá-la com dinheiro ou bens passíveis de conversão em dinheiro, sendo proibido o pagamento de tributos por meio de trabalho ou serviço.

A prestação é compulsória porque não depende da vontade dos contribuintes ou do Estado. Quando a lei afirma que um determinado fato configura a hipótese de incidência de determinado tributo, a pessoa que praticou aquele fato fica automaticamente obrigada a pagar.

O crédito tributário é o valor devido a título de tributo, ou seja, a obrigação tributária principal. Nesse sentido, Hugo de Brito Machado esclarece:

O crédito tributário, portanto, é o vínculo jurídico, de natureza obrigacional, por força do qual o Estado (sujeito ativo) pode exigir do particular, o contribuinte ou responsável (sujeito passivo), o pagamento do tributo ou da penalidade pecuniária (objeto da relação obrigacional). (MACHADO, p. 173, 2011)

Diante da forma federativa utilizada em nosso país, a Constituição Federal repartiu a competência tributária entre os entes federativos. A competência tributária nada mais é do que a capacidade do ente em instituir, lançar e cobrar os tributos.

Embora o município tenha autonomia plena para instituir e disciplinar os tributos atribuídos pela Constituição Federal à sua competência, a legislação municipal deverá observar todas aquelas limitações, porque a Constituição Federal é

a lei máxima no sistema jurídico brasileiro; e toda legislação que a ela não se adapta é inválida.

Segundo Harada (2009), devido ao princípio federativo que possibilita a autonomia e independência de cada entidade tributante, não existe um Código de Direito Administrativo, por isso deverá ser analisado a legislação adjetiva de cada esfera imposta, aplicável à espécie, pois a própria legislação material instituidora do imposto poderá prever a forma de desenvolvimento o processo administrativo.

PROCESSO TRIBUTÁRIO

O processo tributário é o conjunto de atos administrativos e judiciais dispostos, com o objetivo de apurar a obrigação tributária ou descumprimento desta, tendentes a dissipar controvérsias entre o fisco e o contribuinte.

Servindo de condução para as normas de direito tributário, analisando o fato para revelar o débito ou indébito. Sendo dividido em duas espécies: procedimento administrativo tributário e processo judicial tributário.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO E PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

O procedimento administrativo tributário, que é desenvolvido na própria repartição fiscal, tem por finalidade resolver as possíveis controvérsias entre o fisco e o contribuinte.

Nesse entendimento, Hugo de Brito Machado:

Daí a instituição de um processo administrativo fiscal, destinado a regular a prática dos atos da administração e do contribuinte no que se pode chamar acertamento da relação tributária. (MACHADO, p. 457, 2011).

O procedimento administrativo tributário é muitas das vezes conceituado como todo aquele procedimento que se destina à determinação, exigência ou dispensa do crédito fiscal, bem como a fixação do alcance de normas de tributação sobre os casos concretos pelo órgão competente, ou a imposição de penalidades ao contribuinte. Entende-se ainda com o processo de controle, lançamento e consulta, outorga, isenção, punição, ou seja, processos por infração fiscal.

Sendo assim, procedimentos administrativos de cobrança são todos os processos que permitem a satisfação do crédito diretamente perante o município, dispensando a necessidade de ajuizamento da ação de execução fiscal.

Uma vez esgotadas todas as possibilidades de cobrança administrativa do crédito fiscal, sem o seu êxito, restam ao município a via judicial para obterá satisfação do seu crédito.

Essa cobrança é realizada através do processo de execução fiscal ou ação de execução fiscal, que são denominações ambíguas para se falar do mesmo procedimento.

Procedimento administrativo de cobrança entende-se como o conjunto de atos que se realizam desde a constituição do crédito até a sua satisfação, por conta do contribuinte.

A cobrança por via judicial, sendo a última alternativa apresentada, embora seja uma solução legal e adequada aos casos de inadimplemento do crédito tributário, em geral tal medida não possui sempre efetividade, devido à demora resultado de um trâmite judicial e além do que depende de vários fatores alheios a vontade dos agentes fiscalizadores.

Por isso, a utilização por via administrativa, como forma de buscar a cobrança dos créditos tributários de inadimplentes, ainda é uma medida prática e atrativa, podendo ser utilizadas campanhas por parte do fisco com o propósito de alcançar satisfação do crédito tributário.

Ressaltando ainda, a possibilidade de parcelamentos, como forma de permitir que o contribuinte consiga a extinção do seu inadimplemento. Sendo é lógico, a criação de legislação específica para tal, bem como a conscientização para com o contribuinte, demonstrando os benefícios pelo cumprimento de suas obrigações tributárias.

Onde juntamente com o parcelamento, o contribuinte confessará a dívida fiscal, ou seja, reconhecerá que é devedor da importância apontada. Sendo importante uma vez que tem o condão de interromper a prescrição pelo ato do reconhecimento da dívida.

CONDUÇÃO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO

O processo tributário em si é o resultado de várias ações e etapas que começam necessariamente com a constituição do crédito tributário.

Segundo Torres (2009), o fiscal municipal é um agente de arrecadação e por isso tem como obrigação estar ciente de cada atividade econômica, bem como legislações no âmbito municipal, estadual e federal e ainda, a jurisprudência existente, para que não haja litígios desnecessários e errôneos.

Vale ressaltar que, muitas das vezes o fiscal encontra resistência por parte do contribuinte durante a condução de um processo tributário, o que é a grande causa desses procedimentos se tornarem execuções fiscais.

O cumprimento de rotinas na fiscalização tributária garante a regularidade nos lançamentos dos tributos, confere credibilidade à administração pública e evita a futura arguição de nulidades.

As etapas arguidas por um fiscal são auxiliadas por uma base de dados cadastrais que contribuem para a efetividade da atividade da arrecadação, bem como softwares e programas que facilitam e agilizam o trabalho que antes eram feitos manualmente.

O artigo 196 do Código Tributário Nacional remete sobre a obrigação do agente fiscalizador em lavrar termo de início do procedimento fiscal, sendo ele de suma importância para contagem de tempo na prescrição e decadência bem como garantir a validade de provas e regularidade da diligência.

A UTILIZAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PELO CONTRIBUINTE E SUA DEFESA

Quando o contribuinte exerce o seu direito de defesa, em nível administrativo, a autoridade que conduz o processo deverá autuá-la, a fim de considerar as razões do contribuinte, apresentadas na defesa.

Vale ressaltar que nessa primeira etapa, pode-se apresentar a solução do caso ainda em nível administrativo.

Atualmente, entende-se que para lavratura do auto de infração, deve-se garantir primeiramente o direito de defesa do contribuinte, sob pena de nulidade, uma vez que, a notificação ao sujeito devedor é obrigatória. Caso isso não ocorra, pode gerar nulidade não só no processo administrativo bem como o próprio lançamento.

O contribuinte possui em seu favor a ampla possibilidade de produção de provas no curso do processo administrativo tributário ratificando a legitimação dos princípios da ampla defesa, do devido processo legal e da verdade material.

MOROSIDADE JUDICIAL

Muitas causas podem ser apontadas como possíveis explicações para a morosidade judicial em pleno século XXI: o processo (recursos, intervenções), a carreira dos juízes, promotores (critérios de promoção), os honorários advocatícios

(a forma de cobrança), a quantidade de advogados, a falta de serventuários, prazos em excesso, enfim uma variável de prerrogativas para explicar algo que se tornou regra e não exceção nas comarcas de todo o Brasil.

Segundo a ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça no ano de 2014, a morosidade processual no Poder Judiciário foi a reclamação de quase metade dos cidadãos que procuraram o órgão, que atua como canal de comunicação entre o Conselho e a população.

Dados do Relatório Justiça em números, divulgado pelo CNJ, demonstram que a taxa de congestionamento do Judiciário, em 2013, foi de 70,9%, ou seja, de cada 100 processos que tramitaram na Justiça no período, aproximadamente 29 foram baixados. Segundo o relatório, a alta taxa de congestionamento é causada, em grande parte, pela quantidade de processos pendentes na fase de execução da primeira instância.

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO TRIBUTÁRIO

Todo processo, seja ele administrativo ou judicial, orienta-se pelos princípios constitucionais:

- Ampla defesa: direito de apresentar razões, ou seja, argumentos: apresentar provas, produzir provas, direito de recorrer, direito a representação técnica;
- Contraditório: envolve o direito de manifestar-se sobre alegações da parte contrária, direito de participar da produção de prova;
- Necessidade: deve-se optar por aquela menos gravosa;
- Adequação: existindo várias medidas possíveis, o fisco deve adotar aquela que atinge a finalidade, objetivando o fim. Sendo o equilíbrio do Estado em atingir o fim desejado e as eventuais adversidades geradas para o alcance da meta;

- Justa medida: Em termos práticos, pode-se afirmar que o princípio da capacidade contributiva objetiva preservar a eficácia da lei tributária com a carga tributária condizente e suportável ao contribuinte, na medida de suas possibilidades, posto que descabida uma tributação excessivamente onerosa que compromete a própria subsistência do contribuinte;
- O princípio da igualdade previsto no art. 150, da Constituição Federal, dispõe que é vedado instituir tratamento desigual entre contribuintes de situação equivalente;
- Princípio da celeridade: por força da Emenda Constitucional nº 45, promulgada em 08.12.2004, acrescido ao artigo 5.º o inciso LXXVIII, na chamada Reforma do judiciário: “A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”. (BRASIL, 2004)
- Princípio da verdade material: pelo qual busca-se apurar os fatos através de todos os tipos de provas lícitas, que podem ser trazidas ao processo em qualquer tempo; o que é diferente do processo judicial, uma vez que esta busca a verdade formal dos fatos.

3.2.4. FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Os agentes fiscalizadores têm como função garantir a concretização do crédito tributário, proporcionando o maior retorno possível dos créditos constituídos.

Uma vez que a eficácia e eficiência da administração pública dependem da quantidade e da qualidade de informações disponíveis, o que é possível através da fiscalização tributária.

Sendo fundamental para isso um sistema de informações cadastrais sempre atualizados, para que o fisco possa efetuar um controle adequado com relação aos

recolhimentos tributários. O fisco cobra tributos porque tem competência federativa para tal função.

. DESENVOLVIMENTO

Entre os anos de 2012 a 2016, foram abertos cerca de 250 processos administrativos tributários - PAT segundo informações da fiscal tributária municipal de Arcos/MG., podendo ser considerado alto esse número para um município que “engatinha” em relação a esta questão tributária.

Vale ressaltar que, a maioria ainda está em andamento, pois ainda não houve a satisfação desse crédito tributário, transformando-se assim alguns em execuções fiscais que estão a mercês da morosidade judicial para a quitação dessa dívida por parte dos contribuintes.

Ainda segundo a fiscal municipal, a dívida ativa do município está em torno de 07 milhões e a mesma nunca foi trabalhada, apenas nos últimos 05 anos que se começou um trabalho inovador, porém lento, que é afetado pelas opiniões divergentes dos chefes dos executivos com as trocas de gestão. Observando-se que o município durante esses cinco anos apontados, teve 03 chefes de executivos diferentes, devido a processos eleitorais em andamentos.

Devido a essa situação eleitoral atípica, a falta de funcionalismo público competente, softwares atualizados e, entendimento do próprio contribuinte sobre suas obrigações tributárias, os cofres públicos do município com essa dívida ativa neste valor exorbitante supracitado.

4.1. SETOR TRIBUTÁRIO NO MUNICÍPIO DE ARCOS/MG.

O município de Arcos possui uma população de cerca de 40 mil habitantes, encontra-se situado no polo calcário e fabricação de cimentos, cal e matéria prima

para construção e, possui apenas 01 fiscais tributário, 02 procuradoras municipais, 01 advogados e mais uma equipe de cerca de 10 funcionários para a fiscalização arrecadatória municipal além das empresas, ressaltando que, as procuradoras citadas, ainda são responsáveis por todos os processos referentes ao município e sua gestão.

Em uma análise crítica para um município que teve para o ano de 2016 uma estimativa de arrecadação de 104 milhões, o mesmo possui uma equipe fiscalizatória pequena e sobrecarregada, que se desdobra ainda no atendimento ao contribuinte e, uma carga horária semanal obrigatória de 30 horas.

Sendo assim, chega a ser surreal que uma equipe dessa fiscalize milimetricamente todos os contratos, empresas, arrecadação, dívida ativa, lançamento, prescrição e decadência do setor tributário.

4.2. OS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E AS EXECUÇÕES FISCAIS

Segundo o setor de fiscalização tributária do município, até dezembro/2016 foram iniciados 250 processos administrativos tributários.

Destes 250 processos iniciados, 123 tiveram satisfação tributária na fase de administrativa e 102 encontra-se em fase de negociação, ressaltando que ainda em fase administrativa.

Dentre o período estabelecido para análise de estudo, ou seja, 2012 a 2016 foram ajuizadas 25 execuções fiscais na comarca de Arcos/MG., sendo que destas protocolizadas, apenas 05 foram finalizadas em razão da satisfação do débito exequendo, segundo dados da Procuradoria Municipal de Arcos/MG.

Em relação as que se encontra em andamento, não há então até a presente data, perspectiva de quitação, uma vez que a maioria são empresas a beira da decretação de falência ou contribuintes que não possuem quaisquer tipos de bens

passíveis de penhora, ficando assim sempre à espera da possibilidade de bens para finalização de tais ações.

Questionada pelo baixo índice de execuções fiscais em andamento em face ao alto valor da dívida já citada, a procuradora informou que diversos fatores influenciam no ajuizamento dessas ações, como organização politicamente correta dos processos administrativos evitando assim nulidades, a troca atípica de três chefes de executivo em cinco anos e sua política de governo e servidores públicos sem formação adequada para diligências.

No geral a instauração e tramitação do processo administrativo tributário municipal seguem as mesmas orientações traçadas pelas legislações estaduais e federais, pois os princípios aplicáveis são os mesmos devidos serem cominados pela Constituição Federal vigente.

4.3. MOROSIDADE JUDICIAL DA COMARCA DE ARCOS/MG.

É notório que a morosidade judicial não é um problema apenas da comarca de Arcos e sim da maioria das comarcas brasileiras.

A comarca de Arcos abrange dois municípios: Arcos e Pains. Possui duas varas e duas promotorias.

Como é uma comarca vista para ascensão de carreira judiciária, há em contrapartida uma alta rotatividade de nomeações tanto para juízes quanto promotores, sendo assim, até que saia uma nova nomeação, a comarca chega a ficar meses com juízes ou promotores temporários ou de apoio. Sendo assim um transtorno para os andamentos processuais. Sem contar o número reduzido de serventuários, e a falta de realização de concursos ou novas nomeações.

Outro problema enfrentado por parte dos executores está relacionado ao sistema de penhora online, que foi criado para agilizar as penhoras judiciais, porém são necessárias várias petições em uma mesma execução, o que gera novos procedimentos e assim, o círculo redundante para um mesmo pedido.

4.4. IMPRESCINDIBILIDADE E VIABILIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Após levantamento dos dados fornecidos pela procuradoria e departamento de tributos do município, ficou nítida a imprescindibilidade do processo administrativo, pois o mesmo no espaço de tempo analisado foi o que mais apresentou resultados.

Infelizmente o município não possui condições de informar ao certo os valores recebidos através de processos administrativos tributários e mesmo nas execuções fiscais, uma vez que muitos são parcelamentos e, não foi realizado por parte do funcionalismo responsável um estudo sobre tais dados e nem possuem um software que apresente informações precisas.

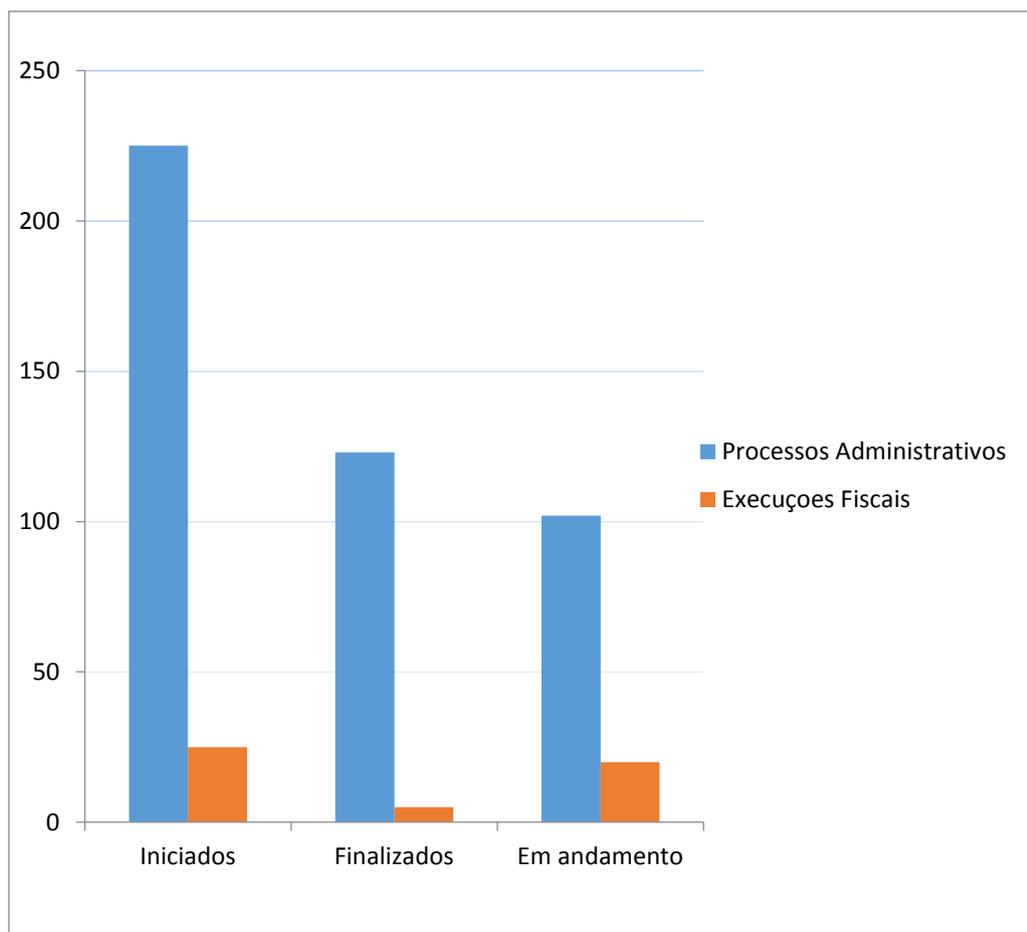
Sendo assim, é possível comprovar tal análise através dos processos iniciados entre 2012 a 2016, levando em consideração os 250 processos administrativos iniciados:

- 123 processos administrativos, ou seja, 49% foram quitados em fase administrativa - méritos satisfatórios;
- 102 processos administrativos, ou seja, 41% estão em fase de negociação – fase administrativa;
- 20 processos administrativos que se tornaram execuções fiscais, ou seja, 8% que estão em trâmites judiciais – estão em andamento e;

- 05 processos administrativos que se tornaram execuções fiscais, ou seja, 2% que tiveram satisfação do crédito via judicial – processos transitados e julgados.

A disparidade fica ainda mais fulgente conforme gráfico o Gráfico 1, sendo plausível a viabilidade da utilização da cobrança via administrativa:

Gráfico 1 – Número de processos administrativos e execuções fiscais, 2012-2016.



Fonte: Resultados da pesquisa (2017).

Não restam dúvidas que o investimento relacionado aos processos administrativos tributários precisa urgentemente ser trabalhados, pois no lapso de tempo analisado, foi a forma mais viável e satisfatória para a receita do município.

Pode-se listar como pontos positivos da utilização dos processos administrativos: agilidade, praticidade, informalidade, acessibilidade, desafogamento do sistema judicial, verdade material, credibilidade e confiabilidade por parte do contribuinte para com o município, maior garantia e retorno financeiro e, um recurso viável contra a prescrição e decadência, os quais são os maiores inimigos de um departamento tributário atuante.

5. CONCLUSÃO

Quais seriam as resistências da administração pública municipal em investir nos Processos Administrativos Tributários em face da verdade material?

Não foi constatada diretamente uma resistência na utilização dos processos administrativos tributários, ocorre que a mudança dos mandatos eletivos, servidores públicos escassos e sem formação adequada para a realização do trabalho, a morosidade judicial e falta de conhecimento por parte dos contribuintes interrompe o segmento dos processos ou mesmo sua inicialização, não atingindo assim o seu objetivo, ou seja, o recebimento do crédito tributário.

Em entrevista com os secretários de administração pública municipal e o secretário fazendário, é meta por parte do governo gestão 2017 a 2020, a diminuição dessa dívida ativa, para que a mesma não seja extinta por prescrição e decadência.

Está sendo analisado pela nova gestão para o próximo ano um REFIS – Programa de Recuperação Fiscal, o qual se encontra em análise sobre o impacto que seria na arrecadação do município a aprovação de uma legislação como esta.

Vale ressaltar que o projeto lei ainda está sendo elaborado e o mesmo ainda não foi apresentado ao legislativo.

Também foi informado pelos administradores municipais que no próximo ano está previsto num novo concurso público municipal com edital para 02 vagas de fiscais tributários, 01 advogado e analistas administrativos que serão distribuídos para as áreas de maior escassez de mão de obra profissional.

Outro caminho a ser sugerido para sanarem esse déficit de processos administrativos para uma dívida ativa que gira em torno de 07 milhões de reais é a separação e autonomia de um setor especializado dentro do município responsável pela dívida ativa, com dedicação exclusiva dos funcionários.

E por último e não menos importante, a conscientização para com os contribuintes sobre a dívida ativa bem como os percalços, sobre a informalidade e a acessibilidade quando necessário por parte do mesmo no departamento tributário, sua capacidade de recurso e sobre a utilização deles por vias administrativas desafogando assim o sistema judiciário local.

6. REFERÊNCIA

BRASIL. Decreto n.5.172, de 25 de out. de 1966. **Código Tributário Nacional**, Brasília, DF, set 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília, DF, ago. 2017.

BRASIL. Lei n.1683, de 20 de jun. de 1997. **Código Tributário Municipal**, Arcos, MG, set 2017.

HARADA, kiyoshi. **Direito Financeiro Tributário**. 19. ed. Atlas.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 35. ed. Renovar.

MONTENEGRO, Manuel Carlos - **Morosidade da Justiça é a principal reclamação recebida pela Ouvidoria do CNJ**. Disponível em:<
<http://www.cnj.jus.br/f4dh>>, Data do Acesso: 04 de setembro de 2017.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. 17. ed.
Malheiros Editores.

**GESTÃO DE RECURSOS DE CURTO PRAZO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA
O SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM DIVINÓPOLIS**

Valdilene Gonçalves Machado Silva¹

Diego de Souza Silva²

Thiago Pugas Valério³

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar os principais fatores que impactam a administração dos recursos de curto prazo nas micro e pequenas empresas (MPEs) da construção civil em Divinópolis, MG. O capital de giro é o recurso necessário para a empresa custear e manter suas atividades operacionais diariamente, assim, se não for gerido adequadamente poderá afetar diretamente suas contas a pagar, recebíveis, estoques, caixa, entre outras, expondo a empresa a diversos riscos, entre eles a falta de liquidez e perda de lucratividade. Para atingir este objetivo foi realizada uma pesquisa descritiva com característica quantitativa, o instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário que foi aplicado a uma amostra intencional de 8 empresas do setor de construção civil de Divinópolis, MG, classificadas como micro e pequenas. Concluiu-se que a maior parte das MPEs da construção civil em Divinópolis não conhecem ou não utilizam de forma estruturada todas as ferramentas necessárias para uma gestão eficiente do capital de giro.

Palavras chave: Micro e pequenas empresas. Construção civil. Capital de giro.

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze the main factors that impact the administration of short term resources in micro and small enterprises (MPEs) of construction in Divinópolis, MG. Working capital is the necessary resource for the company to fund and maintain its operational activities on a daily basis, so if it is not managed properly it may directly affect its accounts payable, receivables, inventories, cash, among others, exposing the company to various risks, among them the lack of liquidity and loss of profitability. In order to achieve this objective, a descriptive research with quantitative characteristics was performed. The data collection

¹ Administradora. Mestre em Desenvolvimento Regional. Professora da UEMG - Unidade Divinópolis. E-mail: valdilene.machado@uemg.br

² Graduando em Engenharia Civil pela UEMG – Unidade Divinópolis. E-mail: diegosouza131@hotmail.com

³ Graduando em Engenharia Civil pela UEMG – Unidade Divinópolis. E-mail: thiagovalerio@outlook.com

instrument used was a questionnaire that was applied to an intentional sample of 8 companies in the civil construction sector of Divinópolis, MG, classified as micro and small. It was concluded that most of the civil construction MPEs in Divinópolis do not know or use in a systematized manner all the tools necessary for an efficient management of working capital.

Keywords: *Micro and small enterprises. Construction. Working capital.*

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o setor da construção civil no Brasil tem apresentado um significativo crescimento. Dados do Dataviva (2016), indicam que em 2002 o setor gerava aproximadamente 400 mil empregos, chegando em 2013 a 900 mil postos de trabalhos, o que representou um crescimento de 125% no período. Sendo assim, a construção civil tem sido de grande importância para promover o desenvolvimento brasileiro social e econômico, influenciando principalmente na sua infraestrutura econômica e na qualidade de vida da população (MONTEIRO FILHA; COSTA; ROCHA, 2010). Esse setor ganha ainda maior relevância, considerando que a maior parte dele é composto por micro e pequenas empresas e que em 2013 elas representavam 5% MPEs existentes no estado de Minas Gerais (SEBRAE, 2014). Nesse sentido, Prazeres (2004) chama a atenção para o notável papel dessas empresas no desenvolvimento da economia.

Assaf Neto e Lima (2010), afirmam que devido as altas taxas de juros praticadas pelo mercado, o acirramento da concorrência e as estratégias de crescimento adotadas pelas empresas, administrar o capital de giro tem ganhado mais importância nesse mercado altamente globalizado e competitivo. Nesse sentido, esta pesquisa se justifica, pois, as falhas gerenciais, o capital de giro insuficiente e problemas financeiros são causas das dificuldades no gerenciamento das empresas ativas e razões para o fechamento das empresas extintas (SEBRAE, 2007). Considerando que a maioria das empresas da construção civil em Divinópolis são micro e pequenas, entende-se que elas também possuem as mesmas fragilidades das empresas pesquisadas pelo Sebrae, que são do mesmo porte.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi analisar os fatores que influenciam a gestão dos recursos financeiros de curto prazo das MPEs do setor da construção civil

em Divinópolis, MG. Para que este objetivo fosse alcançado, foi necessário identificar o perfil dos gestores financeiros dessas empresas, compreender como fazem os controles financeiros e conhecer as principais dificuldades das empresas na gestão dos recursos financeiros de curto prazo considerando a visão e experiência dos gestores financeiros.

Supõe-se que a falta de conhecimento dos administradores sobre a gestão do capital de giro, está entre os fatores que mais impactam a administração do capital de giro. Esta falta de conhecimento pode ocasionar problemas relacionados ao controle inadequado dos estoques, ao descontrole das retiradas dos sócios, a ineficiência na apuração do resultado da empresa e na elaboração do cadastro e limite de crédito dos clientes, no controle da cobrança de recebíveis e, por fim, a falta de sincronização entre recebimentos e pagamentos, podendo resultar na falta de liquidez e lucratividade, devido ao aumento da inadimplência, dos custos operacionais e de endividamento em excesso.

Portanto, compreende-se que, para assegurar a eficiência na gestão do capital de giro, é necessária a utilização de métodos adequados à realidade das empresas, que assegurem a sua liquidez, lucratividade e competitividade, contribuindo assim, para o aumento da longevidade das micro e pequenas empresas do setor da construção civil de Divinópolis.

Este texto, além desta introdução, trata na parte 2 do setor da construção civil, na parte 3 discorre sobre as micro e pequenas empresas, na parte 4 faz um levantamento das principais abordagens teóricas sobre uma gestão eficaz do capital de giro; a parte 5 trata da metodologia que foi utilizada nesta pesquisa; na 5 são apresentadas as discussões e conclusões; e, por fim, faz-se as referências.

2 O SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

A construção civil tem sido de grande importância para o progresso social e econômico do Brasil, influenciando principalmente na sua infraestrutura econômica e na qualidade de vida da população. (MONTEIRO FILHA; COSTA; ROCHA, 2010). Segundo Fadul (2015), no primeiro trimestre de 2015 a

indústria civil e de materiais representavam 51,4% do PIB setorial do Brasil, empregando 13,5% de toda a força de trabalho do país. O conjunto da construção civil obteve também no primeiro trimestre de 2015, cerca de R\$ 253,6 bilhões de reais, segundo o levantamento. O setor da construção civil em 2007-2008 empregou em todo país, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2016) cerca de 1,3 milhões de cidadãos, dos quais 651 mil são autônomos e o restante de 635 mil são registrados ou não, remunerados e não remunerados que, em grande parte, possuem pequena qualificação profissional. As Regiões Metropolitanas detinham os maiores percentuais de trabalhadores autônomos na construção no ano de 2008, sendo que Belo Horizonte tinha 17,9% dos trabalhadores autônomos, Porto Alegre, 20,2%, Salvador, 17,2%, São Paulo, 18,8%, e o menor índice de trabalhadores autônomos em 2008, foi registrado em Recife, com 8,8%. Ainda segundo a pesquisa, 99,6% dos pedreiros eram do sexo masculino.

No Brasil a construção civil apresenta baixos índices de produtividade em comparação a outros países, pois é influenciada por vários fatores que precisam ser vistos de forma sistêmica. Fontes, Gottschalk e Borba (1982) afirmam que o aumento da produtividade é o resultado da combinação de elementos como equipamento, colaboradores, melhoramentos técnicos, ambiente físico, circulação da matéria-prima, eficácia da direção, utilização eficaz das unidades de produção e utilização adequada de recursos humanos qualificados; fatores geralmente classificados como ambientais, humanos e tecnológicos.

3 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

As microempresas e empresário individual que possuem uma receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 240.000,00 são consideradas microempresas, as que possuem receita bruta anual acima de R\$240.000,00 e igual ou inferior a R\$2.400.000,00 são classificadas como pequenas empresas, conforme estabelecido na Lei complementar 123/2006 (BRASIL, 2006). De acordo com o Sebrae (2014) o porte das empresas pode ser definido de acordo com o número de pessoas ocupadas, sendo que no setor de

construção são consideradas microempresas as que possuem até 19 pessoas ocupadas e pequena empresa as que têm entre 20 e 99 pessoas ocupadas.

As micro e pequenas empresas em 2013, segundo dados do Sebrae (2014), representavam 98,95% do número de estabelecimentos formais existentes no Brasil, sendo que 11,13% dessas empresas eram localizadas no estado de Minas Gerais e correspondiam a 99,1% do total de estabelecimentos em Minas Gerais. O setor da construção civil participava com 5% das micro e pequenas empresas existentes no estado. A quantidade de empregos nos estabelecimentos formais ofertados pelas micro e pequenas empresas em 2013 representavam 52,11% do total de empregos nos estabelecimentos formais do Brasil (SEBRAE, 2014).

O setor da construção em Minas Gerais ofertava 8,1% destes empregos, cabendo destacar que a quantidade de empregos nas micro e pequenas empresas aumentaram 73,88% do ano de 2003 para 2013, a distribuição da massa de remuneração dos empregados das micro e pequenas empresas no setor da construção representou 41,1% do total de remuneração paga no ano de 2013, sendo que a remuneração média dos empregados no Estado de Minas Gerais era de R\$1.424,00, maior do que a média brasileira deste setor que era de R\$1.269,00 (SEBRAE, 2014).

4 ADMINISTRAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO

Capital de giro é o recurso necessário para a organização custear e manter suas atividades operacionais diariamente, dessa forma, se não for gerido adequadamente poderá afetar diretamente suas contas a pagar, recebíveis, estoques, caixa, entre outras, expondo a empresa a diversos riscos, entre eles a falta de liquidez e perda de lucratividade.

Para Assaf Neto e Silva (2002, p. 13) e Gitman (1997, p. 279) capital de giro é a gestão das contas dos ativos e passivos correntes, cujo objetivo é, principalmente, garantir a saúde e o progresso da empresa, evitando que ela sofra interrupções geradoras de custos inesperados. Para Braga (1995, p. 81), o gerenciamento do capital de giro é

um processo permanente de tomada de decisões, que objetivam preservar a liquidez e que impactam também na rentabilidade do empreendimento.

A administração do capital de giro tem sido importante no contexto administrativo, pois envolve as contas circulantes (ativos e passivos), sendo que os ativos circulantes representam aproximadamente 50% do ativo total e perto de 30% do financiamento total representado por passivos circulantes nas empresas (GITMAN, 1997).

Nas MPEs é comum a escassez de informações e controle na administração financeira, sendo que

Uma das principais causas dos desastres com pequenas empresas é não manter os registros e controles contábeis apropriados, precisos e atualizados – e não utilizá-los para administrar a empresa. A falta de um sistema eficaz de contabilidade não é apenas um problema contábil – é um problema administrativo. Sem registros e controles financeiros adequados, você não consegue compreender a empresa. Fica voando e uma queda é quase inevitável (RESNIK *apud* OLIVEIRA; MULLER; NAKAMURA 2000, p. 4).

Gitman (1997) explica que o papel do controle financeiro é viabilizar a disponibilidade de recursos financeiros suficientes para cumprir com os compromissos da empresa, no momento necessário e com o custo mais baixo possível, senão ela passará por dificuldades e provavelmente não sobreviverá. Nesse sentido, para um controle financeiro eficaz é necessário controlar as atividades operacionais, as disponibilidades, os estoques, as contas a receber, as contas a pagar e manter um fluxo de caixa controlado.

O controle das disponibilidades (caixa e bancos) é determinante para uma gestão adequada do capital de giro. As operações de compra e venda sempre geram um saldo remanescente que poderá ficar no caixa ou depositado em bancos. Para Padoveze (2009), o caixa gerado pelo efetivo recebimento dos lucros decorrentes das operações de comprar e vender devem remunerar adequadamente o capital investido para assegurar a sua sobrevivência. Na opinião de Zdanowicz (1989), o fluxo de caixa é um instrumento de gestão financeira que demonstra as saídas e entradas de caixa, evidenciando os excessos e escassez de caixa no curto e longo prazo.

Na opinião de Assaf Neto e Silva (1997), em um conceito amplo, o fluxo de caixa demonstra como os recursos decorrentes das atividades operacionais, dos

investimentos e financiamentos foram gerados e aplicados. Para Gitman (1997, p. 598), “o administrador precisa examinar detidamente o padrão de recebimentos e pagamentos diários da empresa, para estar certo de que há caixa suficiente para pagar as contas no vencimento”.

Outra ferramenta fundamental na gestão do capital de giro é o controle dos estoques, considerando, além dos recursos financeiros investidos em itens de estoque e os custos envolvidos na sua manutenção. Assaf Neto e Silva (2002, p. 143) destacam que o "Investimento em estoque é um dos fatores mais importantes para a adequada gestão financeira de uma empresa." Hoji (2003, p. 123), chama atenção para os custos financeiros gerados pelo capital de giro investido em estoque, pois impactará o resultado econômico e financeiro da empresa. Nesse sentido, Wanke (2003), afirma que controlar estoques é determinante para a redução e controle dos custos, sendo necessário trabalhar com o nível mínimo de estoque sem comprometer a oferta de produtos.

Para Arnold (1999), o controle de estoque tem a responsabilidade de controlar e planejar as etapas de produção, exigindo uma atenção especial, independentemente dos níveis de planejamento, desde a matéria-prima até a entrega do produto acabado ao cliente final. Dias (1993, p. 36) ressalta que “é possível definir uma quantidade ótima de estoque de cada componente dos produtos da empresa, entretanto só é possível defini-la a partir da previsão da demanda de consumo do produto.”

Para uma gestão eficiente de estoques existem diversas ferramentas disponíveis, entre elas, de acordo com Pozo (2010), pode-se destacar:

- O lote econômico de compras – LEC, através de um cálculo matemático é possível determinar a quantidade ótima que se deve comprar de cada item de estoque, de forma a minimizar o seu custo de oportunidade e de pedido.
- O inventário de estoque, é feita uma contagem periodicamente de todos os itens de estoque, cujos valores são confrontados com os existentes nos controles da empresa, se houver divergência, deve-se identificar e corrigir as falhas.
- O ponto de pedido representa o momento certo para ressuprimento de determinado item de estoque.

- A curva ABC é outro método de controle de estoque que permite classificar os itens de estoque de acordo com a sua importância. Os itens “A” são os de maior importância e sobre eles deve-se exercer um rígido controle. Os de classe “B” têm importância intermediária e os de classe “C” têm menor importância, pois o valor monetário investido é menor.

Existem diferentes métodos para apuração dos custos de estoques. Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003, p. 119 a 123) apontam:

- O PEPS - primeiro que entra, primeiro que sai, ou seja, os primeiros itens a sair do estoque receberão os custos correspondentes ao das primeiras entradas.
- O UEPS - último que entra, primeiro que sai, neste método os primeiros itens a sair são avaliados pelo preço do lote recebido mais recentemente, ou seja, da última entrada.

E, por fim, a média ponderada móvel. Para Araújo (1987, p. 216), “Este método contábil avalia o preço de todas as retiradas do estoque, ao preço unitário médio do suprimento total do item em estoque”.

Os valores a receber de clientes, oriundos das vendas de produtos e serviços, dão origem as “Contas a Receber” ou “Duplicatas a Receber” que compreendem as duplicatas em carteira, duplicatas caucionadas, duplicatas em cobrança bancária simples, duplicatas descontadas, notas promissórias, cheques pré-datados entre outros, e acompanham o volume de vendas da empresa (SILVA, 2001; ASSAF NETO e SILVA, 1997). De acordo com Silva (2001), as vendas a prazo devem ser precedidas de um levantamento e análise do cliente para liberação das vendas e fixação dos limites de crédito de acordo com cada perfil, sendo que a empresa deve manter uma estrutura adequada de cobrança, cobrar as contas conforme o vencimento estabelecido no ato da venda, e providenciar a cobrança dos inadimplentes, entre outras funções e atividades.

Contas a receber representam, normalmente, um dos mais importantes ativos das empresas em geral. São valores a receber decorrentes de vendas de

mercadorias e serviços a clientes ou oriundos de outras transações [...] que não representam o objetivo principal da empresa, mas são normais e inerentes às suas atividades” (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2003, p. 95).

Gitman (1997, p. 700) afirma que “A administração de duplicatas a receber é um dos maiores problemas financeiros com que se deparam as pequenas empresas. Em geral, elas não têm o pessoal e nem os meios necessários para tomar decisões de crédito com base em informações seguras”. As vendas a prazo podem aumentar o volume de vendas e conseqüentemente o lucro, mas também aumentam os riscos de inadimplência e despesas com análise de crédito, cobrança e recebimento (HOJI, 2003).

Para minimizar os riscos na oferta de crédito a clientes existem algumas ferramentas podem auxiliar na elaboração do cadastro e no estabelecimento de limite de crédito. Uma delas são os 5 Cs do crédito, são 5 fatores que devem ser analisados e avaliados simultaneamente para uma tomada de decisão mais segura quanto as vendas a prazo. De acordo com Hoji (2003) os 5 Cs podem ser assim definidos:

- **Caráter:** São analisados os aspectos morais e éticos, pois depende da integridade ética, ou honestidade do cliente para saldar compromissos financeiros. Refere-se a análise dos históricos de pagamentos e informações cadastrais. Se o caráter não for aceitável, os outros itens da análise ficam bastante prejudicados.
- **Capacidade:** Condição de gerar recursos suficientes para quitar o crédito concedido.
- **Capital:** A situação econômico-financeira do cliente é representada pela posse de bens, nível de endividamento e estrutura de capital.
- **Collateral (garantia):** A qualidade das garantias reais ou pessoais oferecidas são utilizadas para contrabalançar ou reforçar a fragilidade de um ou mais "C" dos quatro outros itens.
- **Condições:** As condições econômicas atuais e o cenário econômico em que a empresa estará inserida devem ser avaliados em conjunto com o ramo de atividade em que ela atua.

Segundo Frezatti (1997), cabe à empresa controlar o recebimento dos títulos a receber em sua data de vencimento, e em caso de inadimplência, ações de cobrança devem ser imediatamente implementadas.

As contas a pagar são oriundas das compras de bens ou serviços a prazo efetuadas pela empresa, quem compra se compromete a pagar o valor negociado dentro do prazo acordado. Para Gitman (2004) o controle de contas a pagar se refere a gestão do tempo entre a compra da matéria prima e o pagamento aos fornecedores, sendo o objetivo primordial pagar o mais tarde possível, desde que o funcionamento da empresa não seja prejudicado e os prazos concedidos pelos fornecedores sejam respeitados. Agindo assim, a empresa estará aumentando o seu prazo médio de pagamento e consequentemente aumentando o seu prazo de financiamento espontâneo. Na opinião de Gitman (2001, p. 466) as duplicatas a pagar e contas a pagar são as fontes de recursos espontâneos não-garantidas mais relevantes.

O fluxo de caixa é uma ferramenta de gestão financeira que possibilita relacionar as entradas e saídas de recursos monetários em um determinado espaço de tempo. Permite a visualização dos períodos onde haverá excesso ou escassez de recursos, assim a empresa poderá planejar a aplicação dos recursos excedentes em alternativas mais rentáveis ou buscar, tempestivamente, os recursos necessários para suprir suas necessidades de caixa, zelando, assim, pela liquidez da empresa (ASSAF NETO; SILVA, 2002, p.39). Na opinião de Zdanowicz (2001, p. 23), “fluxo de caixa é a demonstração visual das receitas e despesas distribuídas pela linha do tempo futuro”, assim, as decisões podem ser tomadas de forma mais segura, pois possibilita avaliar o potencial da empresa de gerar caixa para suprir suas necessidades de capital de giro e investimentos. Nesse sentido, Yoshitake e Hoji (1997, p.150) afirmam que “é sempre bom lembrar que as empresas quebram não por falta de lucro e sim por falta de caixa” e o fluxo de caixa permite, de forma simples, avaliar o desempenho da empresa em termos de liquidez.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi classificada como descritiva e quantitativa, pois procurou descrever as características das micro e pequenas empresas do setor da construção civil em Divinópolis na gestão de seu capital de giro.

Definiu-se como universo da pesquisa as construtoras de micro e pequeno porte estabelecidas no município de Divinópolis e para classifica-las quanto ao porte, foi adotado o critério de classificação utilizado pelo SEBRAE (2007), sendo considerada microempresa aquela que possuía receita anual bruta igual ou inferior a R\$ 240 mil, ou até 19 empregados, de pequeno porte aquelas que detêm faturamento superior a R\$ 240 mil e igual ou inferior a R\$ 2 milhões e 400 mil, ou um quadro de funcionários entre 20 e 99 empregados (SEBRAE, 2007, p.45).

Para levantamento dos dados necessário à pesquisa foi elaborado um questionário estruturado somente com questões fechadas. Para melhor compreensão, o questionário foi dividido em três partes: (1) perfil das empresas e dos gestores financeiros; (2) ferramentas utilizadas na gestão dos recursos financeiros; (3) dificuldades encontradas na gestão financeira. As perguntas foram elaboradas de acordo com o referencial teórico pesquisado.

As respostas fechadas do questionário de coleta de dados apresentavam uma escala de quatro opções (discordo totalmente, concordo pouco, concordo muito, concordo totalmente), com o objetivo de identificar grau de concordância com as afirmativas propostas.

Após a elaboração do questionário foi realizado um pré-teste para identificar a adequação do questionário aos propósitos da pesquisa e avaliar nível de entendimento do público alvo. Após, foram realizadas as correções necessárias e em seguida procedeu-se a aplicação dos questionários, após contato inicial com as empresas via telefone ou pessoalmente para determinar a melhor forma de encaminhamento do questionário. Dessa forma, de acordo com a preferência dos clientes, foram realizadas visitas às empresas para aplicação do questionário *in loco* diretamente aos responsáveis pelo setor financeiro, ou encaminhado via *e-mail* de acordo com a preferência da empresa e, alguns responderam também via *e-mail*. Da população definida, onze empresas do setor participaram da pesquisa, as demais não se dispuseram a participar. Para tabulação e análise dos dados levantados foi utilizado o *software* Microsoft Office

Excel. Após a tabulação dos dados foram transformados em gráficos que foram utilizados para análises e conclusões.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo faz uma caracterização do setor da construção civil em Divinópolis e trata da análise e discussão dos resultados obtidos pela pesquisa. Para atingir os objetivos propostos foi aplicado um questionário a 11 empresas, classificadas como micro e pequenas, utilizando-se o parâmetro por número de funcionários estabelecido pelo Sebrae (SEBRAE, 2007, p.45).

6.1 Caracterização do setor da construção civil em Divinópolis

Dados do Dieese divulgados pelo Sebrae (2013), indicam que no ano de 2012 existiam em Minas Gerais 42.208 empresas do setor de construção, correspondendo a 5,92% do total (712.938) de empresas no estado e que deste total, 99,1% eram classificadas como micro e pequena empresa. De acordo com dados do Dataviva (2016), em 2013 Divinópolis tinha 190 empresas do setor de construção de edifícios, com uma renda mensal de \$1,9 milhão, gerou 1,43 mil empregos formais, com uma renda média mensal de \$1,33 mil. Acredita-se que este número seja bem superior se considerar as empresas que vivem na informalidade, ou seja, que atuam no mercado, mas não estão formalmente constituídas.

6.2 Perfil das empresas e de seus administradores financeiros

De acordo com dados da pesquisa 12,5% das empresas pesquisadas possuíam de 1 a 5 anos de existência, 50% estavam entre 5 e 10 anos no mercado e 37,5% estavam no mercado há mais de 10 anos. 25% possuíam de 5 a 10 funcionários, 37,5% de 11 a 15 funcionários e 37,5% possuíam mais de 16 funcionários. 75% das construtoras, possuíam espaço interno para o setor financeiro e 25% não tinham. Assim, o perfil das

empresas pesquisadas pôde ser traçado como empresas que estavam no mercado entre 5 e 10 anos, possuíam mais de 10 funcionários e tinham espaço interno destinado ao setor financeiro.

Com relação ao perfil dos responsáveis pela área financeira, 75% eram do gênero masculino e 25% do feminino. Todos (100%) possuíam formação superior completa, sendo 50% na área de administração e os outros 50% na área da construção civil. Destes, 12,5% não possuíam nenhum curso na área financeira, 37,5% possuíam curso técnico e 62,5% possuíam curso de especialização na área financeira. 25% deles atuavam na área financeira até 7 anos, 37,5% atuavam entre 8 e 14 anos e outros 37,5% atuavam na área financeira há mais de 15 anos. 62,50% das empresas pesquisadas eram geridas pelo proprietário e 37,50% por profissionais contratados, sendo que nenhuma era gerida por parentes. Assim, pôde-se definir o perfil dos gestores financeiros das micro e pequenas empresas do setor de construção civil em Divinópolis, como profissionais do gênero masculino, com formação superior em administração ou construção civil que possuíam curso de especialização na área financeira, atuavam no setor há mais de 7 anos e eram proprietários da empresa.

6.3 Ferramentas utilizadas na gestão dos recursos financeiros

Sobre o gerenciamento do capital de giro nas empresas, ficou evidenciado que a maior parte das empresas pesquisadas (62,5%) possuíam capital de giro suficiente para suprir a falta de sincronização entre seus prazos de pagamento e recebimento, porém não apuravam diariamente o saldo existente em seu caixa. 50% delas não tinham o hábito de fazer o controle de caixa e bancos diariamente, 25% faziam esse controle quase que diariamente e os outros 25% faziam diariamente este controle. O controle de saldos bancários foi uma fragilidade identificada nas empresas, pois 50% não faziam esse controle frequentemente. Outras fragilidades eram o controle de vendas realizadas e de contas a receber que não era realizado com rigor por 62,5% das empresas e o controle do índice de inadimplência que não era realizado por 12,5% delas, 37,5% não mantinham um controle sistemático destes índices. 25% das empresas não possuíam uma política de cobrança que permitisse um controle rígido das contas vencidas e em

37,5% essa política não permitia um controle tão rígido. Pode-se concluir que a falta de rigor no controle de contas a receber, a inadimplência, bem como a deficiência na política de crédito adotada, não permitiam um controle rígido das contas vencidas, o que poderia colocar em risco a liquidez das empresas, pois são as contas a receber se transformam em caixa para que a empresa possa saldar seus compromissos tempestivamente. A inadimplência impede que os recursos provenientes das vendas se transformem nas disponibilidades necessárias para a empresa liquidar seus compromissos no vencimento. Frezatti (1997), alerta que cabe à empresa manter um controle rigoroso do recebimento dos títulos a receber em sua data de vencimento, ações de cobrança devem ser imediatamente implementadas no caso de inadimplência, pois assim a empresa evitará atrasos nos recebimentos, o que proporcionará mais tranquilidade na hora de programar os desembolsos atuais e futuros, para isto é importante e necessário que a empresa estabeleça políticas claras de crédito e cobrança.

Outro fator relevante e que esta pesquisa se preocupou em conhecer foi se as empresas conheciam o seu ciclo operacional e financeiro. Obteve-se que 37,5% delas não tinham pleno conhecimento do seu ciclo financeiro, 50% muitas vezes possuíam esse conhecimento e apenas 12,5% conheciam de fato o seu ciclo financeiro. Já quanto ao ciclo operacional, 25% tinham pouco conhecimento sobre ele e 75% afirmaram que muitas vezes tinham esse conhecimento. Em relação ao prazo médio de estocagem, de recebimento e de pagamento, 25% disseram que não conheciam ou conheciam pouco e 75% alegaram que conheciam muito ou totalmente estes ciclos.

A falta de um controle efetivo sobre os ciclos operacional e financeiro e a falta de conhecimento dos prazos médios de estocagem, recebimento e pagamento também contribuem para agravar o problema de liquidez da empresa e aumentar a sua necessidade de investimento em capital de giro, o que gera aumento dos custos financeiros e conseqüentemente aumento do risco e redução da lucratividade e rentabilidade. Esse fato é discutido por Hoji (2003, p. 123), que chama a atenção para os custos financeiros gerados pelo capital de giro investido em estoque, alegando que impactará o resultado econômico e financeiro da empresa. Para Wanke (2003), controlar estoques é determinante para a redução e controle dos custos, sendo necessário trabalhar com o nível mínimo de estoque sem comprometer a oferta de produtos. Nesse

sentido, para estabelecer um nível mínimo de estoque, que não comprometa a oferta de produtos, é necessária a utilização de ferramentas para controle de estoques, sendo uma delas o controle do prazo médio de estocagem, pois este conhecimento permite o estabelecimento de metas para redução dos prazos médios de estocagem e consequentemente do capital investido.

Sobre os índices de liquidez, essa também não era ferramenta utilizada por todas as empresas. 50% delas alegaram que não utilizavam ou utilizavam pouco esses índices como ferramenta de gestão e as demais (37,5%) muitas vezes utilizavam e apenas 12,5% frequentemente utilizavam esses indicadores.

O cálculo do capital circulante líquido (CCL) e da necessidade de investimento em giro (NIG) são práticas de gestão do capital de giro que não eram frequentemente utilizadas pelas empresas. 37,5% delas afirmaram que nunca utilizavam ou às vezes utilizavam essa ferramenta os outros 62,5% afirmaram que muitas vezes ela era utilizada. Sobre o NIG, 50% disseram que nunca utilizavam ou somente às vezes faziam uso dessa ferramenta. Os demais 50% afirmaram que muitas vezes a utilizavam. Nenhuma empresa afirmou que sempre utilizava estas 2 práticas. Dessa forma, pode-se concluir que as empresas não têm pleno conhecimento das fontes de recursos que financiam suas atividades operacionais, o que pode comprometer a liquidez da empresa se ela estiver utilizando fontes inadequadas. Para o financiamento do capital de giro as empresas disseram que utilizavam com maior frequência o capital próprio e empréstimos bancários. Conclui-se, portanto que as organizações também não utilizavam as práticas de controle e análise da necessidade de capital de giro de forma habitual para assegurar a sua eficiência na gestão desse capital, o que pode impactar negativamente na sua liquidez, rentabilidade e lucratividade. Dados do Sebrae (2007, p. 41) indicavam que entre as principais dificuldades na administração das empresas ativas e a causa para o fechamento de empresas estava a falta de conhecimentos gerenciais e de capital de giro, além de problemas financeiros. Observa-se que as empresas pesquisadas também não possuíam plenos conhecimentos gerenciais e de capital de giro, como as pesquisadas pelo Sebrae.

Para análise e concessão de crédito, 50% das empresas faziam consulta ao Serasa e consultavam as referências indicadas pelos clientes antes de efetuar uma venda

a prazo. 50% possuíam parceria com outras empresas para troca de informações sobre a idoneidade de clientes. 62,5% estabeleciam limite de crédito por cliente para as vendas a prazo, porém apenas 12,5% delas utilizavam frequentemente um *software* para esse fim. O tipo de cobrança que predominava (75%) era a cobrança via duplicata em carteira, seguida dos boletos bancários (50%) e cheques pré-datados (37,5%). Notou-se que a análise e concessão de crédito também era uma fragilidade das empresas pesquisadas, pois muitas delas não utilizavam as ferramentas de forma sistematizada para aumentar a eficiência de seus processos. Sobre este tema, Gitman (1997, p. 700), destaca que, em geral, as empresas “não têm o pessoal e nem os meios necessários para tomar decisões de crédito com base em informações seguras”. Para Hoji (2003) as vendas a prazo podem aumentar o volume de vendas e conseqüentemente o lucro, mas também aumentam os riscos de inadimplência e despesas com análise de crédito, cobrança e recebimento. Dessa forma, é necessário que as empresas estruturem sua área de crédito e cobrança para melhorar a sua eficiência, fazendo uso das ferramentas disponíveis e necessárias para esse fim.

Sobre a administração de estoques, identificou-se que as ferramentas mais utilizadas pelas empresas para o seu controle eram o controle da rotatividade do estoque (50%), ponto de pedido dos itens de estoque (50%), inventário periódico (50%), lote econômico de compras (37,5%), *just-in-time* (37,5%), e estoque de segurança (37,5%). Pode-se concluir que o controle de estoque também era um ponto que necessitava de melhorias nas empresas, pois as ferramentas disponíveis para aumentar a sua eficiência também não eram utilizadas por grande parte das empresas. Na visão de Assaf Neto e Silva (2002, p. 143), investir em estoque de forma planejada e bem dimensionada contribui para uma gestão financeira eficaz, passando também por uma gestão eficiente do ciclo operacional da empresa.

Na gestão financeira das empresas, apurou-se que 50% não separavam com facilidade as finanças do negócio com a da vida pessoal dos sócios, não conheciam as possibilidades de crédito oferecidas em Divinópolis e região, não sabiam se a empresa era lucrativa ou não, gerenciavam seus recursos financeiros mais pelos resultados do dia a dia do que pelos resultados contábeis e se sustentavam mais com recursos próprios do que de terceiros. 62,5% delas não utilizavam dados contábeis para tomada de decisões,

não faziam previsão de lucratividade para o estabelecimento de metas, porém antes de fazer empréstimos desenvolviam um plano estruturado para verificar a viabilidade do negócio, faziam orçamento anual para investimentos, despesas e custos e sabiam reconhecer quais as alternativas de financiamento existentes se encaixavam nas suas necessidades. 75% das empresas consideraram que estavam em uma situação creditícia regular. Dois fatores identificados neste quesito são bastante relevantes para a preservação da liquidez da empresa. Um deles é o fato de que grande parte das empresas não separavam as finanças do negócio com a vida pessoal dos sócios e não sabiam se a empresa era lucrativa ou não. É necessário, para preservar a saúde financeira da empresa, que se estabeleça um pró-labore para os sócios que seja compatível com a capacidade de geração de caixa da empresa, pois a retirada de dinheiro do caixa da empresa de forma indiscriminada pode comprometer a sua liquidez e a sua sobrevivência. Da mesma forma, é importante saber o resultado econômico da empresa pois, o lucro se transformará em caixa no futuro para que a empresa consiga manter a sua liquidez. Se for identificado, tempestivamente, que a empresa é deficitária, ações corretivas poderão ser implementadas de forma a reverter esse quadro para sua sobrevivência e competitividade.

6.3 Principais dificuldades na gestão dos recursos financeiros de curto prazo

Identificou-se que as principais dificuldades na administração financeira dos recursos de curto prazo eram fazer o controle da inadimplência (50%), cobrar dos clientes inadimplentes (37,5%), saber o valor dos estoques (37,5%), fazer o controle de contas a pagar (37,5%), calcular o prazo médio de recebimento e pagamento (37,5%), fazer o controle da retirada dos sócios (37,5%), definir as ferramentas mais apropriadas para administrar o capital de giro (25%), a maioria dos financiamentos e empréstimos contraídos pela empresa ser de curto prazo (25%), fazer o controle de estoque (25%), determinar o valor fixo do pró-labore para os sócios (25%), fazer provisão para demissão de funcionários (25%), entre outros que foram apontados em menor quantidade. Percebeu-se, a partir das dificuldades identificadas, que controles financeiros importantes para assegurar a saúde financeira das empresas não são

utilizados por grande parte das empresas pesquisadas. Dessa forma, compreendeu-se que havia uma necessidade de capacitação dos gestores da área da área financeira para que pudessem utilizar, de forma mais sistematizada e frequente, ferramentas importantes que auxiliam na gestão financeira para torna-la mais eficiente e assim assegurar a liquidez e a lucratividade da empresa, e por consequência a sua sobrevivência e longevidade.

7 CONCLUSÕES

Este estudo teve como principal objetivo apontar e analisar os principais fatores que impactam a gestão do capital de giro das MPEs da construção civil da cidade de Divinópolis. Para atingir este objetivo e testar a hipótese proposta, foi aplicado um questionário aos gestores financeiros das micro e pequenas empresas que constituíram a amostra da pesquisa.

A aplicação dos questionários permitiu conhecer e descrever o perfil dos administradores financeiros das empresas pesquisadas. Eram profissionais do gênero masculino, com formação superior em administração ou construção civil, que possuíam curso de especialização na área financeira, atuavam na área há mais de 7 anos e eram proprietários da empresa. A maioria das empresas pesquisadas afirmaram que possuíam capital de giro suficiente para suprir a falta de sincronização entre seus prazos de pagamento e recebimento, porém não apuravam diariamente o saldo existente em seu caixa e nem faziam o controle de caixa e bancos frequentemente. Grande parte delas também não mantinham um controle de vendas, de contas a receber e nem controle do índice de inadimplência de forma sistemática. Pôde-se concluir que a falta de rigor no controle de contas a receber e índices de inadimplências, bem como a ausência de uma política de crédito que permitisse manter um controle rígido das contas vencidas poderia colocar em risco a liquidez dessas empresas. Nem todas as empresas tinham pleno conhecimento dos seus prazos médios de recebimento, pagamento e estocagem e nem dos seus ciclos operacionais e financeiros, o que poderia colocar em risco a liquidez da empresa e aumentar a sua necessidade de investimento em capital de giro. O CCL e o NIG eram utilizados com certa frequência pelas empresas, porém não eram utilizadas de

forma sistematizada. Para o financiamento do capital de giro utilizavam com maior intensidade o capital próprio e empréstimos bancários. Concluiu-se que um número significativo das organizações não utilizava com a frequência necessária as práticas de controle e análise da necessidade de capital de giro de forma a assegurar a eficiência da gestão, o que poderia comprometer a liquidez, rentabilidade e lucratividade das empresas. Nem todas as ferramentas disponíveis para gestão financeira e estoques e para análise e concessão de crédito eram utilizadas pelas empresas.

As principais dificuldades na gestão do capital de giro identificadas foram fazer o controle da inadimplência, cobrar dos clientes inadimplentes, saber o valor dos estoques, fazer o controle de contas a pagar, calcular o prazo médio de recebimento e pagamento e fazer o controle da retirada dos sócios. Dessa forma, a hipótese levantada foi confirmada, pois, apesar da maioria dos administradores financeiros afirmarem que conheciam as ferramentas para administração de capital de giro, a pesquisa mostrou que grande parte deles ainda não conheciam ou não utilizam de forma adequada e frequente ferramentas importantes para uma gestão eficiente do capital de giro.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Jorge Sequeira de. Almojarifados administração e organização. 9 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1987. 325 p..
- ARNOLD, J. R. Tony, Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 1999
- ASSAF NETO, Alexandre; e LIMA, Fabiano Guasti. Curso de Administração Financeira. São Paulo: Atlas, 2010.
- ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Administração do capital de giro. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- ASSAF NETO, Alexandre; e SILVA, César Augusto Tibúrcio. Administração do Capital de Giro. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- BRAGA, R. Fundamentos e técnicas de administração financeira. Sao Paulo: Atlas, 1995.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei Complementar n.o 123, de 14 de dezembro de 2006, dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e

da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 02 fev. 2016.

DATA VIVA. Disponível em:
<<http://dataviva.info/guide/bra/mg060103/isic/undefined>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 4 ed..São Paulo:Atlas, 1993.

FADUL, Ane. *Cadeia Produtiva da Construção: Estimativas do Investimento em Obras, do PIB e do Emprego*. Departamento da Indústria da Construção. FIESP. 2015. Disponível em <<http://www.fiesp.com.br/noticias/pib-do-setor-de-construcao-civil-caiu-27-no-1o-trimestre-do-ano-mostra-estudo-da-fiesp/>>. Acesso em: 06 fev. 2016.

FONTES, Lauro B., GOTTSCHALK, Elson, BORBA, Gelmirez G. Produtividade. Fundação Emílio Edebrecht: Salvador, 1982.

FREZATTI, Fábio. Gestão do fluxo de caixa diário: como dispor de um instrumento fundamental para o gerenciamento do negócio. São Paulo: Atlas, 1997.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira. 6 ed. São Paulo: Harbra, 1997. 838 p.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. Princípios de administração financeira. 2 ed. São Paulo: Bookman, 2001.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. Princípios de administração financeira. 10 ed. São Paulo: Pearson, 2004.

HOJI, Masakazu. Administração financeira: uma abordagem prática. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pedreiros e Vendedores. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/parte2.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARTINS, Eliseu. GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 6 Ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa; COSTA, Ana Cristina Rodrigues da; ROCHA, Érico Rial Pinto da. Perspectivas e desafios para inovar na construção civil . BNDES Setorial. 2010. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3110.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2016

OLIVEIRA, Antonio Gonçalves de; MULLER, Aderbal Nicolas; NAKAMURA, Wilson Toshiro. A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas. Rev. FAE, Curitiba, v.3, n.3, p.1-12, set./dez. 2000. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v3_n3/a_utilizacao_das_informacoes.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2016.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade gerencial. 5.ed. SÃO PAULO: Atlas, 2009. 625p.

POZO, Hamilton. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: Uma Abordagem Logística. São Paulo: Atlas, 2010,

PRAZERES, H. T. C. Considerações Preliminares e Avaliação das Ações Estratégicas para Construção do Arranjo Produtivo Local do Segmento de Fundação da Região Centro-Oeste de Minas Gerais. In: Simpósio de Engenharia de Produção, 6, 2004. Anais... Bauru, São Paulo: SIMPEP, 2004.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA (SEBRAE). Fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil 2003–2005. 2007. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/8F5BDE79736CB99483257447006CBAD3/\\$File/NT00037936.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/8F5BDE79736CB99483257447006CBAD3/$File/NT00037936.pdf)>. Acesso em: 4 dez. 2015.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA (SEBRAE). Anuário do trabalho na micro e pequena empresa. 6. ed. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [responsável pela elaboração da pesquisa, dos textos, tabelas, gráficos e mapas]. – Brasília, DF; DIEESE, 2013.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA (SEBRAE). Anuário do trabalho na micro e pequena empresa. São Paulo, 2014. 7. ed. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario-do%20trabalho-na%20micro-e-pequena%20empresa-2014.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

SILVA, José Pereira da. Análise Financeira das Empresas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

WANKE, Peter. Logística, Gerenciamento de Cadeias de Suprimentos e Organização do Fluxo de Produtos in: FIGUEIREDO, Kleber; FLEURY, Paulo Fernando; WANKE, Peter. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: planejamento do fluxo de produtos e recursos. São Paulo: Atlas, 2003.

YOSHITAKE, Mariano; HOJI, Masakazu. Gestão de Tesouraria: Controle e Análise de Transações Financeiras e Moeda Forte. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

ZDANOWICZ, José Eduardo. Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiros. 3. ed. Porto Alegre: D.C. Luzzatto, 1989.

ZDANOWICZ, José Eduardo. Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiros. 9. ed. Porto Alegre: SagraLuzzatto, 2001.

EMPREENDEDORISMO SE APRENDE NA ESCOLA: CAPACITAÇÃO DIRECIONADA AOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIO, MG.

Lucas Gonçalves Meneses¹

Raímme Mayra Do Nascimento Sousa²

Valdilene Gonçalves Machado Silva³

RESUMO

Para despertar o interesse dos alunos do ensino médio da Escola Estadual Presidente Tancredo de Almeida Neves pelo empreendedorismo, como alternativa para geração de renda, foi ministrado um minicurso sobre o tema e realizada uma feira de empreendedorismo para divulgação dos trabalhos dos alunos. Como atividade prática, a turma foi dividida em 2 grupos para criação de uma empresa fictícia, elaboração de plano de negócios e a realização de uma feira de empreendedorismo para comunicar os resultados dos projetos à comunidade escolar. Os objetivos foram atingidos, pois os alunos ficaram muito motivados com a possibilidade de abrir o seu próprio negócio. Viram no empreendedorismo uma alternativa muito vantajosa para geração de renda.

PALAVRAS CHAVE: Capacitação. Empreendedorismo. Geração de renda. Escolas Estaduais.

ABSTRACT

To raise the interest of high school students at the Presidente Tancredo de Almeida Neves State School, located in Cláudio, MG, for entrepreneurship, as an alternative for income generation, a mini-course on the subject was held and an entrepreneurship fair was held to publicize the students' work. As a practical activity, the class was divided into 2 groups to create a fictitious company, to elaborate a business plan and to hold an entrepreneurship fair to communicate the results of the projects to the school community. The objectives were achieved because the students were very motivated with the possibility of opening their own business. They have seen in entrepreneurship a very advantageous alternative for income generation.

KEYWORDS: Training. Entrepreneurship. Income generation. State Schools.

¹Graduando em Administração pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Tochalucas@gmail.com

² Graduanda em Administração pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. raimmemayra@gmail.com

³Administradora. Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Valdilene.machado@uemg.br

1 INTRODUÇÃO

Na opinião de Barreto (1998), empreendedorismo é a aptidão de idealizar e abrir um negócio iniciando com muito pouco. Cláudio é um município de aproximadamente 26 mil habitantes, localizado no Centro Oeste Mineiro, conhecida como Cidade Carinho. De acordo com dados IBGE (2016), Cláudio possuía em 2015 cerca de 860 unidades empresariais atuantes com uma média salarial de 1,8 salários mínimos. A cidade é conhecida internacionalmente como o “Maior Pólo de Fundições e Metalúrgicas da América Latina”, destacando-se na produção de móveis em alumínio, peças de ferro fundido e outros (PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO, 2018).

De acordo com Rios (2015), para muitos brasileiros, a única alternativa para o desemprego será o empreendedorismo, sendo que, para obter sucesso no empreendimento é necessário estar atento as tendências dos negócios, fazer um plano de negócios e possuir os recursos necessários para iniciar as atividades. Contudo, dados Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, (2011), indicam que 26,9% das empresas constituídas encerram suas atividades antes de completarem dois anos de existência. Assim, antes de abrir um negócio próprio, faz-se necessário o desenvolvimento de habilidades que permitam identificar oportunidades e se estruturar para explorá-las de forma adequada, além de se capacitar para gerir o negócio.

Ao analisar as instituições do município Cláudio, identifica-se a escola como o ambiente propício para o desenvolvimento de um projeto que busca despertar nos jovens entre 16 e 18 anos o espírito empreendedor. Dados fornecidos pelo IBGE (2016) apontam que de fevereiro/2015 a fevereiro/2016 houve um aumento de 39% no número de pessoas desocupadas com 10 anos de idade ou mais. Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento deste projeto foi o número de escolas particulares, estaduais e municipais do município de Cláudio, que possuem aproximadamente 1600 alunos matriculados, que em sua grande maioria são descendentes de famílias da classe trabalhadora.

É papel da universidade participar de forma efetiva junto a sociedade para mudar a realidade social, contribuindo, assim, para o desenvolvimento regional. Nesse sentido, este trabalho de extensão se justifica, pois, a atual crise econômica brasileira tem reduzido significativamente o número de empregos formais no Brasil e, o propósito deste trabalho foi oferecer formação em empreendedorismo aos alunos do ensino médio das escolas estaduais, que estão prestes a se ingressar no mercado de trabalho, como forma alternativa de superar o desemprego nestes tempos de crise.

Sendo assim, o objetivo geral proposto foi fomentar o empreendedorismo nas escolas estaduais de Cláudio, MG, como alternativa para geração de renda e influenciar o surgimento de novos negócios, que possam atender a demanda claudiense de produtos e serviços, além de gerar novos mercados de trabalho. Para que esse objetivo fosse alcançado, foi necessário a capacitação dos alunos extensionistas para ministrar cursos de empreendedorismo; a definição da carga horária do curso sobre empreendedorismo que foi ministrado aos alunos de nível médio das escolas estaduais de Cláudio, MG; a elaboração do plano de ensino do curso sobre empreendedorismo, o qual abordou a parte conceitual, a identificação de oportunidade de negócios, a criação de uma empresa fictícia, a elaboração de um plano de negócios e a análise da viabilidade econômico-financeira da empresa fictícia criada; preparação/desenvolvimento do material didático necessário para o curso; elaboração dos instrumentos de avaliação; escolha dos recursos didáticos que foram utilizados; definição do número de estudantes que seriam capacitados; negociação com as escolas estaduais dos dias e horários do curso; apresentação dos planos de negócios desenvolvidos, em forma de feira de empreendedorismo; avaliação dos resultados; apresentação do projeto no Seminário de Pesquisa e Extensão da Universidade do Estado de Minas Gerais 2017 e a elaboração do relatório final do projeto desenvolvido.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Atualmente, para sobreviver em um mercado globalizado e cada vez mais competitivo, faz-se necessário um perfil de empreendedor que proporcione uma vantagem competitiva que favoreça a inovação, a geração de renda e conseqüentemente o desenvolvimento econômico.

Assim, empreendedorismo refere-se à transformação de ideias em oportunidades, sendo que essas, se bem aproveitadas, planejadas e implementadas podem resultar em uma criação exitosa.

O empreendedor é um ser insatisfeito que transforma seu inconformismo em descobertas e propostas positivas para si mesmo e para os outros. É alguém que prefere seguir caminhos não percorridos que define a partir do indefinido, acredita que seus atos podem gerar conseqüências. [...] É protagonista e autor de si mesmo e, principalmente, da comunidade em que vive. (DOLABELA, 2006, p. 26)

Normalmente se atribui o título de empreendedor aquele que cria novos negócios, porém pode ser também aquele que inova dentro de um negócio já existente (SCHUMPETER, 1949 *apud*

DORNELAS, 2005, p. 39).

Na opinião de Dornelas (2016), acreditava-se que o empreendedorismo era inato, ou seja, o indivíduo já nascia com esse dom e era predestinado ao sucesso nos negócios. Porém, hoje em dia esse discurso mudou e entende-se que empreendedorismo pode ser aprendido e que o sucesso nos negócios é determinado por uma série de fatores internos e externos ao negócio, do perfil empreendedor de seu gestor e de como são administradas as adversidades diárias do empreendimento.

De acordo com Maximiano (2007), os estudos sobre o comportamento do empreendedor apontam alguns traços característicos de seu comportamento, que compõem as competências que devem ser desenvolvidas, entre elas destacam-se:

- Criatividade e capacidade de implementação, refere-se à capacidade de idealizar e implementar as novas ideias.
- Disposição para assumir riscos, significa ter capacidade para calcular os riscos e ter coragem para encarar as probabilidades de insucesso ou perda.
- Perseverança e otimismo, a permanência no mercado é resultado da persistência e determinação para enfrentar riscos e dificuldades, além do otimismo e visão de sucesso.
- Senso de independência, empreendedores buscam conhecimento e não ficam esperando as coordenadas de seus superiores.

Estas características podem ser desenvolvidas pelo próprio indivíduo na busca do conhecimento. Contudo, na atual situação econômica, que está bastante competitiva, a comunidade também exerce um grande impacto na formação de empreendedores. Segundo Dolabela (1999), a comunidade tem o empreendedor que merece, porque cabe a ela criar o ambiente propício, prescindindo de democracia, cooperação e relações sociais estruturadas em rede. Ao se desenvolver em torno do incentivo à cultura empreendedora, a sociedade dinamiza a própria economia pela qualidade de inovação e conseqüentemente influencia o crescimento econômico e desenvolvimento social, combatendo o desemprego.

Dolabela (1999) ainda argumenta que se pode, então, conectar a ação da comunidade para a expansão da cultura empreendedora na instituição principal de ensino: a escola. A passagem de conhecimento do empreendedorismo não pode seguir as teorias de conteúdo cognitivo

convencionais. Por ser um fenômeno cultural, a aprendizagem deve ser dividida em conteúdo teórico e prático, visando os valores mais importantes para aprimoramento, como o comportamento frente as adversidades, a criatividade, a autonomia, a busca incansável por conhecimento, a análise racional, entre vários outros.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Foi escolhida a Escola Estadual Presidente Tancredo de Almeida Neves para desenvolvimento do projeto por possuir alunos de segundo grau, que eram o público alvo deste trabalho.

Inicialmente a coordenadora deste trabalho promoveu um treinamento da equipe extensionista, com o objetivo de capacitá-los a ministrar minicursos sobre empreendedorismo.

Em seguida a equipe se reuniu para definir o escopo do minicurso sobre empreendedorismo que foi ministrado pela equipe extensionista, tais como carga horária, número máximo de alunos para o minicurso, elaboração do plano de ensino, definição do programa de ensino, dos recursos didáticos que seriam utilizados, elaboração/escolha do material didático/bibliografia que seriam utilizados, elaboração da ficha de inscrição e definição dos critérios para seleção dos alunos para o minicurso. Foram definidos também os critérios de avaliação dos resultados alcançados e elaboração de instrumentos para mensurá-los. Em um segundo momento foi feito contato com as escolas estaduais para definição dos dias e horários do minicurso e como seria realizada a seleção dos alunos que participariam do treinamento. Foi necessário também definir, em comum acordo com a escola, o local onde seria realizado o minicurso e como/quem realizaria as inscrições dos alunos selecionados.

Após todas estas definições aconteceu o minicurso onde os alunos, além de aprenderem sobre empreendedorismo, identificaram uma oportunidade de negócios, criaram uma empresa fictícia, desenvolveram um plano de negócios e fizeram a análise da sua viabilidade econômico-financeira. Finalmente, estes planos de negócios foram apresentados à comunidade escolar em formato de feira de empreendedorismo. O melhor plano de negócio será apresentado na feira de empreendedorismo promovido pela UEMG, unidade de Cláudio, fato que já foi acordado com a direção da instituição.

Ao final do minicurso foi aplicado o instrumento de avaliação aos alunos e a direção da

escola para identificar os pontos fortes e fracos do projeto, com o objetivo de melhorá-lo em uma próxima edição. Os planos de negócios foram avaliados também por uma equipe de professores e alunos da escola estadual, indicados pela escola, durante a sua apresentação na feira de empreendedorismo. O instrumento de avaliação para esse fim foi elaborado pela equipe extensionista.

Finalmente a equipe de extensionista fez uma avaliação dos resultados obtidos com o trabalho desenvolvido, identificando os pontos fracos e fortes do processo e, para divulgação dos resultados alcançados, foi elaborado este relatório final.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho, que contou no seu desenvolvimento com a participação de professores da Escola Estadual Presidente Tancredo Neves, que ministravam os conteúdos de Matemática, Português e Química, foi apresentado aos 36 alunos de segundo grau indicados pela escola, despertando-lhes um grande interesse pelo tema e pelo projeto. Em seguida, foi realizado um debate com os alunos cujo objetivo foi verificar o que eles sabiam sobre o tema e quais eram as suas expectativas em relação ao projeto ora apresentado. Foi constatado que esses alunos não tinham nenhum conhecimento preliminar sobre empreendedorismo, intraempreendedorismo e nem como ingressar no mercado de trabalho. Para sanar essa dificuldade foram realizadas oficinas para orientá-los sobre como se comportar em entrevista de emprego e como montar um currículo, conforme detalhado no quadro 1. Posteriormente foi ministrado o minicurso sobre empreendedorismo conforme especificado no cronograma apresentado no quadro 1, que teve uma carga horária de 30 horas/aulas para estudo de empreendedorismo e 6 horas/aula para a criação de uma empresa fictícia e elaboração de um plano de negócios. O quadro 1 apresenta também o cronograma de avaliação do evento.

Quadro 1 – cronograma de desenvolvimento do mini curso de empreendedorismo

Data	Conteúdo ministrado no curso:
09/02/2017	Apresentação dos professores
16/02/2017	Apresentação do projeto “Empreendedorismo se aprende na escola”
23/02/2017	Debate com os alunos em relação ao que eles esperam do projeto
02/03/2017	Reflexão em como se comportar em uma entrevista

09/03/2017	Vídeo “Entrevista de estágio com Roberto Justus”
16/03/2017	Debate sobre o vídeo da aula anterior
23/03/2017	Preparação do currículo
30/03/2017	Preparação do currículo
13/04/2017	Correção dos currículos e troca de experiências
20/04/2017	Debate em como montar um currículo
27/04/2017	Introdução ao empreendedorismo
04/05/2017	Proposta de amontar uma empresa e divisão de grupos
11/05/2017	Vídeo “Shark Tank (Negociando com Tubarões)”
18/05/2017	Vídeo “Shark Tank (Negociando com Tubarões)”
25/05/2017	Debate sobre os vídeos das aulas anteriores
01/06/2017	Vídeo “O sócio”
22/06/2017	Debate sobre o vídeo
29/06/2017	Palestra do professor Marcos Fábio
06/07/2017	Debate e relato dos participantes da palestra em Divinópolis
13/07/2017	Proposta de fazer o plano de negócio SEBRAE
03/08/2017	Passo a passo do plano de negócio e preenchimento na cartinha do SEBRAE: 1 – Sumário Executivo
10/08/2017	2 – Análise de mercado
17/08/2017	3 – Plano de Marketing
24/08/2017	4 –Plano Operacional
31/08/2017	5 –Plano Financeiro
07/09/2017	6 – Construção de cenários e 7 – Avaliação estratégica
14/09/2017	8 – Avaliação do Plano de Negócio
21/09/2017	9 – Roteiro para coleta de informações consolidado
28/09/2017	Demonstração do software plano de negócio - Sebrae-MG
05/10/2017	Lançamento dos dados no software plano de negócio
19/10/2017	Preparação da sala de amostra das empresas
26/10/2017	Abertura da feira de ciências na E. E. Tancredo de Almeida Neves
09/11/2017	Debate e troca de experiência da feira de ciências
16/11/2017	Relatório final do projeto escrito pelos alunos
15/11/2017	Avaliação final do projeto, destacando pontos positivos e negativos
23/11/2017	Avaliação dos resultado pelos professores da universidade e da escola estadual envolvidos no projeto
30/11/2017	Avaliação dos resultados obtidos pelo diretor da escola estadual
07/12/2017	Elaboração do relatório final do Projeto de Extensão

Fonte: Elaborado pelos autores, 2017

Finalizado o minicurso, para solidificar ainda mais os conhecimentos adquiridos, os alunos participaram de uma palestra sobre empreendedorismo ministrada pelo professor e consultor Marcos Fábio da Formatar Consultoria, localizada na cidade de Divinópolis, MG.

Percebeu-se que os alunos ficaram bastante motivados com o tema, devido as novas perspectivas vislumbradas para geração de renda a partir da abertura do próprio negócio. A primeira etapa estava vencida, ou seja, os alunos estavam sensibilizados e motivados pelas novas possibilidades de geração de renda, além do emprego formal. A segunda etapa foi a criação de uma empresa fictícia e a elaboração do plano de negócios para verificar a sua viabilidade econômico-financeira, como forma de reduzir o risco do empreendimento. O objetivo do plano de negócios foi trazer os alunos para o mais próximo possível da realidade, para que, ao término do projeto, estivessem capacitados para abrir o próprio negócio de forma mais segura.

Para criação da empresa fictícia os alunos foram divididos em 2 grupos e orientados a buscar informações com contadores locais sobre os procedimentos necessários para abertura de uma empresa, para terem uma noção exata da documentação necessária e dos trâmites legais. Em seguida os alunos escolheram o ramo de negócios no qual gostariam de atuar e buscaram informações junto a empresas reais, do mesmo ramo de atividade escolhido, sobre as características do negócio, o capital financeiro necessário, as máquinas, equipamentos e mão de obra necessários para abrir o negócio, além dos desafios vivenciados no dia a dia da empresa.

Assim, foram criadas as empresas fictícias “M&C MODAS”, do ramo de confecções, cuja logomarca esta destacada na figura 1 e a ‘ALUMÍNIOS RECICLÁVEIS FUT-LI’, do ramo de fundição, com a logomarca apresentada na figura 2.

Figura 1 - M&C MODAS



Fonte: dados da pesquisa, 2017

Figura 2 - Alumínios Recicláveis Fut-li



Fonte: dados da pesquisa, 2017

De posse dessas informações, a próxima etapa foi a elaboração do plano de negócios. Antes de iniciar de fato o plano de negócios, os alunos realizaram um estudo sobre como elaborar um plano de negócios, utilizando-se do manual para elaboração do plano de negócios disponibilizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – Sebrae. Para elaboração do plano de negócios foi utilizado o *software* disponibilizado gratuitamente pelo Sebrae, para elaboração de plano de negócios, escolhido por ser de fácil entendimento.

Ao término desse estudo, com as informações levantadas e com o material cedido pela escola, os alunos alimentaram o *software* para elaboração do plano de negócios com o acompanhamento do acadêmico extensionista que ministrou o minicurso e dos demais professores da escola estadual que estavam envolvidos no projeto. Assim, com o plano de negócios concluído foi verificada a viabilidade econômico-financeira das empresas fictícias.

Para finalização do projeto foi realizada, entre os dias 26 e 28/11/2017, em parceria com o evento “Feira de Ciências” da escola, uma Feira de Empreendedorismo para apresentação das empresas fictícias criadas pelos alunos e comunicação dos resultados obtidos com o desenvolvimento do projeto de extensão à comunidade escolar e civil. O acontecimento teve grande participação da comunidade escolar e civil, aproximadamente 500 pessoas entre pais de alunos e outros visitantes, além dos 800 alunos da escola estadual onde foi desenvolvido o projeto de extensão. As figuras de 3 a 7 mostram alguns momentos da preparação e da realização da Feira de Empreendedorismo.

Figura 3 – Preparação da Feira de Empreendedorismo na Escola Estadual Presidente Tancredo Neves



Fonte: os próprios autores, 2017

Figura 4 –Feira de Empreendedorismo na Escola Estadual Presidente Tancredo Neves



Fonte: os próprios autores, 2017

Figura 5 –Feira de Empreendedorismo na Escola Estadual Presidente Tancredo Neves



Fonte: os próprios autores, 2017

Figura 6 –Feira de Empreendedorismo na Escola Estadual Presidente Tancredo Neves



Fonte: os próprios autores, 2017

Figura 7 – Foto de visitantes à Feira do Empreendedor na Escola Estadual Presidente Tancredo Neves



Fonte: os próprios autores, 2017

Todos os visitantes ficaram surpresos com a qualidade e criatividade dos trabalhos apresentados. Entre os vários elogios recebidos durante o evento, cabe destacar o comentário de uma mãe que trabalha em um escritório de contabilidade na mesma cidade em que o projeto foi desenvolvido: *“Se todos alunos aprendessem a elaborar um plano de negócio não teria tanta empresa na cidade de Cláudio fechando em poucos meses”*. A supervisora da escola elogiou a praticidade do modelo do plano de negócio (modelo SEBRAE) que foi utilizado. Cabe destacar que ela tem uma loja de roupa na cidade de Divinópolis, MG e não tinha conhecimentos sobre plano de negócios. Percebeu-se um grande envolvimento e motivação dos alunos com a apresentação da feira. Como forma de incentivo foi escolhido o melhor trabalho que será apresentado na “Feira de Empreendedorismo” da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg, unidade de Cláudio, que acontecerá no final do primeiro semestre de 2018.

Com o projeto de extensão “Empreendedorismo se aprende na escola: capacitação direcionada aos alunos do ensino médio da escola estadual do ensino médio do município de Cláudio” finalizado, os resultados alcançados foram apresentados no 19º Seminário de Pesquisa e Extensão da Uemg, em forma de pôster, que aconteceu na unidade de Divinópolis, no período de 08

a 10 de novembro de 2017, pelo universitário Lucas Gonçalves Meneses, extensionista do projeto.

Para avaliar o conhecimento adquirido pelos alunos da escola estadual com o projeto, foi solicitado a eles um relatório individual sobre o que aprenderam e como foi desenvolvido o projeto, para identificar a participação e envolvimento de cada um deles no projeto de criação da empresa fictícia. Houve também um debate entre os alunos, professores envolvidos no projeto e o universitário extensionista que ministrou o minicurso e orientou a elaboração do plano de negócios, para avaliação dos resultados alcançados, proposição de melhorias para as próximas edições e identificação dos pontos positivos que deverão ser mantidos. Um dos pontos negativos apontados pelos alunos foi o modelo de plano de negócios utilizado (modelo Sebrae), que, segundo eles, é complexo e de alto grau de dificuldade para elaboração. Outro ponto negativo identificado por eles foi dividir a sala em grupos, o que, de acordo com os alunos, provocou uma competição desnecessária. Propuseram que, na próxima edição do projeto, a turma toda forme apenas um grupo para criação da empresa fictícia e elaboração do plano de negócios. Os pontos negativos apontados servirão de reflexão numa próxima edição do projeto de extensão. Sobre os aspectos positivos, afirmaram que aprenderam muito com os temas abordados e a maneira como as aulas foram conduzidas.

A diretora manifestou grande satisfação com o projeto e comentou que outros profissionais já tentaram realizar projetos semelhantes na escola, mas não houve êxito, ressaltou que gostaria de contar com a participação da UEMG para o ano de 2018 no desenvolvimento do projeto nas demais turmas e também para a implantação de novos projetos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto, ao ser elaborado, teve o objetivo central de fomentar o empreendedorismo nas escolas estaduais de Cláudio, MG, como alternativa para geração de renda e influenciar no surgimento de novos negócios, que pudessem atender a demanda claudiense de produtos e serviços, além de gerar novos mercados de trabalho, o que foi plenamente alcançado, pois, as aulas sobre empreendedorismo foram ministradas para 36 alunos do ensino médio, despertando-lhes grande interesse pelo tema. Os planos de negócios foram elaborados e a Feira de Empreendedorismo realizada entre os dias 26 e 28/11/2017. Houve grande participação da comunidade escolar e civil, que ficaram surpresos com a qualidade e criatividade dos trabalhos apresentados pelos alunos.

Entre os vários elogios recebidos durante o evento, cabe destaque o comentário de uma mãe de aluno que trabalha um escritório de contabilidade “*Se todos alunos aprendessem a elaborar um plano de negócio não teria tanta empresa na cidade fechando em poucos meses*”. A supervisora da escola elogiou a praticidade do modelo do plano de negócio (modelo SEBRAE) que foi utilizado. Percebeu-se um grande envolvimento e motivação dos alunos com a apresentação da feira. Foi escolhido o melhor trabalho que será apresentado na “Feira de Empreendedorismo” da Universidade que acontecerá no final do primeiro semestre de 2018.

O projeto foi trabalhado interdisciplinarmente, com a participação de professores da escola que ministravam os conteúdos de Matemática, Português e Química. Os professores envolvidos com o projeto e a comunidade escolar perceberam positivamente o impacto significativo que o projeto exerceu sobre os alunos, principalmente na motivação deles e a geração de possíveis alternativas para melhoria da qualidade vida e do aumento da autoestima dos alunos. Outro fator relevante foi que, os alunos que não pensavam em cursar o ensino superior, depois desse evento, estão considerando essa possibilidade.

REFERÊNCIAS

BARRETO, L. P. **Educação para o empreendedorismo**. Salvador: Escola de Administração de Empresas da Universidade Católica de Salvador, 1998.

DOLABELA, Fernando. O SEGREDO DE LUÍSA. São Paulo: Picture, 1999.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Transformando ideias em negócios**. 2.Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Transformando ideias em negócios**. 6.Ed São Paulo: Atlas, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTA – IBGE. **Tabela 158 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência, por regiões metropolitanas, segundo os meses de referência - mar. 2002-fev.2016**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab_hist.shtm>. Acesso em: 25 mar. 2017.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

RIOS, Michele. **Empreendedorismo é alternativa para o desemprego**. 23 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.investmentosenoticias.com.br/financas-pessoais/carreiras-e-cursos/empreendedorismo-e-alternativa-para-o-desemprego>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA (SEBRAE). **Taxa de Sobrevivência Micro e Pequenas Empresas Brasil.** Disponível em: <<http://files.provisorio.ws/empredi/1281126849349546/13191254361404223Taxa>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

NOTAS SOBRE A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Márcio Pereira¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo clarificar o conceito de deficiência intelectual, tendo em vista que não se utiliza, atualmente, o termo deficiência mental. Historicamente a terminologia deficiência mental era a usual, mas de conformidade com a compreensão do que seja inteligência e das características que a pessoa com deficiência intelectual apresenta amplia-se o conceito e a terminologia é substituída. Essas mudanças possibilitam diferentes olhares a pessoa com deficiência intelectual e novas organizações de trabalhos pedagógicos frente a deficiência intelectual são construídas e praticadas. Conclui-se a que a mudança do conceito foi relevante, pois o mesmo coloca a pessoa com deficiência intelectual no processo de aprendizagem e não finda suas capacidades. O olhar da educação muda em relação a pessoa com deficiência intelectual, do não conseguir aprender ao conseguir aprender de conformidade ao funcionamento do seu intelecto e da forma de compreender e intervir na realidade.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual. Aprendizagem. Mudanças. Inteligência.

Abstract: This article aims to clarify the concept of intellectual disability, considering that the term mental deficiency is not currently used. Historically the terminology mental deficiency was the usual, but in accordance with the understanding of what intelligence and characteristics that the person with intellectual disability presents extends the concept and terminology is replaced. These changes enable different views of the person with intellectual disabilities and new organizations of pedagogical work on intellectual disability are built and practiced. It is concluded that the concept change was relevant, since it places the person with intellectual disability in the learning process and does not finish their abilities. The view of education changes in relation to the person with intellectual disability, of not being able to learn by being able to learn in

¹ Psicólogo, Mestre em Educação pela UNISAL/Americana/SP.

accordance with the functioning of his intellect and the way of understanding and intervening in reality.

Keywords: Intellectual Disability. Learning. Changes. Intelligence.

1. INTRODUÇÃO

Hoje, por buscar um melhor entendimento do que se denomina Deficiência Mental, há no espaço científico uma tendência em usar a terminologia Deficiência Intelectual. De acordo com Sasaki (2005), já em 1995 a expressão Deficiência Intelectual já foi utilizada quando a Organização das Nações Unidas realizou, em Nova York, o simpósio chamado INTELECTUAL DISABILITY: PROGRAMS, POLICIES, AND PLANNING FOR THE FUTURE. Também a Confederação Espanhola para pessoas com Deficiência Mental aprovou por unanimidade uma resolução substituindo a expressão “deficiência mental” por “deficiência intelectual” em 03/12/2002. Em outubro de 2004, no evento realizado pela Organização Pan-Americana da Saúde e a Organização Mundial da Saúde, em Montreal/Canadá, foi aprovado o documento Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual.

Em fevereiro de 2008, a tradicional American Association for Mental Retardation (AAMR) que durante cinco décadas carregou o termo Retardo Mental em seu nome, num gesto de renovação e sintonia com os novos tempos, mudou seu nome para “American Association on Intellectual and Developmental Disabilities²”, alterando inclusive sua sigla mundialmente conhecida de AAMR para AAIDD.

Historicamente as terminologias e adjetivos utilizados para a pessoa com deficiência intelectual foram os mais diversos, claro que contextualizados com o conhecimento do período histórico. Vários nomes podem ser listados, como: *oligofrenia, cretinice; tontice; imbecil; idiota; débil profundo; criança subnormal; criança mentalmente anormal; mongoloide; criança atrasada; criança eterna; criança excepcional; retardada mental* em nível dependente/custodial; *treinável/adestrável ou*

² “Associação Americana do Retardo Mental” para “Associação Americana do Desenvolvimento e Deficiência Intelectual”.

educável; deficiente mental em nível leve, moderado, severo e profundo; criança com déficit intelectual e do desenvolvimento.

Então, quais seriam as razões para a mudança da terminologia Deficiência Mental para Deficiência Intelectual? É justamente com o intuito de responder à questão que o texto se organiza.

2. Deficiência Mental (Deficiência Intelectual) e Transtorno Mental

Uma pergunta é importante ser feita para iniciarmos nossa conversa: Quais as razões que hoje o vocábulo “Deficiência intelectual” tem sido aceito no meio acadêmico e social? Respondendo pode-se dizer que uma delas seria a diferenciação entre os termos “deficiência mental” (atualmente deficiência intelectual) e “doença mental³” (atualmente transtorno mental).

O transtorno mental é uma experiência humana que interfere na própria realidade tal qual a concebemos e a compreendemos e, nessa perspectiva, pode-se considerá-la como um transtorno da alma do que uma doença do corpo. O transtorno mental atinge o que nos é mais caro, mais íntimo, o nosso modo de ser; interfere no entendimento da realidade, da articulação de si mesmo. O transtorno mental é uma forma aguda do sofrimento humano, alteram os processos mentais, lança suas vítimas contra si mesmas, arranca a pessoa da convivência e proximidade das outras e a encerra numa dramática e desesperadora forma alucinante do existir.

A deficiência intelectual tem outras nuances que a diferencia por demais do transtorno mental. Ela está relacionada ao desenvolvimento da inteligência

³ No campo da saúde mental (área da psiquiatria), houve uma mudança terminológica significativa, que substitui o termo **doença mental** por **transtorno mental**. Permanece o adjetivo mental (o que é correto), mas o grande avanço científico foi a mudança para transtorno. **A ideia de doença aponta para algo da ordem do biológico/patológico e determinante e hoje busca o entendimento que as questões mentais estão ligadas aos aspectos relacionais, por isso a mudança de nomenclatura.** Em 2001, o Governo Federal brasileiro publicou uma “lei sobre os direitos das pessoas com transtorno mental” (Lei nº 10.216, de 06/04/01), na qual foi utilizada exclusivamente a expressão transtorno mental. Aqui se aplica o critério do número: pessoa (s) com transtorno mental e não pessoa (s) com transtornos mentais, mesmo que existam várias formas de transtorno mental. Segundo especialistas, o transtorno mental pode ocorrer em 20% ou até 30% dos casos da deficiência intelectual (Marcelo Gomes, “O que é deficiência mental e o que se pode fazer? ” s/d, p.7), configurando-se aqui um exemplo de deficiência múltipla. (extraído do texto “Atualizações semânticas na inclusão de pessoas: deficiência mental ou intelectual? Doença ou transtorno mental?” – Romeu Kazumi Sassaki).

propriamente dito, o que não especificamente determina ao ser humano uma experiência humana fora das concepções da realidade, tal qual a percebemos. Pode ser que haja uma interpretação ingênua, ou mesmo uma análise precária dos fatos que envolvem a realidade, mas isso não traz sofrimento em relação ao existir e muito menos provoca alterações da consciência de maneira patológica.

O desenvolvimento da inteligência está relacionado à qualidade da relação estabelecida entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Nessa relação, ou seja, nesse ato de conhecer, as trocas do sujeito com o meio (físico, social, cultural e emocional) interferem na estruturação da inteligência. Mantoan (2004) afirma que o alicerce da vida intelectual se consolida ainda na tenra idade e caso essa relação seja precária em termos da exploração do objeto, perdas significativas podem acontecer e “arrasta para os seguintes estágios do desenvolvimento intelectual um débito que pode ser abatido, mas que jamais será totalmente saldado” (MANTOAN, 2004, p.22). Desta forma, o que identifica a deficiência intelectual é um sujeito que apresenta uma precária relação com o meio devido as suas habilidades cognitivas não desenvolvidas satisfatoriamente. Esse sujeito não obteve aquisições esperadas no desenvolvimento cognitivo que o possibilitasse a conquistar os níveis de pensamento esperado nos respectivos estágios do desenvolvimento cognitivo, de acordo com a **Epistemologia Genética de Piaget**, o que empobrece o pensamento, a linguagem, o raciocínio, a atenção, a concentração, a percepção e a memória. Assim, podemos ter uma pessoa com transtorno mental e também deficiência intelectual, mas uma pessoa com deficiência intelectual não necessariamente terá transtorno mental.

3 – O Funcionamento do intelecto – a deficiência intelectual

A outra razão para a utilização do vocábulo deficiência intelectual e não deficiência mental seria o fenômeno propriamente dito, ou seja, é mais apropriado o termo intelectual por referir-se ao funcionamento do intelecto especificamente e não ao funcionamento da mente como um todo.

Considerando os aspectos intelectuais, quais seriam as peculiaridades dos processos do desenvolvimento cognitivo dos considerados deficientes intelectuais? Um

dos aspectos configura-se a uma análoga *construção inacabada*, ou seja, a evolução em termos dos estágios, por diversas razões, sempre está aquém das aquisições previstas para uma determinada faixa etária. Em relação às crianças com a mesma idade, os deficientes intelectuais embora possuam esquemas de assimilação equivalente às crianças no desenvolvimento adequado dos estágios cognitivos, demonstram grandes dificuldades frente à resolução de situações-problema. Eles não conseguem colocar em prática os seus instrumentos cognitivos. Apesar de que a inteligência dos deficientes intelectuais apresente uma “lentidão” significativa no seu progresso intelectual, a inteligência deles testemunha certa plasticidade ao reagir satisfatoriamente ao meio, ou seja, quando estimulados adequadamente e as respostas são satisfatórias, há evoluções significativas.

Enquanto a criança que desenvolve satisfatoriamente, a nível intelectual, passa por vários estágios sucessivos, em ritmo relativamente rápido, desligando-se das formas anteriores de seu raciocínio depois de um período de oscilação, o deficiente intelectual segue este mesmo desenvolvimento, num ritmo mais lento; por outro lado, quando alcança o limite superior, o seu raciocínio conserva, em geral, a marca dos níveis anteriores. Poder-se-ia, inclusive, dizer que na criança que desenvolve satisfatoriamente o intelecto os passos sucessivos de um nível ao seguinte se efetuam de modo cada vez mais rápido até o final da adolescência, em virtude da mobilidade crescente do pensamento operatório. Nas crianças consideradas deficientes intelectuais observa-se o contrário: uma diminuição gradual do ritmo de desenvolvimento, que desemboca em um estado estacionário. Enquanto o pensamento de crianças não deficiente intelectual evolui no sentido de uma equilibração progressiva das operações definidas pela mobilidade e pela estabilidade crescente do pensamento, o pensamento da criança deficiente intelectual parece chegar a um falso equilíbrio caracterizado por uma certa viscosidade de raciocínio.

O deficiente intelectual necessita de estimulação com qualidade, como todos nós, para que o desenvolvimento cognitivo se processe satisfatoriamente é importante que a pessoa com deficiência intelectual exercite uma atitude autocrítica e positiva de si mesmo, onde valorize sua aprendizagem e encontre satisfação na busca de resolução de problemas. Assim, o importante é fomentar o desenvolvimento cognitivo, através de

situações-problema e favorecer o incremento das capacidades metacognitivas - planejamento de ações, objetivação do pensamento. Desta forma, as atividades voltadas ao desenvolvimento da inteligência devem estar centradas na linguagem e em instrumentos do planejamento, controle e regulação de suas ações.

É importante não enquadrar previamente as crianças com deficiência intelectual em uma categoria baseada em generalizações de comportamentos esperados para a faixa etária, por pensar que a função cognitiva é regulada pelo sujeito da aprendizagem não dependendo de sua condição intelectual ser mais ou menos privilegiada. A função cognitiva depende sim da diversidade de formas singulares de adaptação do sujeito frente a um objeto do conhecimento e também da possibilidade de se expressar abertamente sobre ele. Esse é o ponto fundamental das diferenças do ato de aprender e dos estilos de aprendizagem de cada pessoa, ou seja, de como elas se colocam frente ao objeto do conhecimento.

A abordagem teórica cognitivista e relacional afirma que todos aprendem. E quais seriam as razões que sustentam essa afirmativa? A primeira seria que a estrutura mental do sujeito possui três atributos básicos para o seu desenvolvimento: a plasticidade do Sistema Nervoso Central (SNC); a flexibilidade e a educabilidade. A segunda seria a distinção entre cognição, inteligência e competência. Hoje a inteligência não é mais entendida como um atributo apenas inato e sim como um conjunto de estratégias ou habilidades para se adaptar e/ou resolver situações-problema. A inteligência é um perfil plural e não mais singular. A competência passa a ser entendida como disponibilidade para a aprendizagem, desde que mediada por um contexto estimulador e amplificador dos recursos cognitivos.

A terceira razão diz respeito à diversidade no desenvolvimento cognitivo dos sujeitos, que dependerá das variações existentes nos contextos emocionais, sociais e pedagógicos e além do mais em como a sociedade atribui importância a certos conteúdos ou direções da aprendizagem. Nesse sentido, e diante das colocações feitas, a aprendizagem não pode ser considerada como uma deficiência cognitiva, embora haja limitações de ordem fisiológica e neurológica que podem influenciar no desenvolvimento de competências especializadas, mas com certeza, a cognição pode alcançar zonas proximais de desenvolvimento cada vez mais alargadas ou mesmo pode-

se exercitar a educabilidade dos sujeitos a aprender a aprender. Desta forma, configura-se a ideia de que a competência cognitiva é algo construído e, por isso mesmo, é relevante reconhecer que as diferenças de aprendizagens e competências dos sujeitos estão relacionadas em função de seus patamares em construção e das zonas de desenvolvimento proximal que lhes são proporcionadas como abertura para um potencial mais amplo.

4 – Considerações

Finalizando, é importante não conceber a pessoa com deficiência intelectual como alguém que não tem capacidades e que terá dificuldades de compreensão e de entendimento. Ao trabalhar com a pessoa com deficiência intelectual deve-se ter em mente que todos nós temos possibilidades e que a estimulação com qualidade é essencial para o desenvolvimento cognitivo. E a motivação é fator importante para toda aprendizagem, assim como os laços afetivos que se estabelecem na relação ensino/aprendizagem. Tudo é possível num mundo onde não se tem certeza efetiva das coisas. Tudo pode acontecer e as reações do ser humano são as mais variadas possíveis e há relatos de que a superação das nossas limitações é real. Acredite não só no trabalho que é oferecido como naquele que recebe o seu trabalho

Referências

- LURIA, A.R. **Desenvolvimento Cognitivo**. São Paulo: Ícone, 1990.
- MANTOAN, **Ser ou estar**: eis a questão – explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 2004.
- PROTILHO, Evelise. **Como se aprende?** Estratégias, estilos e metacognição. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009.
- VALLE, Luiza Elena Leite Ribeiro do e ASSUMPÇÃO JR, Francisco (organizadores). **Aprendizagem, linguagem e pensamento**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2008.
- WANDSWORTH, Barry J. **Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget**. São Paulo: Pioneira, 1996.

A HISTÓRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

PEREIRA, Márcio¹

RESUMO: Este artigo busca traçar aspectos históricos que identificam a trajetória da pessoa com deficiência nos contextos sociais organizados e vividos pelo ser humano no decorrer de sua compreensão e entendimento. A compressão do percurso conceitual e histórico a respeito da pessoa com deficiência e das consequências sociais advindas desses conceitos sustenta uma nova releitura do que seja a deficiência e das mudanças sociais que tem ocorrido a partir da proposta inclusiva. Importante ressaltar que o entendimento histórico visa à construção de novos olhares e formas de organização da sociedade para atender aqueles que a constitui e a organiza.

Palavras-chave: História. Conceito. Deficiência. Percursos. Inclusão.

ABSTRACT: This article seeks to trace historical aspects that identify the trajectory of the person with disability in the social contexts organized and lived by the human being in the course of their understanding and understanding. The compression of the conceptual and historical course regarding the person with disability and the social consequences of these concepts supports a new re-reading of what is the deficiency and the social changes that have occurred from the inclusive proposal. It is important to emphasize that the historical understanding aims at the construction of new looks and forms of organization of society to attend to those who constitute and organize it.

Keywords: History. Concept. Deficiency. Courses. Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

¹Psicólogo Educacional, Mestre em Educação/UNISAL/SP-2003

Este artigo tem como objetivo a discussão da história da pessoa com deficiência no contexto das sociedades. Obviamente, o entendimento desse percurso facilita a compreensão do que hoje se tem buscado realizar que é a inclusão social.

Nos dias de hoje, depois de diversas situações históricas que demonstram a crueldade e a exclusão, tem-se buscado o entendimento do homem integral e que o outro é uma peça importantíssima para o crescimento e o reconhecimento de ser humano. Nesse sentido, manter uma relação de respeito à diferença e os modos com que cada um se apresenta é fundamental para uma sociedade repleta de diversidades.

Obviamente, o entendimento de que há diversas formas de expressão e condição humana não foi algo que represente uma construção de harmonização. Ao contrário, foi uma construção repleta de sofrimento e dor, cujo fundamento era de sociedades voltadas à valorização do belo, da leitura mítica do mundo ou mesmo da supremacia religiosa, dos interesses pessoais e governamentais. Não se pode dizer que essas questões ainda não permeiam a sociedade de hoje, contudo muitos valores já se ampliaram ou se modificaram, trazendo ao homem novas formas de interpretar a vida e a sociedade, assim como as pessoas.

O direito da pessoa é valorizado e atestado pelas legislações, mesmo que ainda não tenhamos cumprido adequadamente o que se tem proposto o homem não se comporta como nas sociedades primitivas e medievais. Somos diferentes e seremos diferentes a cada momento e, certamente, o progresso em todos os sentidos está em nossa porta e, com ele, formas cada vez mais inclusivas.

Assim, o texto traça a história da pessoa com deficiência para nos auxiliar na reflexão do tanto já crescemos e do que ainda podemos fazer para melhorar a nossa vida e nossas relações, dando o direito a todos de se expressarem, de se sentirem incluídos e, acima de tudo, se sentirem como parte integrante e atuante na história do seu tempo, alicerçando a sociedade atual para um homem realmente integral e inclusivo.

2. Caminho Metodológico

A metodologia é a etapa que sustenta a construção do conhecimento científico e este trabalho se respalda na pesquisa bibliográfica, que de acordo com Carvalho (1991),

“desperta o interesse pelo tema e o espírito indagador e crítico acerca de múltiplas dimensões de uma dada realidade” (p. 156). Desta forma, foram utilizados textos que destacam as principais contribuições encontradas segundo o interesse deste estudo.

3. A Exclusão da pessoa com deficiência

A história da deficiência inicia-se desde a vida do homem primitivo. O ambiente não era propício às pessoas que nasciam com deficiência devido às condições ambientais que dificultavam a sobrevivência e as formas de organização grupal. Na medida em que o clima da terra foi amenizando, os grupos começaram a se organizar em busca do sustento. Nesse percurso, a inteligência humana começa a se manifestar e a percepção do ambiente aumentou. Começaram a adorar o sol, a lua e os animais.

De acordo com os historiadores a sobrevivência de uma pessoa com deficiência nos grupos primitivos de humanos era impossível, porque o ambiente era agressivo e ríspido e essas pessoas representavam um fardo para o grupo. Só os mais fortes sobreviviam e era, inclusive, muito comum que certas tribos se desfizessem das crianças com deficiência.

Na Grécia antiga, Platão (no livro *A República*) e Aristóteles (no livro *A Política*) trataram do planejamento das cidades gregas indicando as pessoas nascidas “disformes” para a eliminação. A eliminação era por exposição, ou abandono ou, ainda, atiradas do aprisco de uma cadeia de montanhas chamada Taygetos, na Grécia.

Em Platão, *A República*, Livro IV, 460 c - Pegarão então os filhos dos homens superiores, e levá-los-ão para o aprisco, para junto de amas que moram à parte num bairro da cidade; os dos homens inferiores e qualquer dos outros que sejam disformes, escondê-los-ão num lugar interdito e oculto, como convém (GUGEL: 2007, p. 63).

APolítica, de Aristóteles, Livro VII, Capítulo XIV, 1335 b – Quanto a rejeitar ou criar os recém-nascidos, terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma criança disforme será criada; com vistas a evitar o excesso de crianças, se os costumes das cidades impedem o abandono de recém-nascidos deve haver um dispositivo legal limitando a procriação se alguém tiver um filho contrariamente a tal dispositivo, deverá ser provocado o aborto antes que comecem as sensações e a vida (a legalidade ou ilegalidade do aborto será definida pelo critério de haver ou não sensação e vida) (GUGEL: 2007, p. 63).

Já em Roma, suas leis não eram favoráveis às pessoas que nasciam com deficiência. Aos pais era permitido matar as crianças com deformidades físicas, pela prática do afogamento. Relatos nos dizem que os pais também abandonavam seus filhos em cestos no Rio Tibre, ou em outros lugares sagrados. Os sobreviventes eram explorados nas cidades por “esmoladores”, ou passavam a fazer parte de circos para o entretenimento dos abastados. Ao tempo das conquistas romanas, auge dos Césares, legiões de soldados retornavam com amputações das batalhas dando início a um precário sistema hospitalar. Até então as pessoas deficientes foram discriminadas, afastadas e excluídas da convivência com outras pessoas consideradas “normais”. Denomina-se este período de paradigma da exclusão/eliminação.

Historicamente essas pessoas foram excluídas dos ambientes sociais públicos, porque acreditava-se que eles, sendo muito diferentes dos chamados “normais”², eram seres inferiores e incapazes de conviverem na sociedade. Foram durante décadas, eliminados e até mesmo exterminados (MENICUCCI, 2006, p. 9)

3.1 A segregação do deficiente

No vitorioso Império Romano surgiu o cristianismo. A nova doutrina voltava-se para a caridade e o amor entre as pessoas. As classes menos favorecidas sentiram-se acolhidas com essa nova visão. O cristianismo combateu, dentre outras práticas, a eliminação dos filhos nascidos com deficiência. Os cristãos foram perseguidos, porém alteraram as concepções romanas a partir do Século IV. Nesse período surgiram os primeiros espaços de caridade que abrigavam indigentes e pessoas com deficiências.

² A palavra “normal” não é mais usual, tendo em vista que não se aplica ao contexto da diversidade subjetiva. A palavra “normal” tem um fundamento estatístico e médico, considerando parâmetros de quantificação e do que se pode entender o humano enquanto um organismo. Subjetivamente não se utiliza a expressão “normal” ou “anormal” devido ao reconhecimento conceitual de cada cultura, sociedade e formas de expressões humanas.

Naquele tempo, Jesus encontrou no seu caminho um cego de nascença. Os discípulos perguntaram-Lhe: “Mestre, quem é que pecou para ele nascer cego? Ele ou os seus pais?” Jesus respondeu-lhes: “Isso não tem nada que ver com os pecados dele ou dos pais; mas aconteceu assim para se manifestarem nele as obras de Deus”. (...) dito isto, cuspiu em terra, fez com a saliva um pouco de lodo e ungiu os olhos do cego. Depois disse-lhe: “Vai lavar-te à piscina de Siloé”; Ele foi, lavou-se e voltou a enxergar (GUGEL, 2007. p.04)

A idade média iniciou-se com o fim do Império Romano (Século V, ano 476) e a Queda de Constantinopla (Século XV, em 1453) e é marcada por precárias condições de vida e de saúde das pessoas. A população ignorante encarava o nascimento de pessoas com deficiência como castigo de Deus. Os supersticiosos viam nelas poderes especiais de feiticeiros ou bruxos. As crianças que sobreviviam eram separadas de suas famílias e quase sempre ridicularizadas. A literatura da época coloca os anões e os corcundas como focos de diversão dos mais abastados. O rei Luís IX, cujo reinado ocorreu entre 1214 e 1270, fundou o primeiro hospital para pessoas cegas, o Quinze-Vingts.

A Idade Moderna marcou a passagem de um período de extrema ignorância para o nascer de novas ideias. Ela ocorreu do ano de 1453 (Século XIV), quando da tomada de Constantinopla pelos Turcos Otomanos, até 1789 (Século XVIII) com a Revolução Francesa. O período mais festejado é o que vai até o Século XVI, com o chamado Renascimento das artes, da música e das ciências, pois revelaram grandes transformações, marcada pelo humanismo.

No Século XV o Príncipe de Anhalt, na Alemanha saxônica, desafiou publicamente o reformador religioso Martinho Lutero, não cumprindo sua ordem de afogar crianças com deficiência intelectual. Lutero afirmava que estas pessoas não possuíam natureza humana e eram usadas por maus espíritos, bruxas, fadas e duendes. Os Séculos XVI e XVII em toda a Europa foram marcados pela massa de pobres, mendigos e pessoas com deficiência.

Durante os séculos XVII e XVIII houve grande desenvolvimento no atendimento às pessoas com deficiência em hospitais. Havia assistência especializada em ortopedia para os mutilados das guerras e para pessoas cegas e surdas. Philippe Pinel (1745-1826) explicou que pessoas com perturbações mentais devem ser tratadas como

doentes, ao contrário do que acontecia na época, quando eram tratados com violência e discriminação.

Entre os séculos XVI e XIX as pessoas com deficiência continuavam isoladas, mas ficavam em asilos, conventos e albergues, surgindo o 1º hospital psiquiátrico na Europa que não passavam de prisões sem qualquer tipo de tratamento especializado. Isso porque nesse período houve avanços da Medicina que retiraram essas pessoas da condição de asilar, passando a tratá-las como doentes e merecedoras de tratamento hospitalar, porém mantendo-as na condição de isolamento em hospitais e internatos. Instala-se o modelo médico no tratado da deficiência, encarada então como uma doença.

Os estudos da Psicologia ganham cientificidade e proliferam-se os testes padronizados para medir e classificar as pessoas, rotulando-as e categorizando-as em grupos iguais e diferentes ao padrão esperado pela sociedade. Inicia-se o modelo clínico-terapêutico no trato da deficiência. Às pessoas com deficiência é conferido o status de pacientes e a elas é proporcionado o atendimento clínico-terapêutico (MENICUCCI, 2006, p.9)

Nesse período histórico da humanidade as escolas não se abriam para as pessoas com deficiência, consideradas “doentes”, “pacientes”, “surgiram às escolas e classes especiais, como espaço exclusivo para aqueles cuja deficiência motivou rejeição da escola regular, sob a justificativa da necessidade de um atendimento especializado médico, clínico especializado, porém não pedagógico” (MENICUCCI, 2006, p. 10) Historicamente, é vivido o paradigma da segregação, que representa o isolamento e a institucionalização dos deficientes.

3.2 A Integração: Novos rumos, novas perspectivas

O Século XX trouxe avanços importantes para as pessoas com deficiência, sobretudo em relação às ajudas técnicas ou elementos tecnológicos assistivos. Os instrumentos que já vinham sendo utilizados (cadeira de rodas, bengalas, sistema de ensino para surdos e cegos, dentre outros) foram se aperfeiçoando. A sociedade, não obstante as sucessivas guerras se organizaram coletivamente para enfrentar os problemas e para melhor atender a pessoa com deficiência.

Por volta dos anos de 1902 até 1912, cresceu na Europa a formação e organização de instituições voltadas para atender a pessoa com deficiência. Levantaram-se fundos para a manutenção dessas instituições, sendo que havia uma preocupação crescente com as condições dos locais aonde as pessoas com deficiência se abrigavam. Já começavam a perceber que as pessoas com deficiência precisavam participar ativamente do cotidiano e integrarem-se na sociedade.

Na literatura infantil, por exemplo, discutia-se o futuro das crianças desamparadas. O livro de J.M. Barrie, com o tema de Peter Pan, o menino que não queria crescer, inspirou peças teatrais, assim como os movimentos sociais de 1904 (GUGEL, 2007, p.8).

Em Londres realizou-se a Primeira Conferência sobre Crianças Inválidas, tendo como tema principal a integração na sociedade das crianças institucionalizadas. Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos, na cidade de Saint Louis, organizou-se o primeiro Congresso Mundial dos Surdos para discutir os métodos de comunicação por sinais e o do oralismo.

Na Alemanha, nos anos seguintes, fez-se o primeiro censo demográfico de pessoas com deficiência, com o objetivo de organizar o Estado para melhor atender as pessoas com deficiência. Nos Estados Unidos, realizou-se a Primeira Conferência da Casa Branca sobre os Cuidados de Crianças Deficientes e, na cidade de Boston, em 1907, a Goodwill Industries organizou as primeiras turmas de trabalho protegido de pessoas com deficiência nas empresas.

Em 1914 o Império Alemão declara guerra. O período da Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, em que os Impérios Alemão, Austro-Húngaro e Turco-Otomano se batiam contra o Império Britânico, França, Rússia e ao final os Estados Unidos. Foram anos de muita carístia no mundo. As mulheres puseram-se a trabalhar para sustentar a família enquanto os maridos estavam na guerra. As crianças com e sem deficiência ficavam em abrigos.

Mesmo com o fim da Primeira Grande Guerra os conflitos políticos continuaram e os países estavam em crise financeira. No entanto, era necessário que os governos se preocupassem com o desenvolvimento de procedimentos de reabilitação dos ex-combatentes, melhorando a qualidade de vida dos jovens veteranos.

Somente em 1919, com o Tratado de Versailles, é consolidada a paz, embora não tenha sido duradoura, e é criado um importante organismo internacional para tratar da reabilitação das pessoas para trabalho no mundo, inclusive das pessoas com deficiência: a Organização Internacional do Trabalho. OIT - Organização Internacional do Trabalho.

A Segunda Guerra Mundial, ocorrida de 1939 a 1945, liderada pelo alemão Hitler, assolou e chocou o mundo pelas atrocidades provocadas. Sabe-se que o Holocausto eliminou judeus, ciganos e também pessoas com deficiência. Estima-se que 275 mil adultos e crianças com deficiência morreram nesse período e, outras 400 mil pessoas suspeitas de terem hereditariedade de cegueira, surdez e deficiência intelectual foram esterilizadas em nome da política da raça ariana pura.

O triste desfecho da guerra, quando os Estados Unidos lançaram bombas nucleares sobre Hiroshima e Nagasaki, foi devastador e matou 222 mil pessoas, deixando sequelas nos sobreviventes civis. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo precisou se reorganizar. A Europa estava devastada, assim como os países aliados porque enviaram tropas para derrotar Hitler. As cidades exigiam reconstrução, as crianças órfãs precisavam de abrigo, comida, roupas, educação e saúde. Os adultos sobreviventes das batalhas têm sequelas e precisam de tratamento médico e reabilitação.

Com a Carta das Nações Unidas, criou-se a Organização das Nações Unidas – ONU, no ano de 1945 em Londres, visando encaminhar com os países membros as soluções dos problemas que assolavam o mundo. Os temas centrais foram divididos entre as agências: ENABLE – Organização das Nações Unidas para Pessoas com Deficiência UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância OMS - Organização Mundial da Saúde.

Em 1948, a comunidade internacional se reúne na nova sede da ONU, em Nova York, jurando solenemente nunca mais produzir as atrocidades como aquelas cometidas durante a Segunda Guerra Mundial. Os dirigentes mundiais decidem reforçar a Carta das Nações Unidas, declarando em um só documento todos os direitos de cada pessoa, em todo lugar e tempo. Nasce a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Declaração Universal dos Direitos do Homem Artigo 1º: Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade. No artigo 25 há menção expressa à pessoa com deficiência, designada de “inválida”.

Artigo 25 em relação à pessoa com deficiência:

1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.
2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.

É nesse tempo de reconstrução que as instituições voltadas para as pessoas com deficiência se consolidaram em todos os países, principalmente buscando alternativas para sua integração social e aperfeiçoamento das ajudas técnicas para pessoas com deficiência física, auditiva e visual.

Desta forma, no século XX pessoas com deficiência começaram a ser consideradas cidadãs com direitos e deveres de participação na sociedade, mas ainda de maneira assistencial – Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Nos anos 60 surgiram os primeiros movimentos organizados por familiares de pessoas com deficiência, com críticas à discriminação; pesquisas e teorias sobre a inclusão e melhoria das condições de vida dos mutilados de guerra avançaram a partir dos anos 70 nos Estados Unidos. Este movimento se intitulou de integração e influenciou o espaço educacional.

O movimento de integração justifica-se pela ruptura com as teorias já esgotadas dos “sistemas paralelos” de educação e das compensações, começando a ceder lugar às experiências concretas que assentam noutra forma de conceitualizar a escola. Ele teve início nos países nórdicos, Suécia, Dinamarca e Noruega.

Para a NARC (National Association of Retarded Citizens, USA) citada por Sérgio Niza, a integração consiste na oferta de serviços educativos que se põem em prática

mediante a disponibilidade de uma variedade de alternativas de ensino e de classes, que são adequadas ao plano educativo, para cada aluno, permitindo a máxima integração institucional, temporal e social entre alunos deficientes e não deficientes durante a jornada da escola comum.

Com base nesta nova concepção, o movimento de integração foi, progressivamente, chegando a outros países onde os sistemas educativos se organizam com o objetivo de acolher todos os alunos, mas com ritmos diferentes e de acordo com modelos diversificados.

No Brasil a integração se fortalece na Década de 80, onde as escolas especiais preparavam alguns alunos que seriam transferidos para as escolas chamadas regulares. Quem superava as suas dificuldades adquiria o direito de transferência para a escola comum e os deficientes tinham que se adequar às propostas educacionais. Denomina-se este período de paradigma da integração. Nesse período, ainda, havia muita discriminação e preconceito em relação aos deficientes sendo estes denominados de incapazes, atendidos em hospitais, escolas especializadas ou mesmo, ainda, escondidos pela família. O sentimento para muitos era o de incômodo e de afastamento destas pessoas.

3.3 O movimento inclusivo e o deficiente como cidadão

Só recentemente, na 2ª metade da década de 90, o mundo tenta penetrar na era da inclusão. Um acontecimento importante aconteceu na década de 70 onde é publicado o documento que traz contribuições fundamentais no sentido da integração/inclusão dos alunos com deficiência: o relatório de Warnock Report.

O Warnock Report veio deslocar o enfoque médico nas deficiências dos educandos para um enfoque na aprendizagem escolar de um currículo ou de um programa, representando a passagem do paradigma médico ou médico-pedagógico para o paradigma ou modelo educativo inclusivo. Ao polarizar a atenção no programa escolar, o relatório passa a considerar o conjunto dos estudantes que ao longo de toda a sua escolaridade vão manifestando, num ciclo ou noutro, dificuldades que revelam a

necessidade de disporem de meios apropriados para poderem desenvolver as aprendizagens propostas.

Previa-se então, para Inglaterra, que vinte por cento dos alunos que frequentavam o sistema de educação poderia ter necessidades especiais na sua escolaridade. Desses, apenas dois a quatro por cento teria algum tipo de deficiência. Portanto, revelava-se que só uma pequena parte da população escolar apresentava necessidades educacionais especiais (NEE). Estes padrões de referência, que se generalizaram com rapidez, dão-nos um elemento importante, embora não indiscutível, para analisar e aferir a situação do sistema educativo.

Foi neste contexto, que o Relatório Warnock introduziu o conceito de Necessidades Educacionais Especiais. O termo necessidades educacionais especiais refere-se à defasagem entre o nível de comportamento ou de realização da criança e o que dela se espera em função da sua idade cronológica. A partir dessa compreensão, um aluno tem necessidades educacionais especiais se tem dificuldades que exigem adaptação das condições em que se processa o ensino/aprendizagem, isto é, uma dificuldade significativamente maior em aprender do que a maioria dos alunos da mesma idade, ou uma incapacidade ou incapacidades que o impedem de fazer uso das mesmas oportunidades que são dadas, nas escolas, a alunos da mesma idade.

Foi assim que o conceito de educação especial referido às crianças e jovens com dificuldades, em consequência de deficiência, deu lugar ao conceito mais vasto de necessidades educacionais especiais, que não se circunscreve a essas situações, antes se alarga a todos os tipos de dificuldades de aprendizagem. Todos os alunos, durante todo o percurso escolar, ou apenas numa parte dele, podem deparar com algumas dessas dificuldades.

O relatório de Warnock vai ainda mais longe quando desdobra as modalidades de ação destinadas às crianças em idade escolar que não atingem os objetivos escolares, em três categorias de necessidades educacionais especiais: a necessidade de se encontrarem meios específicos de acesso ao currículo; a necessidade de ser facultado a determinadas crianças/alunos um currículo especial ou modificado; a necessidade de dar uma particular atenção ao ambiente educativo em que decorre o processo de ensino-aprendizagem.

Neste percurso, movimentos aconteceram no mundo todo e criaram-se normas e acordos internacionais sobre educação de qualidade para todos, a saber: (1989) Convenção sobre os Direitos da Criança/Nações Unidas; (1990) Conferência Mundial sobre Educação para todos (Jomtien, Tailândia – 1990); Normas Padrão das Nações Unidas sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (1994); Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais (1994); Reunião de Ministros da Educação na América Latina e Caribe (Kingston, 1996); Reunião Regional das Américas, preparatória do Foro Mundial de Educação Para Todos (São Domingos, 2000) e VII Reunião Regional de Ministros da Educação (Cochabamba, 2001); a Convenção de Guatemala (2001) que aborda a discriminação contra as pessoas com deficiência. A Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, em Salamanca, que dispôs sobre a obrigatoriedade das escolas de acolher todas as crianças, independentemente de suas condições pessoais. Outra questão importante é que em 2001, através da OMS publicou-se o CIF- Classificação da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, enfatizando que Deficiência e Incapacidade não são somente consequências da saúde e doenças, mas também, são determinadas pelo contexto físico, político e social.

Fazendo um recorte a Declaração de Salamanca, este movimento, constitui uma referência incontornável no percurso de uma escola inclusiva. Esta declaração situa a questão dos direitos das crianças e jovens com NEE no contexto mais vasto dos direitos do homem e, por isso, refere-se à Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos e as Normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência.

O documento acolhe as novas concepções sobre a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais, expressa a opção pela escola inclusiva e traça as orientações necessárias para a ação, a nível nacional e a nível internacional, com vistas à implementação de uma escola para todos.

O texto apela a todos os governos e incita-os a adotar, como matéria de lei ou como política, o princípio da educação inclusiva, admitindo todas as crianças nas escolas regulares, a não ser que haja razões que obriguem a proceder de outro modo.

Acordou-se em Salamanca que as escolas devem ajustar-se “a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, devem incluir-se crianças com deficiência ou superdotadas, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos e marginais”. Estas condições colocam uma série de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto do Enquadramento da Ação, a expressão “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades se relacionam com alunos que apresentam dificuldades no acesso ao currículo.

Lê-se ainda na Declaração que para que a possibilidade de sucesso nas escolas regulares possa concretizar, esta deve adequar-se às crianças e jovens com NEE, através duma pedagogia neles centrada e capaz de ir ao encontro dessas necessidades. Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias. Os sistemas de educação devem ser planeados e os programas devem ser implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades. Desta forma, concretizou-se a ruptura formal com a escola segregada e com o ciclo dos sistemas de compensação educativa e reforçou-se, com grande clareza, a via da inclusão.

A evolução das terminologias é representativa ao reconhecimento dos deficientes, a saber: **Pessoas com Deficiência** – é o termo mais recente sugerido como adequado por Romeu Sassaki, que é consultor da área de Inclusão Social; **Pessoas Portadoras de Deficiências (PPD)**: termo utilizado em todas as documentações estaduais e federais e, por este motivo, é o termo empregado por muitas autoridades e pessoas que lidam na área; portanto não mais usual no contexto da inclusão. **Pessoas com Necessidades Especiais (PNE)**: as pessoas com necessidades especiais, não necessariamente, possuem uma deficiência. Exemplos: pessoas com obesidade, diabetes, etc, apresentam algumas necessidades especiais, mas não apresentam uma deficiência física, visual, auditiva, intelectual ou múltipla. Portanto, este termo não é considerado adequado para ser utilizado para identificar pessoas com deficiência. **Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais**: nem todas as pessoas com deficiência necessariamente precisam de metodologia ou recursos educacionais

especiais. Portanto, não é um termo adequado para ser utilizado para identificar pessoas com deficiência, de forma geral. O Parâmetro utilizado pela Organização Mundial de saúde (OMS) de 10% da população de países desenvolvidos como sendo **Pessoas com Deficiência**.

4. Conclusão

O movimento da inclusão se constitui a partir dos meados do século XX e considera o deficiente como cidadão, reconhecendo o paradigma da inclusão. Mas somos sabedores de que a trajetória das pessoas com deficiência é marcada por sentimentos e práticas preconceituosas, desrespeitosas, discriminatórias, pela negação de direitos e pela adoção de mecanismos excludentes, sobretudo da educação.

Reescrever esta história e escrever outra depende de todos nós aprendermos a conviver com a diversidade, respeitando a riqueza da diferença humana. E esta nova visão representa um desafio, pressupõe uma verdadeira e efetiva reorganização de todo o sistema social e envolve, sobretudo, um compromisso coletivo: governantes, dirigentes, educadores das escolas comuns e especiais, famílias, alunos e toda a sociedade em geral.

Referências

- BEZERRA, Rebeca Monte Nunes. Acessibilidade. In Dias, Joelson et al. (orgs.) **Novos Comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, Brasília, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2014
- BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial. MEC, SEESP, 2001.
- DUK, Cynthia. **Educar na diversidade**: material de formação docente. 3Ed. 2. Impressão – Brasília: MEC, SEESP, 2007.

FIGUEIRA, Emilio. **Caminhando em Silêncio**: Uma introdução à trajetória da pessoa com deficiência na história do Brasil. São Paulo, Giz Editorial, 2008

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **O conceito revolucionário da pessoa com deficiência**, 2007. Disponível em:

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smacis/default.php?reg=4&p_secao=96 Acesso em: 15 outubro 2014

GALT, Rosana. (org). **Educação Inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GARCIA, Vinicius Gaspar. **As pessoas com deficiência na história do Brasil**. 2011 Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/pcd-brasil> Acesso em: 22 janeiro 2015.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Subprocuradoria Geral do Trabalho. Conselho do CONADE.

IZEQUIERDO, Teresa Maria Rodrigues. **Necessidades Educativas Especiais a mudança pelo Relatório Warnock**. El Informe Warnock. Revista Siglo Cero, N° 120, Julio - agosto 1990.

MENICUCCI, Maria Do Carmo. **Educação Inclusiva: possibilidades e desafios atuais**. Centro de Formação de Professores/PUC Minas. Educação Especial Inclusiva: ênfase em Ciências Humanas, livro-texto 1, p. 8 a 11.

Parecer nº 3 de 17 de fevereiro de 1999. Conselho Nacional de Educação de Portugal – **Crianças e Alunos com Necessidades Educativas Especiais**.

FILOSOFIA AFRICANA – POR UMA EDUCAÇÃO ANTI-RACISTA

Maria Antonieta Teixeira¹
Daiane de Oliveira Cruz²

RESUMO

A pesquisa visa sistematizar um referencial filosófico africano e afro-brasileiro que possa subsidiar a educação das relações étnico-raciais a partir do debate e da compreensão da cultura e dos valores africanos. A investigação decorre da pesquisa sobre a alteridade, que revelou a Filosofia Africana como uma outra racionalidade, cujos valores fundamentam uma outra forma de *conviver*. O negro africano, como o *outro* da relação alteritária, expressa a visão ocidental como a história única, colonizadora, baseada na identidade. Necessário transformar o exótico em familiar propiciando uma troca de experiências humanas. Dialogar com o outro permite ultrapassar o preconceito. A revisão de literatura indica a retomada ética como tendência contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia africana. Educação étnico-racial. Racismo.

ABSTRACT

The research aims to systematize an African and Afro-Brazilian philosophical referential that can subsidize the education of ethnic-racial relations from the debate and understanding of African culture and values. The research stems from the research on alterity, which revealed African Philosophy as another rationality, whose values underlie another way of living. The African Negro, like the other of the alteritary relation, expresses the Western vision as the unique, colonizing, identity-based history in it. It is necessary to transform the exotic into the familiar by providing an exchange of human experiences. Dialogue with one another allows one to overcome prejudice. The literature review indicates the ethical recovery as a contemporary trend.

KEYWORDS: African Philosophy. Ethnic-racial education. Racism.

INTRODUÇÃO

O artigo³ visa sistematizar um referencial filosófico africano e afro-brasileiro que possa subsidiar a educação das relações étnico-raciais a partir do debate e da compreensão da cultura e

¹ Professora da UEMG Cláudio. Mestra em Educação, Cultura e Organizações Sociais pela UEMG Divinópolis.
maria.teixeira@uemg.br

² Aluna do curso de Pedagogia da UEMG Cláudio.

³ A investigação decorre da pesquisa sobre a alteridade, que revelou a Filosofia Africana como uma outra racionalidade, cujos valores fundamentam uma outra forma de *conviver*. O negro africano, como o *outro* da relação alteritária, expressa a visão ocidental como a história única, colonizadora, baseada na identidade, no *mesmo*. Dialogar com o outro possibilita ultrapassar o preconceito. A alteridade implica, assim, numa retomada ética como tendência contemporânea (TEIXEIRA et al., 2017).

dos valores africanos, buscando desconstruir o “processo de socialização racista, marcadamente branco-eurocêntrico e etnocêntrico” (BRASIL, 2005, p. 130). Apesar dos avanços obtidos pela Lei 10.639/2003⁴, Gomes e Jesus (2013) constataram que o seu processo de implementação tem sido marcado por descontinuidades, limites e tensões.

As práticas pedagógicas tem revelado que os conhecimentos docentes são superficiais, pautados “em interpretações dogmáticas de cunho religioso, demonstrando a presença da intolerância religiosa” e a força do mito da democracia racial “enquanto concepção e imaginário social e pedagógico sobre a diversidade” (GOMES; JESUS, 2013, p. 31). Acrescenta-se ainda a ausência da temática em escolas gestadas de forma autoritária e com visões políticas conservadoras aliadas à descrença dos docentes com a própria condição de trabalho.

Nesse contexto, o racismo anti-negro, que questiona a civilização (ocidental) dos direitos humanos, configurada por abordagens diversas – as afroperspectivas – afirmam a pluriversalidade e denunciam o equívoco de privilegiar um único ponto de vista (NOGUERA, 2012). Frente à persistência das representações colonizadoras, a Filosofia Africana refuta o construto teórico ocidental da universalidade, consubstanciando a necessária retomada ética, ressignificando a própria filosofia ao “re-conhecer / desejar o Outro e ir ao alcance da alteridade” (MACHADO, 2014, p. 1).

O que é a Filosofia Africana?

A Filosofia Africana ou o pensamento africano corresponde à “atividade do pensamento que [...] aqui [...] 'pensamento africano' [...] se vincule a uma prática filosófica não empobrecida por expressões do pensamento eurocêntrico [...]” (NASCIMENTO, 2012, p. 76). Nascimento (2012) pontua a polêmica existente: de um lado, o caráter eurocêntrico da própria definição de filosofia como um conjunto de problemas, roteiros ou histórias particulares. Por outro lado, a oposição que pensa em alargar a noção de filosofia para compreender o que é próprio das tradições africanas e afirmar a existência da Filosofia Africana.

⁴ A alteração dos artigos 26-A e 79-B da Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – pela Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003),⁴ a Resolução CNE/CP 1/2004, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), fundamentada no Parecer CNE/ CP 3/2004, compõem um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma Educação das Relações Étnico-Raciais nas escolas, desencadeada a partir dos anos de 2000 (GOMES; JESUS, 2013, p. 21).

José Castiano (2016) compreende a Filosofia Africana como uma reflexão sobre as condições – econômica, histórica, epistemológica e axiológica – de existência do negro e do africano. O pensador moçambicano propõe a criação de espaços de intersubjetivação, através da abertura do diálogo intercultural filosófico, de cunho pragmático, no sentido de pensar um projeto de desenvolvimento do continente africano.

Mudimbe (2016) trata da *gnosis* sobre a ideia de África ou do pensamento africano, não filosófico, ou seja, dos saberes geográficos, antropológicos e históricos acerca da África. Com a obra *A invenção da África – gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*, Mudimbe apresenta “uma perspectiva arqueológica que me permitisse abordar a questão da constituição progressiva de uma ordem do conhecimento africano. Todavia, por razões que se prendem com a natureza bizarra de algumas das fontes utilizadas – sobretudo as antropológicas –, preferi não distinguir o nível epistemológico do conhecimento do seu nível arqueológico (MUDIMBE, 2016, p. 4).

Para Hountandji (2016), a Filosofia Africana, constitui um *corpus* de textos escritos por africanos e ou africanistas com intenção filosófica, a partir de temáticas originais, que superem a visão etnofilosófica que cultua os valores africanos, como um produto de exportação para o mercado europeu, caracterizando-se como uma literatura alienada.

Severino Ngoenha (2004) defende a Filosofia Africana como um paradigma libertário que promova o engajamento em projetos de alargamento das liberdades dos povos africanos. Ngoenha (2004) busca o pensamento filosófico para refletir sobre os fundamentos da democracia moçambicana. Na tentativa de responder à questão *O que é Filosofia Africana?*, Oruka (2004) apresenta duas formas radicalmente distintas como resposta. Num sentido, a Filosofia Africana é concebida como um maneira de pensar exclusivamente africana, que se opõe a outras filosofias, sobretudo a ocidental ou europeia.

De outra forma, a Filosofia Africana é compreendida como atividade universal, cujo significado independe de limites raciais ou geográficos e, como disciplina, emprega investigação reflexiva e lógica. Assim, “A filosofia africana é vista não como um monopólio da Europa ou de qualquer raça, mas como uma atividade para a qual toda raça ou pessoa tem uma potencialidade” (ORUKA, 2004, p. 2). É nessa perspectiva e em consonância com a cronologia proposta por Castiano (2016), que, historicamente, é possível identificar temáticas fundantes do debate filosófico africano.

A Filosofia Africana: cronologia, fundamentos e questões

O pensamento moderno abissal divide o mundo em duas partes: de um lado, o mundo ocidental moderno, civilizado, rico, do *eu mesmo* e, do outro lado, os *outros*, os primitivos, os atrasados, os bárbaros (SANTOS, 2010). Uma leitura crítica da cartografia mundial revela a dicotomia: Norte Global *versus* Sul Global.

O Sul global refere-se às regiões do mundo que foram submetidas ao colonialismo europeu e que não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte). A sobreposição não é total porque, por um lado, no interior do Norte geográfico vastos grupos sociais estiveram e estão sujeitos à dominação capitalista e colonial, e, por outro lado, porque no interior do Sul geográfico houve sempre as “pequenas Europas”, pequenas elites locais que se beneficiaram da dominação capitalista e colonial e que, depois das independências, a exerceram e continuam a exercê-la, por suas próprias mãos, contra as classes e grupos sociais subordinados (MENESES, 2014, p. 92).

A Filosofia Africana integra o Sul epistêmico. No intuito de compreendê-la, Castiano (2016) sistematiza, historicamente, temas e questões que emergem e que ressignificam a própria filosofia, especialmente em seus aspectos epistêmico (os outros não sabem pensar), ontológico (os outros não são) e axiológico (os outros não contam). A cronologia introduz didaticamente o desenvolvimento da Filosofia Africana.

Segundo Castiano (2016), nas décadas de 1950-1960, a Filosofia Africana tem suas principais questões colocadas: a liberdade como centralidade das reflexões decorrentes dos movimentos de independência dos países africanos; a própria gênese da Filosofia: no Egito? Na diáspora? Nos movimentos negros americanos? Em 1945, no pós Guerra? Nos movimentos de independência dos países africanos?; a especificidade: tradições, cultura, ontologia, ética. As questões colocadas são discutidas por distintas correntes: filosofia político-ideológica, filosofia profissional ou acadêmica, etnofilosofia, *Sage Philosophy*, elaborada por Oruka (2004) e a hermenêutica.

Nos anos de 1970, surge uma filosofia de natureza crítica que discute como as categorias coloniais reproduzidas pela etnofilosofia. Hountandji (2016) critica o discurso nacionalista que busca fundamentar a autonomia a partir de valores africanos e da alma africana que estruturam a personalidade e a unidade africanas (CASTIANO, 2016).

1980 combinou movimentos de regresso e de crítica (CASTIANO, 2016). A filosofia da cultura é retomada com o resgate de recursos epistêmicos, como o meio ambiente e a degradação ambiental sofrida no continente africano, ou seja, uma volta às etnociências. Por outro lado, há um exame crítico das tradições africanas que considera a cultura como solução para todos os males. A tradição é repensada e também a filosofia que pode alienar, sob influência marxista. Nessa direção, desenvolve-se uma filosofia do desenvolvimento, que busca avaliar o potencial do saber endógeno para provocar as necessárias transformações sociais, políticas e econômicas.

A partir da década de 1990, a África independente se reposiciona no mundo globalizado. Há décadas, lutando pela liberdade, os fundamentos filosóficos *suleam*⁵ a crítica ao neoliberalismo e a busca de alternativas à governança política do país. A reflexão política reequaciona a unidade africana expressa por unidades nacionais e uma complexa identidade. A filosofia política reequaciona as condições da liberdade pós-independência e pós-libertária e trabalha referenciais de emancipação contemporânea (CASTIANO, 2016).

A visão cronológica do pensamento africano expressa a intrínseca relação do desenvolvimento filosófico com as condições socioeconômicas e políticas dos países africanos, revelando processos históricos distintos que articulam culturas, valores e democracias também distintos endogenamente, desconstruindo a visão unificadora de uma essência africana. No sulcro dessa visão, Castiano (2016) analisa os processos de construção do conhecimento filosófico tendo a África como ora como objeto, ora como sujeito do conhecimento. O filósofo propõe ainda a intersubjetivação como possibilidade de avanço teórico e forma da Filosofia Africana emancipar-se do *ser africano*.

Filosofia Africana: perspectivas

Castiano (2016) realiza uma reflexão epistemológica sobre a Filosofia Africana, delineando três momentos: a África como objeto de conhecimento; a África como sujeito do conhecimento e a

⁵ Paulo Freire (1992) denuncia como a linguagem oculta relações ideológicas exemplificando o uso do termo *nortear* em detrimento de *sulear*. Essas relações de dependência mascaradas pelo termo coadunam com a proposta de descolonização do conhecimento que sugere “aprender que existe o *Sul*, aprender a ir para o *Sul*, aprender a partir do *Sul* e com o *Sul*” (MENESES, 2008, p. 5). Nessa perspectiva, Boaventura de Sousa Santos, denomina epistemicídio a destruição dos conhecimentos do Sul global pela dominação de um conhecimento alienígena, destacando a relação possível entre atos de genocídio e epistemicídio.

África como sujeito-objeto, num processo de intersubjetivação, em que o sujeito africano busca conhecer-se na sua complexidade e produzir conhecimento, para além da África.

Masolo (1994, p.1 *apud* MANGANA; CHIZENGA, 2016) afirma que a peculiaridade da Filosofia Africana é a busca da identidade, mas que, historicamente, tem sido caracterizada ora como objeto pela ciência ocidental, ora como sujeito pelos africanos, reagindo ao discurso ocidental, num esforço de reflexão endógena. Assim, a Filosofia Africana não acontece da admiração ou do espanto frente ao mundo, mas a partir de estereótipos, da não-identidade e da não-cidadania. Desde o início, a Filosofia Africana nasce de uma postura reativa, reivindicando a racionalidade (LOPES, 2016).

A objetivação da África foi uma produção exógena, moldada pelo evolucionismo e pelo racismo. O africano, na escala evolutiva, é o primitivo, o selvagem, que ocupa o estágio pré-lógico. “[...] a filosofia, por séculos, fora utilizada como meio de colonização, justificando as barbáries cometidas em nome de uma “civilização”, usando seu poder político e epistemológico para inferiorizar o “outro”, [...] para justificar e enaltecer a colonização e o imperialismo, [...] inferiorizando os negros africanos [...]” (MACHADO, 2014, p.3).

Importa dizer como a inferioridade africana foi justificada pela filosofia da história. Para Kant (*apud* MANGANA; CHIZENGA, 2016) “Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo”, para Hegel, a África é um papel em branco e o africano é o representante da natureza em seu estado mais selvagem, e para Hume, a raça negra é inferior à raça branca (MACHADO, 2014). Enfim, essa racionalidade universal iluminista constituiu um *modus pensanti* que posicionou o africano fora da história; sem história e sem filosofia.

A África seria uma terra de pecado e imoralidade, gerando homens corrompidos, povos de climas tórridos com sangue quente e paixões anormais que só sabem fornicar e beber. A cultura diferente desse povo era encarada como signo de barbárie. A vida sexual, política, social dos povos africanos foi sendo devassada e diminuída diante da vida dos europeus. A invisibilidade das diferenças entre os vários povos da África fazia com que todos fossem vistos de uma única e mesma forma: todos são negros (SANTOS, 2005, p. 55).

A etnofilosofia surge como reação africana, mas adaptada ao quadro teórico existente, que trata a filosofia como um conjunto de valores e crenças implícitos na linguagem e nas práticas da

cultura africana (CASTIANO, 2016). Placide Tempels, missionário belga junto aos *baluba*, grupo étnico-racial pertencente aos povos *bantu*, no Congo, formulou um sistema de pensamento baseado no que ele compreendeu como *força vital*, que estava por trás de todos os costumes dos *baluba*. “Os africanos aparecem apenas como objeto de estudo, como portadores de uma “filosofia primitiva”, [...] uma visão de mundo coletiva, espontânea e informal; isto é, como um sistema de saberes tácito, implícito, vigente na tradição oral, nos atos e gestos da comunidade” (SANTOS, 2016, p. 81).

Para além do pensamento etnocêntrico, a história do pensamento oferece exemplos de tentativa do objeto revoltar-se da sua condição de objetivado. “O desejo de se auto-inscrever nesta história como sujeito discursante sobre a sua própria condição é tão velho como o desejo do sujeito que se quer cognoscente” (CASTIANO, 2016, p. 144). Nesse contexto, destacam-se a filosofia afro-americana, o afrocentrismo e o movimento da negritude.

A filosofia afro-americana, em síntese, é a busca de resposta sobre como garantir a liberdade individual e da raça negra numa sociedade que não reconhecia o negro. O movimento luta contra duas formas de discriminação: contra a discriminação racial que marca a sociedade americana, ou seja, para alcançar a liberdade individual e colectiva dos negros e contra a sua discriminação no seio da própria filosofia americana, representada pelo pragmatismo e pelo funcionalismo americanos brancos.

Mesmo com o crescimento da economia americana, alguns poucos negros tiveram mobilidade social. Mas foi essa pequena elite negra que liderou, nas décadas de 1940 a 1960, os movimentos pelos direitos civis. A estratégia utilizada congregou duas frentes: os assimilacionistas, que defendiam que os EUA, já desenvolvidos, deviam integrar os afro-americanos nos benefícios conquistados, que, por sua vez, não exigiriam especificidades baseadas na cor, raça, cultura e religião; os acomodacionistas, de forma mais sutil, buscavam, por meio da educação, a formação de liderança política e econômica.

Du Bois, acadêmico e intelectual brilhante, propôs o *Outlaw*, uma estratégia de integração pluralista, que manteria a diversidade étnica, política e econômica de cada grupo. Assim, os negros poderiam “articular e apropriar-se da sua identidade baseada na sua raça, sendo a raça para ele um conceito principalmente histórico, social e cultural e pouco ou nada mesmo de natureza biológica” (CASTIANO, 2016, p. 126). O movimento afro-americano avançou na constituição de sua filosofia, mas não estabeleceu ligação com a Filosofia Africana.

Na tentativa de preencher a lacuna deixada por esse isolamento, o filósofo afro-americano Molefi Asante propõe recentrar a África no debate epistemológico americano, por meio da afrocentricidade, que visa a conscientização da agência dos povos africanos. A agência corresponde a capacidade de dispor de recursos psicológicos e culturais para a busca da liberdade humana. “A afrocentricidade consiste num paradigma, numa proposta epistêmica e também num método que procura encarar quaisquer fenômenos através de uma devida localização, promovendo a agência dos povos africanos [...] (SANTOS JUNIOR, 2010, p. 2).

A negritude é um movimento de diversos usos e sentidos. “No terreno político, negritude serve de subsídio para a ação do movimento negro organizado. No campo ideológico, [...] pode ser entendida como processo de aquisição de uma consciência racial. Já na esfera cultural, negritude é a tendência de valorização de toda manifestação cultural de matriz africana” (DOMINGUES, 2005, p. 2).

Castiano (2016) chama de intersubjetivação a fase em que o sujeito africano estabelece uma interação endógena e exógena, promovendo um diálogo intercultural filosófico. “Desta maneira a escola moçambicana é pela «glocalização» da Filosofia tornando-a, ao mesmo tempo, mais interventiva a nível social e epistemológico. Ela deve se debruçar sobre os problemas actuais de desenvolvimento do continente” (CASTIANO, 2016, 190). A intersubjetivação é o processo em que os sujeitos do conhecimento entram em diálogo, em debate, desmistificando ideias ainda não acabadas, preconceitos. Desmistificar significa, neste contexto, trazer à luz elementos novos, ou elementos que até então estavam no substrato de qualquer fenômeno ou processo.

CONCLUSÃO

Conhecer a Filosofia Africana expressa a urgência de (re)pensar a educação racista e combatê-la. Educar é ousar utopias, como diz o professor Carlos Rodrigues Brandão. O trabalho não esgota a pluralidade das abordagens filosóficas africanas. No entanto, elenca os movimentos teóricos africanos e suas questões, propiciando (re)conhecer o quão os processos de formação educacional de base eurocêntrica, limitam, (de)formam e potencializam relações preconceituosas.

A visão cronológica do pensamento africano indica uma intrínseca relação do desenvolvimento filosófico com as condições socioeconômicas e políticas dos países africanos, revelando processos históricos distintos que articulam culturas, valores e democracias também distintos endogenamente, desconstruindo a visão unificadora de uma essência africana.

REFERÊNCIAS

CASTIANO, José P. Referenciais da Filosofia Africana: em busca da intersubjetivação. Maputo. Sociedade Editorial Ndjira. 2016

MENESES, Maria Paula. Diálogo de saberes, debates de poderes: possibilidades metodológicas para ampliar diálogos no Sul Global. Em Aberto, Brasília, v. 27, n. 91, p. 90-110, jan./jun. 2014

NOGUERA, Renato. Denegrindo a educação: um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação – RESAFE. 2012

SANTOS JUNIOR, Renato Nogueira. Afrocentricidade e educação. Revista África e Africanidade. Ano 11. v 3. 2012

SANTOS, Gislene Aparecida do. A invenção do ser. Um percurso das ideias que naturalizaram os negros. RJ: Pallas, 2005

SANTOS, Rodrigo. Filosofia e etnofilosofia: uma abordagem da concepção de Paulin Hountondji a partir do baraperspectivismo. Das questões. N. 4. 2016

MACHADO, Aldibênia Freire. Filosofia Africana para descolonizar olhares: perspectivas para o ensino das relações étnico-raciais. # Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia, Canoas, v.3, n.1, 2014.

MANGANA, Gregório Amanda; CHIZENGA, Anselmo Panse. A Filosofia Africana e o projeto identitário. Revista Educação em Foco. Juiz de Fora. 2016

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. A modernidade vista desde o Sul: perspectivas a partir das investigações acerca da colonialidade. Padê: Est. em Filos., Raça, Gên.e Dir. Hum., Brasília, v. 1, n. 1/2, p. 1-19, jan./dez. 2009

ORUKA, H. Odera. Quatro tendências da atual Filosofia Africana. Tradução para uso didático de ORUKA, H. Odera. Four trends in current African philosophy. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). **The African Philosophy Reader**. New York: Routledge, 2002, p. 120-124, por Sally Barcelos Melo

A FEIRINHA DE ITAGUARA (MG): cores, aromas, sabores, ritmos e afetos

Maria Antonieta Teixeira¹
Rosivane Iranilda de Oliveira²

RESUMO

Este artigo busca conhecer a feira livre do município de Itaguara (MG), onde os frequentadores compartilham de um ambiente que conjuga geração de renda, socialização e lazer. A justificativa para um estudo dessa natureza provém da sua representatividade econômica e cultural que revela a permanência de estruturas tradicionais e a modernidade característica das cidades contemporâneas, como Itaguara, localizada às margens da BR-381, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Nesse sentido, conhecer a feira permite conhecer a dinâmica urbana local, como *locus* da produção e reprodução urbano-rural.

Palavras-chave: Feira livre, Cidade, Agricultura familiar

ABSTRACT

This article seeks to know the fair of the municipality of Itaguara (MG), where visitors share an environment that combines income generation, socialization and leisure. The justification for a study of this nature comes from its economic and cultural representativeness that reveals the permanence of traditional structures and modernity characteristic of contemporary cities, such as Itaguara, located on the banks of BR-381 in the Metropolitan Region of Belo Horizonte. In this sense, getting to know the fair allows you to know the local urban dynamics, as a locus of urban-rural production and reproduction.

Keywords: Free Fair, City, Family farming

INTRODUÇÃO

Este artigo busca conhecer a feira livre do município de Itaguara (MG), onde os frequentadores compartilham de um ambiente que conjuga geração de renda, socialização e lazer. A justificativa para um estudo dessa natureza provém da sua representatividade econômica e cultural que revela a permanência de estruturas tradicionais e a modernidade

¹Professora da UEMG Cláudio. Mestra em Educação, Cultura e Organizações Sociais pela UEMG Divinópolis.
maria.teixeira@uemg.br

² Aluna do curso de Serviço Social da UEMG Cláudio.

característica das cidades contemporâneas, como Itaguara, localizada às margens da BR-381, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Nesse sentido, conhecer a feira permite conhecer a dinâmica urbana local, como *locus* da produção e reprodução urbano-rural.

No local, estabelecem-se laços de afetividade entre os comerciantes e os fregueses, o que sustenta em grande parte a tradição de ir à feira toda semana para comer pastel, tomar caldo de cana, saborear um churrasco, comprar frutas, verduras e legumes orgânicos, além de leite, queijos, doces caseiros, biscoitos, artesanatos e outros. A música e a dança ainda embalam e divertem os frequentadores.

A feira é um espaço na cidade que se caracteriza através de uma função social que muda a organização do espaço urbano, e que representa atualmente uma das mais antigas e resistentes modalidades do comércio varejista (BOECHAT; SANTOS, 2009). É baseado nesse argumento, que a pesquisa perscrutou: como acontece a feira livre de Itaguara? Quem dela participa? O que a feira representa para Itaguara? Quais seus modos e fazeres?

Inicialmente, o trabalho sistematiza um referencial teórico acerca das feiras livres que, articulado aos aspectos metodológicos utilizados, possibilita a análise qualitativa e a discussão das informações levantadas.

FEIRAS LIVRES: ESPAÇOS ECONÔMICOS E CULTURAIS

A feira livre corresponde a uma das formas mais antigas de comercialização de produtos agrícolas, desenvolvendo até hoje um importante papel econômico, social e cultural (Sales *et al.*, 2011). Seu surgimento foi impulsionado pelas Cruzadas, uma vez que, naquela época, era necessária uma forma de atividade comercial que atendesse às necessidades dos comerciantes e viajantes. Dessa forma, a feira exerceu papel importante na implantação do dinheiro, na manutenção do capitalismo e no surgimento das cidades (BOECHAT; SANTOS, 2009).

Algumas características como a oferta de produtos diferenciados (produzidos de maneira artesanal e em pequena escala) e as relações de amizade e confiança estabelecidas entre vendedores e compradores ao longo do tradicional ato de “fazer a feira”, fazem com que as feiras sejam um ambiente de negócio singular, que atrai milhares de consumidores até os dias de hoje (SALES *et al.*, 2011).

Destaca-se ainda que a importância da feira se dá na oportunidade de fornecimento

de produtos de características locais, além de baratos e saudáveis, garantindo a autonomia e a segurança alimentar, visto que o consumidor sabe onde e como os alimentos foram produzidos e a segurança é garantida no valor acessível, na diversidade e no uso quase que nulo de agrotóxicos, o que serve como um impulsionador da agricultura familiar e o desenvolvimento rural em bases sustentáveis (PEREIRA et al., 2017).

Uma feira livre é considerada um espaço cheio de especialidades, cheios de sons, movimentos, coloridos e personagens, que interagem com seu histórico e suas relações de identidade, levando-nos a imaginar a importância da feira e como seria cada cidade sem este ícone de história local e de sentimento de pertencimento (BOECHAT; SANTOS, 2009).

As feiras livres são também um espaço de socialização, identidade regional e cultural e também de articulação política, além da movimentação de produtos, pessoas, informações e cultura, numa dinâmica muito peculiar, que se misturam com a paisagem local. A feira é muito mais que um ponto comercial da agricultura familiar, pois nesse meio circulam bens, culturas e pessoas, sendo uma partilha entre economia e cultura, sendo formadas representações de sociedades rurais, onde ocorrem encontros e articulações políticas (PEREIRA *et al.*, 2017; BOECHAT; SANTOS, 2009).

É importante considerar que o feirante participa das dinâmicas urbanas, seja na elaboração do mercado como um espaço de trocas e de sociabilidades, que são fundamentais para a vida cotidiana, seja em suas táticas de reelaborar seu trabalho, tendo em vista as mudanças que o crescimento das cidades impõe às suas práticas. Ao mesmo tempo é esse trabalhador que trará para o espaço urbano os produtos do mundo rural, seja ele um produtor agrícola ou não (VEDANA, 2013).

Segundo Sato (2007), mesmo cercada de ruas e avenidas que conduzem os destinos e sentidos da cidade, a instalação da feira livre garante certo isolamento que autoriza a criação de um espaço onde a brincadeira, o humor e as regras de civilidade podem conviver publicamente com as intenções da cidade, como um mundo ritual, no qual as coisas adquirem um sentido diferente podem exprimir mais do que aquilo que exprimem no seu contexto normal.

Para Silva *et al.*, (2014), mais que um espaço de comercialização, a feira livre configura-se como um espaço simbólico de encontro, na qual, as situações de contato direto

dão lugar a relações humanas (conversas e explicações em torno de um produto, do trabalho, dos procedimentos, das receitas) as quais geram sentimentos e valores de amizade, de fidelidade e de confiança. “A feira livre é um fenômeno sociocultural que permite encontros e reencontros entre atores sociais, construindo histórias em meio a uma rede barulhenta de conversas que conecta pessoas de diversos locais traçando um costume que sobrevive à sociedade contemporânea” (FERREIRA, 2017, p. 34). Portanto, além de seu caráter comercial, a feira é também lugar para se socializar

Todos têm uma história de identidade e origem, e junto com esta tem inserido algum momento de lembrança em que a feira estava relacionada, seja no âmbito alimentar, no de lazer, ou no de historicidade local. A feira livre tem esse caráter diversificado, onde circulam por ela vendedores, compradores, transeuntes, personagens e outros participantes variados (BOECHAT; SANTOS, 2009).

Há também aqueles que usam o espaço da feira para transmitir de geração para geração elementos da cultura popular representados das mais diversas formas: a) através do canto e da música (repentistas, cantadores de viola, sanfoneiros); b) através da poesia (a poesia popular, o cordel); c) através dos bens culturais relativos às técnicas, ao saber e ao saber-fazer (comidas típicas, artesanato, obras de arte da cultura popular, mangais, etc.); d) através das tradicionais feiras de animais, etc (SOUZA *et al.*, 2014).

A feira é um espaço que tem influência na melhoria de vida das pessoas, não só pela obtenção de uma renda familiar, mas pela apreensão das idéias e representações associadas à feira como espaço de socialização, carregada de narrativas e símbolos sociais. Concomitantemente, este ambiente fornece informações no que se refere às condições de trabalho, organização e consumo, origem e destino dos produtos potenciais de comercialização, nível de satisfação e quais os outros segmentos sociais envolvidos no processo (feirantes, consumidores, organizações locais (ANGULO, 2003).

METODOLOGIA

O percurso metodológico do estudo baseou-se na abordagem qualitativa, que permite uma aproximação com o cotidiano numa perspectiva analítica, sendo que o método se aplica ao estudo das relações, das representações e percepções que os indivíduos fazem sobre o modo como vivem, sentem e pensam (MINAYO, 2001). A abordagem inspira-se em Magnani

(1993) que ressalta a importância do ver de perto e de dentro. Uma pesquisa bibliográfica fundamentou o estudo de caso da Feira de Produtores Rurais e de Artesanato de Itaguara (MG).

A pesquisa de campo baseou-se na observação, como guia da escuta e do olhar. Observar implica um olhar-pensante e sensível; é exercitar o olhar cristalizado pelo cotidiano. Ver e Ouvir demanda implicação, entrega ao outro (WEFFORT, 1996, p. 2). Observar requer estranhar o familiar. Nesse sentido, a observação foi realizada com frequência suficiente para responder o roteiro definido e possibilitar uma compreensão das relações estabelecidas no âmbito da Feirinha, sobretudo a partir de conversas informais.

A entrevista complementou o levantamento de dados, caracterizando-se como semi-estruturada. Como a entrevista constitui um processo de interação social conduzido pelo pesquisador na busca de informações, foram definidos tópicos orientadores, ampliados quando necessário (COLOGNESE; MELO, 1999). A pesquisa de campo aconteceu no período de março a junho de 2018. Destaca-se a mediação realizada pela aluna-pesquisadora, moradora e artesã da cidade, cuja colaboração facilitou os contatos com os feirantes e com a técnica responsável da EMATER.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A feira livre está localizada uma praça na área central da cidade de Itaguara, município pertencente à Região Metropolitana de Belo Horizonte e que dista 95 Km da capital mineira. Itaguara conta com uma economia diversificada, tanto com indústria e com comércio e serviços. O setor primário, ainda que apresente menor representatividade econômica, tem forte tradição local e caracteriza-se pela agricultura familiar presente em 47 comunidades rurais.

A área rural caracteriza-se por pequenas propriedades, onde os produtores desenvolvem suas atividades de agropecuária basicamente com perfil familiar. A comercialização individual dos produtos limitava os produtores rurais, pois dependiam de atravessadores que vendiam a produção para os grandes atacadistas e CEASA-MG (ITAGUARA, 1996). É nesse contexto que, liderada pelo Padre Vanir, aconteceu a reunião, em 28 de julho de 1991, entre a Prefeitura Municipal, a EMATER-MG, o Sindicato dos

Trabalhadores Rurais e os produtores rurais e artesãos locais, para criação da Feira de Agricultura Familiar e Artesanato de Itaguara.

A Feirinha, como é popularmente chamada na cidade, já acontecia sem periodicidade e sem local definido. Mas, em 1992, a feira passa a ocupar o atual espaço da praça e, em 1993, os primeiros cadastros de feirantes são providenciados. Em 2009, são destinados recursos federais mediante convênio entre os Ministérios Agrário e de Desenvolvimento Social. Então, em 2011, foram adquiridos tendas, balanças, freezers, lixeiras, guarda-pó, caixas de pvc, barracas etc. Novos cadastros de produtores e artesãos foram feitos e, atualmente, são 18 feirantes que comercializam semanalmente produtos da agricultura familiar, confeitaria, gêneros alimentícios e bebidas, além do artesanato.

São mais de 25 anos (ITAGUARA, 2016) de existência e funcionamento da Feirinha! A rede local formada tem sido importante nesse processo. Ainda que extrapole os objetivos da pesquisa, a constatação da rede local sugere a existência de um capital social (BOURDIEU, 1998) que

[...] é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento [...] como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns [...] mas também são unidos por ligações permanentes e úteis [...] Os lucros que o pertencimento a um grupo proporciona estão na base da solidariedade que os torna possível (BOURDIEU, 1998, p. 67).

A feira oferece uma variedade de produtos como hortaliças, frutas, doces e quitandas caseiras, leites e queijos, rapaduras de sabores variados, açúcar mascavo, café moído, artesanatos feitos em tear por moradores da cidade, muda de flores como orquídeas e outras, garapa da cana cujo processamento é feito todo ali na hora, que vai desde o descascar até a moagem para se obter a garapa, além de pratos como macarrão na chapa, churrasco, tropeiro, feijoada, torresmo (pururuca), mandioca, pastel e batatas fritas. As pessoas se sentem atraídas pelos cheiros das comidas, cujos pratos são saboreados como almoços de domingo.

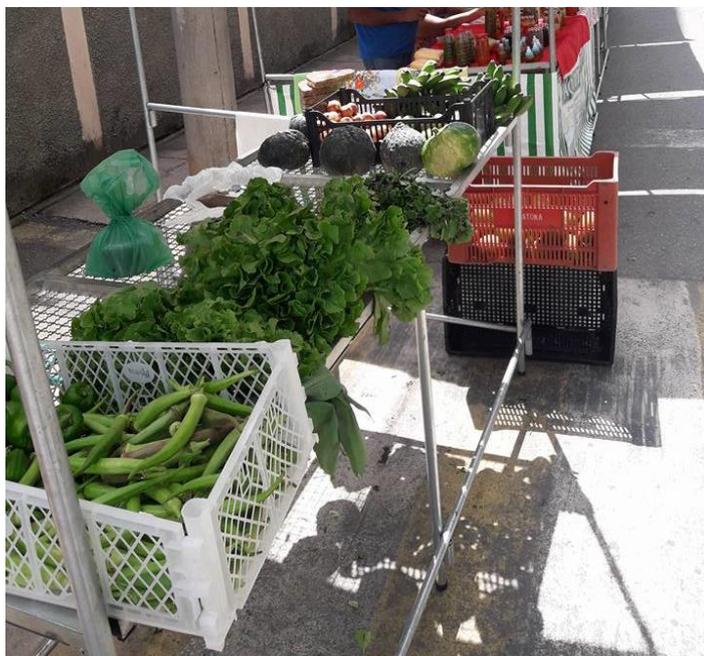


Figura 6: Uma das barracas de hortaliças presente na feira

De acordo com o produtor rural Luís Américo, para a criação da empresa obteve-se a aquisição de dois programas do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), sendo um para a obtenção de um veículo e outro para a construção da microempresa que possui a cooperação familiar e registro no MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Foi relatado que houve um estudo do solo para uma preparação mais adequada do plantio, o uso diminuído de suplementos químicos durante todo o plantio e não sendo necessário o uso de inseticidas para matar as larvas. Durante o processamento da polpa, não possui nenhuma adição de conservantes ou produtos químicos. As polpas são comercializadas em escolas, restaurantes da cidade de Itaguara e cidades vizinhas.

O produtor possui um desejo de expandir seu próprio negócio oferecendo seu produto para cidades maiores como Belo Horizonte. A microempresa possui uma parceria com a Associação Familiar dos Agricultores de Pipoca e região, e com a EMATER-MG que é considerada uma grande aliada pelo produtor, pois orienta e auxilia no melhoramento de seu produto.

Segundo o agricultor familiar, Antônio Márcio de Oliveira, está na feira há 26 anos, onde vende hortaliças, rapadura, leite, queijo, gordura de porco, amendoim e outros. Ele

reconhece a importância da feira para obter uma renda extra e vender produtos de qualidade que agradam os fregueses. O agricultor conta com o apoio do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para adquirir maquinários que são usados no plantio de seus produtos e da EMATER-MG. Seus produtos não possuem adição de agrotóxicos, sendo usados estrume e capim picado. Além da feira, comercializa seus produtos em mercados maiores, como o CEASA, na cidade Belo Horizonte. O entrevistado acredita que há necessidade de melhorar a renda dos feirantes.

Para a extensionista da EMATER-MG, Cornélia Francisca da Silveira Freitas, a feira é essencial para a comercialização de produtos agrícolas, pois não há muitos locais na cidade. A EMATER-MG vem auxiliando os feirantes desde 1991, na criação da feira, realizando projetos como a busca de recursos no MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) para a aquisição de equipamentos como barracas, cubas, balanças, entre outros. A instituição vem realizando reuniões e cursos para a melhoria dos produtos e atendimentos aos clientes. um dos cursos ofertados é sobre a manipulação e cultivo dos alimentos e sua aparência, além de capacitação técnica no preparo dos alimentos.

Quanto os fregueses e consumidores da feira, foi possível observar um grande interesse pelos produtos ali vendidos, com destaque para os produtos agrícolas, como as verduras, legumes e frutas, o leite, o queijo e as rapaduras nos seus diversos sabores. Muitos fregueses apontam que os produtos deveriam ter mais espaço para serem expostos nas bancas. Algumas das pessoas que ali frequentam gostam de se reunir com os amigos para beber cerveja, comer churrasco, mandioca e outros petiscos atraindo assim clientela para o local.

A realização anual do Festival da Rapadura ratifica a tradição cultural do município. A rapadura é um dos produtos mais tradicionais do município de Itaguara-MG. Produzido em forma de tijolos, a partir da cana de açúcar, este doce faz parte da história do município, existindo relatos de engenhos que produziam rapaduras há mais de 100 anos (ITAGUARA, 2018).



Figura:

A feira livre permite pensar a relação rural-urbano, na medida em que se apresenta como um elemento que articula o campo e a cidade, bem como a produção e a circulação e o consumo. Para além das trocas comerciais, o uso e o espaço ocupado pela feira livre é histórico, pois é *locus* da sociabilidade e das relações sociais que ali se estabelecem. Sociabilidade aqui é compreendida como forma lúdica de sociação (SIMMEL, 1983 *apud* NORA; ZANINI, 2015). Trocas simbólicas também são realizadas.



Figura 3: Espaço de alimentação da Feirinha

A Feirinha é um ambiente cultural e de lazer. Sua organização, aos domingos, é feita pelos próprios feirantes. Cada um dos feirantes possui seu lugar reservado. As pessoas em geral vão à feira após participar de suas atividades religiosas, na manhã de domingo. A cada domingo, uma atração diferente acontece, como os shows musicais e teatrais, com artistas da terra, além da roda de capoeira. O espaço físico da feira atrai pela comodidade, com arborização, além de tendas e mesas com cadeiras.



Figura 4: Músicos da terra cantando e animando a feira livre

Cores, muitas. Sons, barulhos e ritmos. Cheiros, aromas; nhacas e fedentinas. Sabores e texturas. Temperos, condimentos ardidos. Ar em movimento e luminosidade quente. Às vezes, afagos molhados. Ora sô, ora cambada. Uma treinheira. Guimarães Rosa disse: Minas são muitas!

A Feirinha acontece na Praça da Convivência, onde também se encontram o prédio da Secretaria de Educação e Cultura, a Biblioteca Municipal e o Museu Sagarana, cujo nome faz referência a Guimarães Rosa por ter sido uma figura ilustre durante o período de pouco mais de um ano em que residiu na cidade. Não cabe aqui a tentativa de explorar o espaço da praça, para além da própria praça e sua função no espaço urbano. No entanto, a reunião de espaços culturais aparentemente díspares sugere possibilidades de investigação acerca da cidade de Itaguara, considerando, por exemplo, a apropriação simbólica a partir da cultura como agente sinérgico (IPIRANGA, 2009).



CONCLUSÃO

A pesquisa sobre a Feirinha, como é conhecida a feira livre em Itaguara, teve um caráter exploratório, mas identificou brechas para aprofundamento, tanto em relação aos produtores familiares do município e a possível existência de capital social através das relações da rede local; como também a possibilidade de um estudo acerca da relação cidade e cultura. A Feirinha oferece uma variedade de produtos, além de ser um ambiente cultural e de lazer.

Em Itaguara, a feira livre tem um papel fundamental na geração de renda, da agricultura familiar e de sociabilidade, permitindo pensar a relação rural-urbano, na medida em que se apresenta como um elemento que articula o campo e a cidade, bem como a produção e a circulação e o consumo. Para além das trocas comerciais, o uso e o espaço ocupado pela feira livre é histórico, pois é *lócus* da sociabilidade e das relações sociais que ali se estabelecem.

REFERÊNCIAS

ANGULO, J. L. G. Mercado local, produção familiar e desenvolvimento: estudo de caso da feira de Turmalina, Vale do Jequitinhonha, MG. Organizações Rurais e Agroindustriais. **Revista de Administração da UFLA** – v.5 – n. 2 – julho/dezembro, 2003.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. São Carlos: Ed UFSCAR, 2005.

BOECHAT, P. T. V.; SANTOS, J. L. Feira livre: dinâmicas espaciais e relações identitárias. **Universidade Estadual da Bahia** - Campus V, 2009. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/2p.pdf>>. Acesso em: 05 de maio 2018.

FERREIRA, T. B. Comunicação e Marketing: Um estudo das interações comunicacionais

entre feirantes e fregueses na feira livre de Paripiranga/BA. Departamento de Comunicação Social - **Programa de Pós-Graduação em Comunicação**. Universidade Federal de Sergipe – Aracaju/SE, 2017.

MÜLLER, A. L. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil : o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, **Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural**, Porto Alegre, 2007.

PEREIRA, V. G.; BRITO, T. P.; PEREIRA, S. B. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano - UNITAU**, Taubaté/SP - Brasil, v. 10, edição 20. Dezembro, 2017.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos avançados**. vol.15 no.43 São Paulo, Sept./Dec. 2001.

SALES, A. P.; REZENDE, L. T.; SETTE, R. S. Negócio feira livre: um estudo em um município de Minas Gerais. **III Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho** – 20 a 22 de novembro de 2011. João Pessoa/PB, 2011.

SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia e Sociedade**. 19. Edição Especial 1: 95-102,2007.

SOUZA, D. H. B.; DANTAS, J. C.; MATIAS, T. B. O.; MOREIRA, E. Feira livre e cultura popular: espaço de resistência ou de subalternidade? **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**- 10 a 16 de agosto – Vitória/ES, 2014.

VEDANA, V. Fazer a feira e ser feirante: a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 41-68, jan./jun. 2013.

INTERVENÇÃO DE REDE: A REDE PESSOAL SIGNIFICATIVA DOS ADOLESCENTES EGRESSOS DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

PAULA, Maicom Marques de¹

RESUMO

O presente artigo trata-se de um relato de experiência acerca do método conhecido como intervenção de rede, aplicado junto aos adolescentes egressos de medidas socioeducativas de privação de liberdade do Centro Socioeducativo de Divinópolis, Minas Gerais, através do trabalho de redes significativas. Buscou oferecer condições para que os envolvidos no processo se tornassem co-construtores de um novo projeto de vida para o adolescente. O método utilizado foi o estudo de caso. Embora o universo de aplicação da metodologia tenha se constituído apenas por dois dos adolescentes atendidos, notou-se a eficácia deste a partir do resgate e fortalecimento da rede pessoal do adolescente e na distribuição das responsabilidades no seu cuidado.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescente, medida socioeducativa, rede de apoio social, violência

ABSTRACT

The present article is an experience report, about the method known as network intervention. This is applied to the adolescent graduates of Minas Gerais' socio-educational measures of deprivation of liberty of the Socio-educational Center of Divinópolis. It is done through the work of significant networks and seeks to provide conditions for those involved in the process to become co-builders of a new life project for the adolescent. The method used was the case study. Although this consisted of only two of the adolescents served, it was noted that the effectiveness of this methodology was based on the rescue and strengthening of the adolescent's personal network and on the distribution of responsibilities in the care of adolescents.

KEYWORDS: Adolescent, socio-educational measures, social support network, violence.

INTRODUÇÃO

Rede pessoal significativa como proposta de intervenção

¹ Prof. Ms. UEMG Unidade Cláudio – maicon.paula@uemg.br

O presente artigo tem por objetivo apresentar proposta de intervenção junto aos adolescentes egressos de medidas socioeducativas de privação de liberdade do Centro Socioeducativo de Divinópolis, Minas Gerais, através da sistematização do trabalho de redes significativas, partindo das experiências já realizadas pela Professora Doutora Carmen L. Ojeda Ocampo Moré, junto a pacientes que careciam de intervenção psicológica. Assim como no trabalho antes realizado por Moré (2005) a proposta visa oferecer condições para que os envolvidos no processo de intervenção tornem-se co-construtores de um novo projeto de vida para o adolescente.

O método utilizado foi o estudo de caso. Embora o universo de aplicação da metodologia tenha se constituído somente de dois dos adolescentes atendidos, notou-se a eficácia deste a partir do resgate e fortalecimento da rede pessoal do adolescente e na distribuição das responsabilidades do cuidado para com este. Ressalta-se que tal intervenção não se encerra em si mesma, configurando parte das demais metodologias de trabalho utilizadas pela equipe do Instituto de Educação e Construção da Cidadania – INECC, na condução do acompanhamento aos adolescentes egressos e seus familiares.

A perspectiva da utilização do trabalho em rede vem apresentando-se como possibilidade de intervenção e alcance de resultados em diferentes áreas do conhecimento como as ciências humanas, sociais e comportamentais, dada principalmente a sua característica de auxílio na identificação das interações entre as diversas unidades independentes.

É possível afirmar que tudo o que habita o nosso universo, desde as mais minúsculas formas existentes até mesmo as de dimensões de proporções incalculáveis possuem uma conexão formando um sistema de redes. No presente estudo, as unidades as quais nos determos são os seres humanos e suas interações, as redes as quais pertencem, desde as mais amplas como o universo comunitário e social às menores como suas redes pessoais significativas, que conforme aponta Sluzki (1997) são constituídas pelo conjunto de todas as relações que o indivíduo percebe de forma diferenciada do resto de suas relações.

A literatura aponta que a temática das redes não é recente. Já na década de 50, aparecia como objeto de análise e proposta de intervenção no campo das relações informais, como descreve Moré (2005) citando Lewin (1952) e Moreno (1951), sendo este último o criador do psicodrama.

De acordo com Moré (2005), a temática das redes se expande no decorrer dos anos para outros campos como da prática clínica em saúde mental e na terapia familiar, na práxis comunitária presente nos trabalhos de Elkain (1989) e Fuks (1989), na perspectiva sociológica dos trabalhos de Castel (1984) e Sluzki (1979). Ainda de acordo com Moré (2005) no Brasil, a produção bibliográfica do trabalho em rede é incipiente destacando-se os trabalhos de Aum (1995), Vasconcelos (1996) e de profissionais que atuam na perspectiva da terapia familiar.

O trabalho com a rede pessoal significativa implica no aumento das possibilidades de atuação profissional nos mais variados contextos. No desenvolvimento da análise da rede pessoal e do seu método de intervenção, Sluzki (1997) sinaliza que tal rede pode ser registrada a partir do que ele conceitua como mapa de rede, ou seja, um mapa onde estão inseridos todos os indivíduos que interagem com uma determinada pessoa. Este mapa de rede divide-se em quatro quadrantes, a saber, família, amizade, relações de trabalho ou escolares, e relações comunitárias, de serviços ou credos. Ainda de acordo com o Sluzki (1997), tais quadrantes subdividem-se em três áreas que sinalizam o grau de relação dos indivíduos presentes no mapa para com o motivador da rede, ou informante. Essas relações são

simbolizadas por um círculo interno onde se apresentam as relações mais íntimas, tais como familiares ou amigos próximos, um círculo intermediário cujas relações pessoais apresentam menor grau de compromisso, como relações profissionais, amizades sociais e familiares intermediários e um círculo externo de relações ocasionais, como conhecidos, vizinhos e frequentadores de uma mesma paróquia (SLUZKI, 1997).

No que tange a avaliação da rede faz-se necessário observar suas características estruturantes como tamanho, densidade, composição (distribuição), dispersão, homogeneidade/heterogeneidade e as funções dos vínculos. Para, além disso, é importante atentar-se para as funções da rede:

É o intercâmbio interpessoal entre os membros da rede que determina as suas funções, ou seja, as contribuições a serem ofertadas ao seu motivador. São elas: Companhia social, apoio social, apoio emocional, guia cognitivo e conselhos, regulação social, ajuda material e de serviços e acesso a novos caminhos. (SLUSKI, 1997, p. 47).

Ressalta-se que cada vínculo (membro) da rede pode desempenhar mais de uma ou diversas funções, algo que se faz mais presente nas relações íntimas e familiares.

Valendo-se da importância que os membros da rede pessoal significativa possuem para seu motivador e dos benefícios que possivelmente podem se originar do trabalho de intervenção de rede, bem como do pressuposto de que a execução da medida socioeducativa engloba não somente o adolescente autor de ato infracional no seu processo de responsabilização, mas, seu grupo familiar e a sociedade em geral, propõe-se a realização do trabalho de intervenção de rede junto aos adolescentes egressos de medidas socioeducativas de privação de liberdade do Centro Socioeducativo de Divinópolis – Minas Gerais, atendidos pelo Instituto de Educação e Construção da Cidadania – INECC, através da realização do Programa Se Liga.

Adolescente, medida socioeducativa e acompanhamento pelo Programa Se Liga.

A produção e reprodução da violência, protagonizada especialmente pela população jovem, tornou-se pauta de discussão e motivação para construção de projetos que intervenham nessa realidade em diversos países, em especial no Brasil.

De acordo como artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990), adolescente é a pessoa com idade entre doze e dezoito anos, penalmente inimputável conforme o artigo 228 da Constituição Federal. As condutas descritas como crime ou contravenção penal, praticadas por adolescentes, denominam-se atos infracionais e são passíveis de responsabilização através da aplicação das medidas socioeducativas que compreendem a advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional ou qualquer uma das prevista no artigo 101, I a VI do ECA. Na aplicação das medidas socioeducativas deve-se priorizar aquelas que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

A medida de internação em estabelecimento educacional tem por finalidade a socioeducação, ou seja, a reinserção social do adolescente através de práticas pedagógicas, buscando a responsabilização deste por seus atos e evitando a reincidência. Contudo, sua

natureza sancionatória, atribui-lhe um caráter mais severo, pois retira o adolescente do convívio familiar e comunitário. Nesse sentido, tal medida está sujeita a três princípios. O princípio da brevidade que estabelece o período máximo de três anos para sua execução. Além disso, ao completar 21 anos a liberação do adolescente deve ser compulsória. O princípio da excepcionalidade versa sobre os casos específicos em que se deve ser aplicada tal medida, sendo estes: o ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; reiteração no cometimento de outras infrações; grave descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. Neste último caso o período de internação não pode ser superior a três meses.

O princípio da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento estabelece que a internação deverá se cumprir em entidade exclusiva para adolescentes, sendo o Estado responsável por zelar pela integridade física e mental dos internos, adotando medidas adequadas de contenção e segurança previstas nos artigos 121 a 125 do ECA.

No município de Divinópolis, Minas Gerais, os adolescentes autores de atos-infracionais considerados passíveis de responsabilização através da medida de privação de liberdade, são encaminhados ao Centro Socioeducativo regional, inaugurado em 06 de julho de 2008, com capacidade de atendimento para 48 adolescentes, oriundos do município e região. Ressalta-se que o processo de instalação do referido Centro Socioeducativo mobilizou grande parte da comunidade divinopolitana defensora dos direitos da criança e do adolescente visto que sua proposta inicial de construção se localizava ao lado do complexo penitenciário, Presídio Floramar, onde homens e mulheres adultos cumprem suas penas.

Apesar dos esforços comunitários, a proposta de localização do Centro Socioeducativo não se alterou, o que causou um grande mal-estar e estigma social quanto ao trabalho desenvolvido, pois boa parte da comunidade local apelidou o espaço de “Florinha”, como que um simples ambiente de passagem do adolescente entre o ato-infracional e o “Mundo do Crime”.

Embora possua um caráter educativo e protetivo, a simples aplicação da medida de internação pela autoridade competente e o cumprimento da mesma pelo adolescente nem sempre são suficientes. Nesse sentido, para além das atividades realizadas dentro do próprio centro socioeducativo, através da articulação com as demais políticas públicas e serviços existentes no município de Divinópolis, os adolescentes acautelados, de acordo com suas possibilidades, realizam atividades fora da unidade de atendimento.

Estudo realizado por Muller et al. (2009), acerca das perspectivas e expectativas futuras de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade evidenciou que a implementação de um programa de apoio e acompanhamento ao egresso poderia trazer resultados positivos, pois assume relevância no cumprimento do objetivo da medida de internação ao preparar o jovem para a volta ao convívio social.

Em 2008, o Estado de Minas Gerais através da Secretaria de Defesa Social – SEDS em parceria com o Instituto de Educação e Construção da Cidadania – INECC, firmou convênio para o atendimento ao adolescente egresso da medida socioeducativa de privação de liberdade. Ressalta-se que o caráter filantrópico da referida instituição, fundada em 16 de dezembro de 1998, bem como sua experiência no desenvolvimento de trabalhos comunitários, abarcando os campos da formação profissional, social, comunitário, político e principalmente a condução e execução das medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, através de convenio com o município de Divinópolis entre os anos de

2004 e 2006, foram condições *sine qua non* para a realização do atendimento ao adolescente egresso, a princípio utilizando-se de metodologia própria.

O trabalho se restringia ao atendimento dos adolescentes acautelados no Centro Socioeducativo do município de Divinópolis – MG, tanto para aqueles pertencentes a este município quanto para os oriundos de municípios vizinhos. Posteriormente o trabalho ganhou status de programa, denominando-se Programa Se Liga e estendendo-se a todo o estado através da realização de convênios com outras instituições. A parceria entre o INECC e a SDES permaneceu até o ano de 2011, quando que, por determinação da referida secretaria uma única instituição assumiria a condução dos trabalhos em todo o território estadual, motivo pelo qual o INECC considerou não favorável concorrer a tal proposta.

A metodologia utilizada pelo INECC visava não só a prevenção de reincidência do ato-infracional, bem como propiciar condições de inclusão sócio familiar como forma de empoderamento do adolescente, seu grupo familiar e o fortalecimento da rede que se organizava no seu entorno.

As propostas de intervenção constituíam-se na articulação direta com o Centro Socioeducativo de Divinópolis, realização de reuniões conjuntas, participação na elaboração e acompanhamento do plano individual de acompanhamento – PIA do adolescente privado de liberdade e em vias de ser desligado da medida socioeducativa, bem como da realização de grupos focais organizados nos espaços do próprio centro socioeducativo com vistas à apresentação da proposta do programa Se Liga aos adolescentes, cuja adesão é livre, o estabelecimento de vínculos com os mesmos e a escuta de seus interesses e aspirações futuras. Para, além disso, atendimentos sistemáticos, oficinas diversas, visitas domiciliares à família do adolescente, oferta de cursos profissionalizantes em parceria com a rede de serviços dos municípios e articulação com a rede socioassistencial, agregavam-se as estratégias de trabalho.

Dada proposta de atendimento regionalizado do programa, a pouca oferta de alguns recursos materiais, como disponibilidade de carro e motorista específicos dificultavam principalmente o acesso aos adolescentes oriundos de outros municípios. Contudo, a proposta de articulação e parceria construída com os serviços dos municípios donde esses se originavam, minimizavam tais efeitos e apresentavam resultados bastante positivos.

Outro ponto interessante a se considerar, é a chamada progressão de medida. Alguns juízes entendem que ao encerrar-se a medida socioeducativa de privação de liberdade deve ser atribuída ao adolescente uma nova medida, de caráter mais brando, como prestação de serviço a comunidade e/ou liberdade assistida. Quando da ocorrência destes fatos, mesmo havendo o desejo do adolescente em participar do Programa Se Liga, o fato de ainda estar cumprindo uma medida socioeducativa lhe impedia a realizar a adesão. Tal fato sinaliza um retrocesso, visto que aponta para a anterior não observância do princípio da excepcionalidade, bem como do da brevidade.

METODOLOGIA

Posto que o trabalho em rede pressupõe uma vocação cooperativa, uma forma de organização horizontal onde se tecem vínculos, relações e ações entre indivíduos e organizações, a partir dos trabalhos realizados pela Professora Doutora Carmen L. Ojeda Ocampo Moré, construiu-se a proposta de intervenção de rede através do levantamento da rede pessoal significativa do adolescente, objetivando gerar condições para que os atores

integrantes destas redes pudessem ser co-construtores dos novos projetos de vida apresentados por este mesmo adolescente, o motivador da rede.

Participaram da proposta dois adolescentes (W.17 anos e C.16 anos) oriundos do município de Divinópolis – Minas Gerais que se encontravam no Centro Sócioeducativo do referido município em cumprimento de medida de privação de liberdade. Dado o possível desligamento dos adolescentes da medida, os mesmos foram encaminhados ao INECC para início do acompanhamento individual e familiar que se intensificaria a partir do momento em que estes alcançassem o status de egressos.

O traçado metodológico constitui-se de uma investigação qualitativa através do estudo de caso. Como instrumentos, utilizou-se de entrevistas, visitas domiciliares, realização de encontros, registros de campo e relatos das observações.

A proposta de trabalho foi apresentada aos adolescentes que após concordarem com sua realização, orientados pela equipe técnica do INECC passaram a construção do seu mapa de rede, objetivando detectar as pessoas significativas através das diferentes interações que os mesmos estabeleceram em todo o seu contexto familiar e social.

Elencadas as pessoas significativas da rede, passou-se a identificação das funções de cada integrante, (companhia social, apoio emocional, guia cognitivo, regulação social, ajuda material ou de serviços e acesso a novos contatos), conforme a percepção do adolescente. Posteriormente, os integrantes da rede pessoal significativa de ambos os adolescentes foram visitados pessoalmente em momento oportuno. Fora-lhes apresentada à proposta de trabalho e realizado convite para participação de encontros nos quais seriam levantadas, junto aos mesmos, possibilidades de auxílio aos adolescentes. Esclareceu-se que a participação era voluntária e solicitou-se que neste primeiro contato pensassem sobre a proposta e quanto as suas reais condições de participação.

Alguns integrantes apontados pelos adolescentes como significativos em sua rede pessoal não se dispuseram a participar do trabalho, como foi o caso dos técnicos do Centro Socioeducativo de Divinópolis que observaram que sua participação poderia tornar-se fator de confusão para realização do seu trabalho dentro do Centro. Em ambos os casos foram realizados sete encontros nos quais se reforçou a proposta de trabalho donde a partir das funções indicadas pelo adolescente, bem como das possibilidades de assumir a referida ou novas funções, objetivava-se construir junto ao grupo uma proposta de apoio aos adolescentes propiciando o fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários e a efetivação de um novo projeto de vida.

Ressalta-se que os adolescentes possuíam conhecimento do processo que se constituía através dos encontros realizados junto a sua rede pessoal, manifestando sua satisfação ao constatar a possibilidade de apoio e o fortalecimento não somente dos seus vínculos para com os integrantes da rede, mas o fortalecimento de vínculos entre os integrantes. Ao final do trabalho, ambos os adolescentes foram convidados a participar do último encontro e a perceber a materialização de sua rede pessoal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O adolescente W, possui 17 anos, ensino fundamental incompleto devido a evasão escolar. Cumpria pela segunda vez a medida socioeducativa de privação de liberdade, sendo que a primeira se originou do descumprimento injustificável de medidas anteriormente a ele aplicadas. Residia em casa de alvenaria, em condições desfavoráveis para uso, na região

periférica do município de Divinópolis, juntamente com a mãe e os três irmãos menores. O pai estava foragido da justiça. A renda familiar era oriunda dos recicláveis que a mãe recolhia no lixão do município. Anteriormente a medida, W. também trabalhava no lixão. A mãe era dependente química, motivo pelo qual logo após a internação de W. os demais filhos foram institucionalizados em instituição de acolhimento para crianças e adolescentes e logo em seguida colocados em lar provisório, acolhidos pelos pais e pela namorada de W.

Realizou-se a entrevista e coleta dos dados na sede do Programa Se Liga durante atendimento pré-agendado para W. O mesmo mostrou-se bastante confortável e aberto à proposta não apresentando dificuldades em levantar as pessoas significativas de sua rede. W. apresentou como significativos a namorada (apoio emocional e regulação social), os avós paternos (ajuda material ou de serviços, apoio emocional, regulação social e guia cognitivo), o Programa Se Liga (apoio emocional, acesso a novos contatos e ajuda material ou de serviços), a tia paterna (apoio emocional), a irmã (apoio emocional), a psicóloga do Centro Socioeducativo (regulação social), os sogros (acesso a novos contatos e apoio emocional), a tia materna (acesso a novos contatos e guia cognitivo) e a mãe, a quem não atribui funções, justificando que lhe faria muito feliz o seu autocuidado.

Adolescente C.

C. 16 anos, cumpria medida socioeducativa de privação de liberdade pela primeira vez, segundo ele, devido ao envolvimento com tráfico de drogas. Possuía ensino fundamental incompleto também em detrimento da evasão escolar. Residia em casa própria, juntamente com a mãe e os dois irmãos mais velhos. Os pais eram separados e C. não possui contato com o pai, alegava ter mágoas deste devido ao uso abusivo de álcool e histórico de violência doméstica. A renda familiar era oriunda dos trabalhos esporádicos da mãe como diarista e do irmão que atuava como vendedor em uma loja de vestuário. A irmã estava grávida, também evadida da escola e não realizava atividade laborativa. C. alegava ter um bom relacionamento familiar, principalmente com a mãe e com a irmã. Queixava-se que o irmão por vezes era severo e o corrigia com castigos físicos.

A entrevista para coleta de dados também ocorreu na sede do Programa Se Liga durante atendimento pré-agendado para C. O mesmo, assim como W. não demonstrou dificuldade na construção do seu mapa de rede e/ou no levantamento de funções para os seus membros. Apresentou como significativos a mãe (apoio emocional), a irmã (apoio emocional), a avó materna (apoio emocional), o irmão (apoio emocional e acesso a novos contatos), o programa Se Liga (acesso a novos contatos e ajuda material ou de serviços), a advogada do Centro Socioeducativo (regulação social e ajuda material ou de serviços), a psicóloga do Centro Socioeducativo (regulação social e ajuda material ou de serviços), a tia materna (acesso a novos contatos) e o tio materno (acesso a novos contatos).

A média de integrantes da rede pessoal significativa dos adolescentes foi de 9,5%. Em ambos os casos se centralizou no grupo familiar e família extensa, sendo que para alguns integrantes foram atribuídas mais de uma função. As instituições INECC e Centro Socioeducativo foram citadas como significativas para os adolescentes, exercendo as funções de acesso a novos contatos, regulação social e ajuda material ou de serviços. Em nenhum dos casos o quadrante amigos foi preenchido.

Chama-se a atenção para o reduzido número de integrantes da rede pessoal significativa dos adolescentes. Conforme Branco et al. (2008), citando os estudos realizados por Ceolim (2003), junto a adolescentes que cumprem medida de prestação de serviço à comunidade, encontrou-se mapas de rede constituídos de 12 a 32 membros.

Comparando-se o tamanho da rede pessoal dos adolescentes apresentados neste estudo com os achados de Ceolim (2003), cujos adolescentes não se encontravam privados de liberdade, deduz-se que a privação de liberdade acaba por reduzir o tamanho da rede social.

Quanto à inexistência de membros no quadrante amigos, uma possível explicação seria os achados dos estudos realizados por Assis e Souza (1999), que a partir de uma pesquisa realizada nos estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, concluíram que os amigos dos adolescentes infratores, na maioria dos casos, encontram-se também inseridos no mundo do crime, sendo que em geral, as relações de amizades estabelecidas, sustentam-se no interesse financeiro e na posse do poder.

No que tange a centralização familiar, baseando-se nos estudos realizados por Yokomiso e Fernandes (2013), acerca das configurações e vulnerabilidades familiares dos jovens em medidas socioeducativas, cujo universo de pesquisa compreendeu 121 jovens, dois importantes pontos são levantados. O primeiro aponta que 31,2% dos jovens pesquisados sofreram agressões severas no ambiente familiar o que denuncia a constante presença da violência em um espaço que deveria ser marcado pela acolhida e atenção. Conforme sinaliza Santos (2012), relações sociais violentas produzem indivíduos violentos.

Ainda de acordo com Yokmiso e Fernandes (2013), adolescentes que receberam visitas de familiares e/ou responsáveis durante o cumprimento da medida socioeducativa apresentaram menores índices de indisciplina bem como maior estabilidade psíquica e respeito às normas de convivência em comparação aos adolescentes que não receberam visitas, o que pressupõe o caráter de regulação social da família.

“Os filhos de pais autoritários, severos e que manifestam pouco apoio aos filhos, apresentam maiores níveis de delinquência, bem como piores níveis de saúde física e mental e de desempenho escolar” (Caputo, 2004, p.196). “Há uma associação positiva entre menores níveis de punição física do adolescente por parte dos pais e uma maior taxa de desistência do ato delinquente juvenil” (Stouthamer-Louber, 2004, p.48).

Em meados dos anos 80, Minuchim, defendia a existência de fronteiras nos sistemas familiares, as quais se equivalem a regras estabelecidas quanto a quem participa e como participa dentro de determinado (sub)sistema, como parental, filial e fraterno. Neste sentido;

O funcionamento apropriado da família dependeria de fronteiras nítidas dos subsistemas, isto é, fronteiras definidas suficientemente bem para permitir que os membros dos subsistemas levem a cabo suas funções, sem interferência indevida, mas que admitam contato entre os membros do subsistema e desses com outros sistemas. No entanto, com as fronteiras difusas, a diferenciação do sistema familiar ficaria prejudicada. Já nas fronteiras excessivamente rígidas, a comunicação entre os subsistemas se tornaria difícil e as funções protetoras da família deficitárias (MINUCHIM, 1982, p. 68).

Observa-se assim uma associação entre a definição da hierarquia no sistema e melhores níveis de convivência familiar, ou seja, os papéis desempenhados por pais e filhos são diferentes. Cabe aos pais propiciar o cuidado, a responsabilidade, a autoridade e aos filhos apropriarem-se desse cuidado. Nas relações familiares não há como evitar os conflitos, contudo, se estes são mediados de forma pacífica, sem perder de vista a afetividade e a necessidade do cuidado existente, os resultados certamente serão positivos. Situações em que

os conflitos são utilizados como formas de promoção do crescimento e do melhoramento das relações familiares são típicas de famílias ditas saudáveis. Em famílias tidas como patológicas ocorre o contrário.

Poderíamos dizer então que há um elo de ligação entre a criminalidade urbana e a violência familiar? Gelles (1997), com base em dados produzidos nos Estados Unidos afirma que tanto o comportamento violento como a conduta criminal são consequências comprovadas do abuso sofrido na infância.

É importante destacar que nos dias atuais grande parte dos grupos familiares existentes enquadra-se no modelo Monoparental Feminina Simples, onde apenas a mãe se encontra presente no domicílio, vivendo com seus filhos, mas também, eventualmente, com outros menores sob sua responsabilidade. O que vai de encontro à ausência da figura paterna nos mapas de rede construídos por W. e C.

São exatamente estas famílias que se vendo sozinhas na função de educar seus filhos, dado o apoio deficitário e muitas vezes inexistente do poder público, acreditam na possibilidade de regular as relações sociais a partir das relações domésticas. Neste sentido podemos perceber o porquê do reducionismo e da focalização na família como componente da rede social dos adolescentes aqui estudados.

Por isso, a que se atentar para compreensão dos novos modelos e configurações familiares e assim não transformar a família no bode expiatório da contemporaneidade, visto que esta, a todo o momento, assim como seus membros particularizados, sofre as influências do meio no qual se insere. Vale ressaltar que o meio aqui apresentado, trata-se em grande parte dos espaços que compõem a rede social dessas famílias, especialmente desses adolescentes.

CONCLUSÕES

A busca de alternativas e estratégias que previnam que crianças e adolescentes adotem posturas e comportamentos delinquentes como atos-infracionais perpassa pela necessidade de mudança estrutural. Observa-se que grande parte destes adolescentes privados de liberdade ou em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade são oriundos de famílias com poder aquisitivo baixo, chefiadas em sua maioria por mulheres, sem a presença do pai ou companheiro, em ambientes em que estão presentes a violência doméstica e comunitária.

A falta de acesso a bens de consumo, tanto quanto a serviços essenciais à vida em uma sociedade capitalista que apregoa o individualismo e o consumismo exacerbado acabam por estimular estas crianças e adolescentes, cuja estrutura de desenvolvimento físico e psicológico estão se construindo, a lançarem mão de comportamentos delinquentes na busca pela obtenção de bens materiais dentre outros, que lhes possibilitem determinado status ou a ideia de pertencimento a um grupo ou nicho social.

A adolescência é um período crítico no desenvolvimento das relações sociais, momento em que os vínculos deixam de ser centrados na família deslocando-se para a relação com os pares, onde estes se sentem acolhidos, compartilham experiências, emoções e conhecimentos.

Percebe-se assim uma relação direta entre a precarização das relações familiares, o uso de droga, a influência dos pares e o baixo desempenho ou evasão escolar, como variáveis

contribuintes para o comportamento delinquente e antissocial. Podemos deduzir que a família possui um papel direto na conduta do filho durante a infância o que ocorre indiretamente na adolescência.

A literatura aponta que, a relação entre os pais, a rede social da mãe, a comunicação familiar, sua estrutura hierárquica, bem como, a metodologia educativa dos pais, são oriundas das primeiras percepções de mundo dos filhos, se estabelecem durante os seus primeiros anos de vida e constituem-se como variáveis relevantes para a conduta pró-social. Mas, as marcas deixadas por uma má infância, determinam na adolescência o refúgio para as drogas, o empobrecimento dos vínculos estabelecidos com instituições como a escola, a busca pelos pares e a conduta delinquente.

Acredita-se que a má qualidade das relações familiares e, conseqüentemente, o empobrecimento da rede social estabelecida na adolescência contribuem para a problemática do comportamento antissocial e delinquente.

Dentre outros aspectos a serem considerados, a existência de uma rede pessoal significativa saudável atua como fator de proteção minimizando a possibilidade do surgimento de situações problema, ou como no tema em estudo, o auxílio à ressocialização e fortalecimentos dos vínculos sociais e familiares.

Em suma, o trabalho realizado possibilitou evidenciar um caminho eficaz e possível na intervenção com a rede pessoal significativa, na medida em que a partir das reais possibilidades de cada um, condições de mudanças e de cuidado para com o outro foram propiciadas, implicando na melhoria das condições de vida dos adolescentes, no fortalecimento de sua rede pessoal, social e comunitária e na construção e efetivação de novas perspectivas.

REFERÊNCIAS

ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R. Criando Caim e Abel – Pensando a Prevenção da Infração Juvenil. **Ciência e Saúde Coletiva**, n.4(1), p. 131-144, 1999.

BRANCO, BM.; DEMARCHI, KA.; WAGNER, A. Adolescentes infratores e funcionamento familiar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v. 21, n.1, p. 125-132, 2008.

BRANCO, MB.; WAGNER, A. **A Medida de Atividade Externa dos Adolescentes Infratores Internos da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo e as Características da Rede Social e do Funcionamento Familiar**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Psicologia Social e da Personalidade, 2006.

CAPUTO, R.K. Parent religiosity, family processes, and adolescent outcomes. **Fam soc**, 85 (4), p. 495-510, 2004.

CEOLIN, L. **A Construção dos Vínculos Afetivos e Sociais do Adolescente em Conflito com a Lei**. Dissertação (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8.690/89. Conselho Nacional dos

Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, 2009.

FERNANDES, MIA.; YOKOMISSO, CT. Famílias e medidas socioeducativas: da fragilidade à autonomia. (Texto 12). In: JULIAO, EF.; ABDALA, JFS.; VIRGILIO, SS. (Org.) Delinquência juvenil, políticas públicas e direitos humanos. Biblioteca Cláudio Tourinho Saraiva. Rio de Janeiro, Novo Degase, p. 195-207, 2014.

GELLES, R. **Intimate violence in families**. 3 ed. London, Sage, 1997.

MINUCHIN, S. **Famílias – Funcionamento & Tratamento**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas. 1982.

MORE, C.L.O.O. As redes pessoais significativas como instrumento de intervenção psicológica no contexto comunitário. Paidéia. Ribeirão Preto, v.15, n.31, p. 287-297, 2005.

MULLER, F. et al. Perspectivas de adolescentes em conflito com a lei sobre o delito, a medida de internação e as expectativas. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, n.1(1), p. 70-87, 2009.

SANTOS, JC. O sistema penal como exploração do proletariado. (Texto 1). In: MAGALHAES, C.; MATTOS, V.; MAGALHAES, JLQ. (Org.). Desconstruindo práticas punitivas. **Grupo de apoio e familiares de pessoas em privação de liberdade/CRESS 6ª Região**. Belo Horizonte, p. 13-23, 2012.

SLUZKI, C.E. **A rede social na pratica sistêmica: alternativas terapêuticas**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1997.

SOUZA, Q.; QUANDT, C. Metodologia de análise de rede. (Texto 2). In: DUARTE, F.; QUANDT, C.; SOUZA, Q. (Org). O tempo das redes. **Perspectiva**. São Paulo, p. 31-63, 2008.

STOUTHAMER-LOEBER, MWE.; LOEBER, R.; MASTEN, AS. Desistance from persistent serious delinquency in the transition to adulthood. **Development and Psychopathology**, 16, 897-918, 2004.

VIDA DE JOVEM NA EJA

Maria Antonieta Teixeira¹
Kamila Ferreira dos Santos²

RESUMO

O presente artigo é um estudo descritivo, de natureza exploratória, que busca compreender o significado da educação nas vidas dos jovens do Ensino Médio, da Educação de Jovens e Adultos (EJA), do município mineiro de Cláudio, suas expectativas em relação à escolarização e inserção no mercado de trabalho. Atualmente, a EJA caracteriza-se pelo fenômeno da juvenilização, decorrente das mudanças colocadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que direcionou o jovem para a educação de jovens e adultos, ao reduzir a idade mínima de 18 para 15 anos, no Ensino Fundamental, e de 21 para 18 anos, no Ensino Médio. O termo Educação de Jovens e Adultos surge nos anos de 1980 em virtude da presença dos jovens nessa modalidade de ensino. Conforme a Lei 9.394/1996, em seu artigo 37, a EJA constitui uma modalidade de ensino da educação básica para aqueles que, na faixa etária apropriada, não tiveram acesso ou não obtiveram sucesso no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio Regular. Quem são os jovens que frequentam a EJA? Por que os jovens interrompem seus estudos? O que a educação representa em suas vidas? Quais são os seus projetos futuros? Esse conjunto de questões direcionou a pesquisa realizada. Os jovens responderam uma entrevista estruturada que perscrutou os motivos que os obrigam a abandonar a escola e, depois, a retomar os estudos. Argumenta-se que, mesmo com a interrupção dos estudos, os jovens acreditam que a educação seja o meio de melhoria de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude. Juvenilização. EJA.

ABSTRACT

This article is a descriptive, exploratory study that seeks to understand the meaning of education in the lives of young people in High School, Youth and Adult Education (EJA), the municipality of Cláudio in Minas Gerais, their expectations regarding schooling and insertion in the labor market. Currently, the EJA is characterized by the phenomenon of juvenilization, resulting from the changes introduced by the Law of Guidelines and Bases of National Education (BRASIL, 1996), which directed the youth to the education of young people and adults, reducing the minimum age of 18 for 15 years in Elementary School, and 21 to 18 years in High School. The term Youth and Adult Education emerges in the 1980s because of the presence of young people in this type of education. According to Law 9.394 / 1996, article 37, the EJA is a modality of basic education teaching for those who, in the appropriate age bracket, did not have access to or did not succeed in Elementary School or Regular High School. Who are the young people who attend the EJA? Why do young people interrupt their studies? What does education represent in their lives? What are your future projects? This set of questions guided the research carried out. The youths responded to a structured interview that examined the reasons for leaving school and then returning to school. It is argued that, even with the interruption of studies, young people believe that education is the means of improving life.

1 Professora da UEMG Cláudio. Mestra em Educação, Cultura e Organizações Sociais pela UEMG Divinópolis.
maria.teixeira@uemg.br

2 Aluna do curso de Pedagogia da UEMG Cláudio.

KEYWORDS: Youth. Juvenilization. YAE.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um estudo de natureza qualitativa e exploratória, que busca compreender o significado da escola nas vidas dos jovens do Ensino Médio, da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de Cláudio (MG)³, suas expectativas em relação à escolarização e inserção no mercado de trabalho. Atualmente, a EJA caracteriza-se pelo fenômeno da juvenilização, decorrente das mudanças colocadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que direcionou o jovem para a educação de jovens e adultos, ao reduzir a idade mínima de 18 para 15 anos, no Ensino Fundamental, e de 21 para 18 anos, no Ensino Médio.

O termo Educação de Jovens e Adultos surge nos anos de 1980 em virtude da presença dos jovens nessa modalidade de ensino. Conforme a Lei 9.394/1996, em seu artigo 37, a EJA constitui uma modalidade de ensino da educação básica para aqueles que, na faixa etária apropriada, não tiveram acesso ou não obtiveram sucesso no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio Regular. “O termo modalidade é diminutivo latino de *modus* (*modo, maneira*) e expressa uma medida dentro de uma forma própria de ser. Ela tem, assim, um perfil próprio [...]. Trata-se, pois, de um modo de existir com característica própria (BRASIL/CNE, 2000, p. 27).

Baseada numa concepção de política pública que reconhece e reafirma o dever do Estado de garantir a educação como direito de todos, a EJA pressupõe compreender a juventude e suas singularidades, possibilitando, assim, entender a própria sociedade contemporânea, cuja dinâmica revela as formas desiguais de uma vida limitada às condições do mercado de trabalho que, no caso de Cláudio, é alicerçado na indústria da fundição artesanal, que não requisita trabalhadores qualificados e, dessa forma, não cria vínculos com o sistema educacional.

O termo juventude, para o senso comum, corresponde a um ciclo de vida de passagem entre a infância e a idade adulta, quando ocorrem mudanças biológicas e psicológicas. A forma jovem de

³ O município de Cláudio está localizado na porção oeste do estado de Minas Gerais, na microrregião de Divinópolis e dista 150 Km de Belo Horizonte. Como um centro local, Cláudio atinge um reposicionamento na rede urbana, destacando-se como polo de educação superior, com a presença de uma unidade da UEMG, que polariza diretamente Carmópolis de Minas, Carmo da Mata, Divinópolis, Itaguara, Itapeçerica, Oliveira, Passa Tempo, Piracema e São Francisco de Paula.

ser e estar no mundo é moldada pelos adultos, principalmente pais e professores, que definem as normas sociais. Teoricamente, há um debate sobre o conceito de juventude (ABRAMOVAY; CASTRO; WAISELFISZ, 2015, p.23).

Peralva (1997) propõe compreender o fenômeno da juventude, não como natural, mas como fenômeno social e histórico, datado. O olhar sociológico ratifica tal postura, ao rememorar sempre a arbitrariedade das divisões, especialmente de idade. O que está em jogo é a divisão do poder; é a imposição de limites e a tentativa de colocar ordem para cada uma das partes. Nesse sentido, Bourdieu (2003, p. 151) afirma que “a juventude é só uma palavra”. A juventude é construída socialmente.

Como construção social, a juventude não pode ser entendida como uma única forma de ser jovem e nem constitui somente uma forma de transição para a vida adulta. Para Pais (1990), falar que a juventude é uma unidade social ou que possua uma cultura unitária é uma manipulação. Ou, por outro lado, afirmar que a juventude são grupos sociais que não tem nada em comum. São dois equívocos, segundo o autor português.

Dayrell (2008) recapitula as representações históricas que são associadas aos jovens. A juventude, ou é compreendida como condição de transitoriedade ou como um problema vinculado ao consumo de drogas ou à violência. A juventude pode também assumir um ideal romântico de liberdade ou representar uma categoria cultural. Essa visão reducionista acaba não considerando o jovem como sujeito de direitos, “[...] momento determinado [...]” em que a juventude “[...] assume uma importância em si mesma” (DAYRELL, 2003, p. 42).

Essa visão reducionista também é discutida por Teixeira (2017, p. 21), que afirma a necessidade de “compreender a juventude como uma etapa específica com possíveis regularidades e capacidades próprias” numa perspectiva alteritária, em que o jovem é sujeito e não o negativo do adulto. Dayrell (2007) propõe a categoria de condição juvenil como uma maneira de compreender jovem e sua maneira de ser e estar na sociedade. Enfim,

[...] a sociologia da juventude vai nos mostrar a complexidade que é definir essa categoria, exatamente porque ela é, ao mesmo tempo, condição social e um tipo de representação (GOMES & DAYRELL, 2004). Podemos afirmar que a juventude é uma construção social que pode ser vivenciada de maneira diferente, dependendo de condição social, gênero, raça ou religião do jovem, dentre outras variáveis sociais (NONATO; DAYRELL, 2018, p. 103).

Ao chamar a atenção para a tendência homogeneizadora do público da EJA, Silva (2009) considera que as vidas jovem e adulta são marcadas pela diversidade e especificidades próprias, as pessoas jovens e adultas são sujeitos com identidades, raça, gênero, classe social e orientação sexual diferentes. Portanto, o autor afirma que: “É no cotidiano das práticas de EJA que as diversidades cultural, etária, racial e de gênero se expressam” (SILVA, 2009, p. 63).

Silva (2009) considera importante que os profissionais da EJA discutam sobre a presença dos jovens e os motivos que os levaram a EJA. A presença destes jovens estudantes é capaz de causar um impacto muito significativo nas relações sociais e educacionais que se estabelecem no cotidiano das escolas, entre esses sujeitos. É necessário repensar os discursos e as práticas pedagógicas que atribuem aos jovens, principalmente aos pobres e negros, comportamentos violentos, de alienação e de desinteresse. Representa um desafio compreender os jovens como sujeitos jovens e não como “alunos” abstratos.

Silva (2009) concebe a juventude como “construção social que se realiza de forma diferenciada ao longo do processo histórico e nos diferentes contextos sociais e culturais, que sofre modificações e interferências nos entrecruzamentos com a classe social, o gênero e a raça” (SILVA, 2009, p. 60).

Borghi (2009) considera que o quadro de desigualdades sociais no Brasil não permite uma homogeneização do conceito de juventude porque aponta para a formação de diversos grupos juvenis. No grupo estigmatizado de EJA, Borghi (2009) faz uma tentativa para entender como os jovens estão significando sua experiência. Na condição de exclusão a que estão submetidos, os jovens da EJA guardam particularidades e marcas que configuram uma condição diferenciada.

Dessa forma, entender a condição juvenil é perceber o entrelaçamento de desejos e perspectivas de futuro, onde há características de transição para a vida adulta, e para a descoberta de interesses comuns com outros jovens que irão marcar e constituir uma identidade própria. A identidade juvenil se constitui na sua relação com o outro: a família, a escola, outro jovem (PEREIRA, 2015, p. 64).

Nesse sentido, cabe estabelecer a (falta de) relação entre cultura juvenil e cultura escolar. Há uma falta de sensibilidade no ato de rotular como *alunos*, os jovens e sua cultura associada à comunicação tecnológica, às artes e ao corpo, que acabam sendo fontes de conflitos e problemas nas escolas. Assim, “o espaço escolar é visto pelos jovens de maneira ambígua: algumas vezes, o lugar de socialização e de convívio com os amigos e outras, um lugar de conflitos entre os pares e

entre os alunos e os adultos da escola” (ABRAMOVAY; CASTRO; WAISELFISZ, 2015, p. 37).

A sociologia da juventude demonstra, enfim, a complexidade da categoria e a importância de se conhecer a condição social do jovem. Nesse sentido, a investigação baseou-se no (re)conhecimento dos jovens, sua condição socioeconômica e familiar, bem como a relação da educação e do trabalho em suas vidas.

METODOLOGIA

A pesquisa orienta-se segundo o marco compreensivo, em que a Sociologia propõe a subjetividade como um dos fundamentos do sentido da vida social e como constitutiva do social e inerente à construção da objetividade nas ciências sociais. Nesse sentido, busca-se identificar as representações sociais dos jovens, entendida como “pensamentos, ações e sentimentos que expressam a realidade em que vivem as pessoas, servindo para explicar, justificar e questionar essa realidade” (MINAYO, 2001, p. 71).

Para a investigação, realizou-se uma pesquisa qualitativa, que associou uma abordagem exploratória, sobretudo pela observação, para proporcionar uma maior familiaridade com o campo de pesquisa e uma aproximação com os envolvidos. Para a coleta de dados, foi adotado um questionário auto-aplicável que foi aplicada nos alunos do 2º ano, da EJA Ensino Médio. A pesquisa foi realizada na tradicional Escola Estadual Quinto Alves Tolentino, que oferece a modalidade EJA e fica localizada no centro da cidade de Cláudio (MG).

Quem são os jovens que frequentam a EJA? Por que os jovens interrompem seus estudos? Quais os motivos os levam a voltar para a escola? O que a educação representa em suas vidas? Quais são os projetos futuros? Esse conjunto de questões direcionou a pesquisa realizada. Argumentou-se que, mesmo com a interrupção dos estudos, os jovens acreditam que a educação seja uma estratégia de melhoria de vida, um meio de alterar o quadro de vulnerabilidade social em que vivem.

A análise foi organizada segundo quatro categorias: perfil dos jovens, situação familiar, caracterização socioeconômica dos jovens e vida escolar.

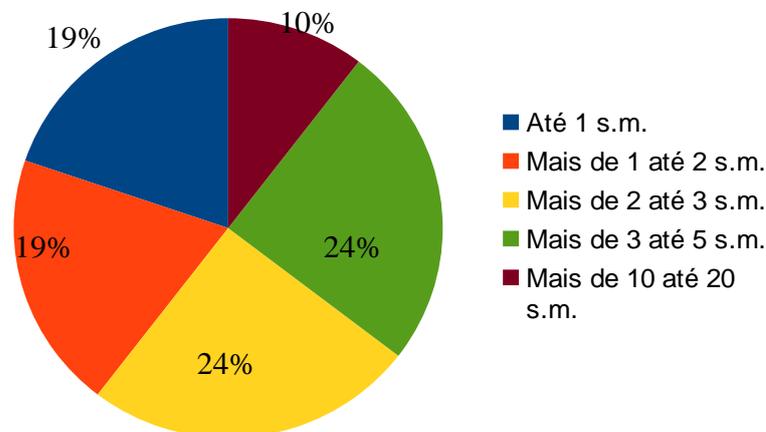
RESULTADOS E DISCUSSÃO

O universo da pesquisa compreendeu uma turma de 38 alunos, de 18 a 29 anos, cuja idade representa um critério de enturmação dos alunos. Há uma segunda turma de ensino médio da EJA formada somente por alunos adultos. Observou-se que, quando um aluno jovem apresenta problema disciplinar, ocorre o seu remanejamento para a turma de adultos, maneira de retomar o controle da turma jovem. A diversidade geracional acaba sendo utilizada como um marcador social da diferença que caracteriza hierarquizando.

É importante ressaltar que, dos 38 alunos da EJA, 55% deles responderam as perguntas propostas, ou seja, 21 alunos. Os outros 17 alunos devolveram o questionário sem responder, demonstrando pouca disposição para as atividades, a despeito das tentativas realizadas. Uma visão geral dos alunos/as revela que 42% têm 18 e 19 anos, sendo que 76% são de sexo masculino; 86% são solteiros. A renda familiar dos jovens entrevistados – 62% – concentra-se na faixa de até 3 salários mínimos.

Em relação à etnia e raça, os jovens autodeclararam-se 42% pardos, 25% pretos, 29% brancos e 4% não responderam. Então, 67% são negros. Apenas 10% tem renda familiar acima de 10 s.m. “As desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz da desigualdade social no Brasil que, por sua vez, está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social” (ABRAMO, 2006, p. 40).

GRAFICO 1 – Renda familiar dos jovens da EJA



Fonte: As autoras

A maioria dos jovens entrevistados – 76% – mora com os pais. Apenas um jovem mora sozinho e somente um jovem vive com o/a companheiro/a. 19% dos jovens possuem filhos menores de 5 anos de idade. A partir desses dados, é possível considerar duas situações. Por um lado, o adiamento da entrada para a vida adulta tradicionalmente associada ao casamento. De outro lado, a configuração de novos arranjos familiares, potencialmente vulneráveis, provocados pela presença de crianças pequenas.

Os pais dos jovens possuem baixa escolaridade, com ensino fundamental incompleto, e profissões que não demandam qualificação, como vigia, entregador, moldador, servente de pedreiro, agricultor e torneiro. As mães dos jovens possuem mais anos de estudo, que variam do ensino fundamental incompleto ao ensino superior incompleto, sendo que estão empregadas em atividades de prestação de serviços (cozinheira, doméstica, lavadeira, recepcionista e segurança de banco). Há donas de casa e funcionária pública. 19% dos jovens não informaram a escolaridade e profissão dos pais e mães.

Conclui-se que os pais dos alunos jovens apresentam uma trajetória escolar menor do que a dos filhos, sendo que 52% têm ensino fundamental incompleto, ou seja, os filhos podem ser os primeiros na família a concluir a educação básica. As mães ratificam a hipótese, pois 42% também não concluíram o ensino fundamental, ainda que 19% delas tenham terminado o ensino médio. De toda maneira, é perceptível a vinculação entre a baixa escolaridade e a desigualdade social, especialmente em relação ao trabalho.

Em relação à situação socioeconômica dos jovens, 85% trabalham com carteira assinada e

15% estão desempregados, há meses. As ocupações indicadas são cabelereira, faxineira, empregada doméstica, vendedor, operador de máquinas, pedreiro, servente, pintor, soldador e manutenção, moldador e fundidor, auxiliar de embalador, ferragista, carregador, auxiliar de serviços gerais. Observa-se que a maioria dos alunos trabalhadores atuam na cadeia de serviços da indústria de fundição ou metalurgia, característica do proletariado industrial local, marcado pelo taylorismo-fordismo.

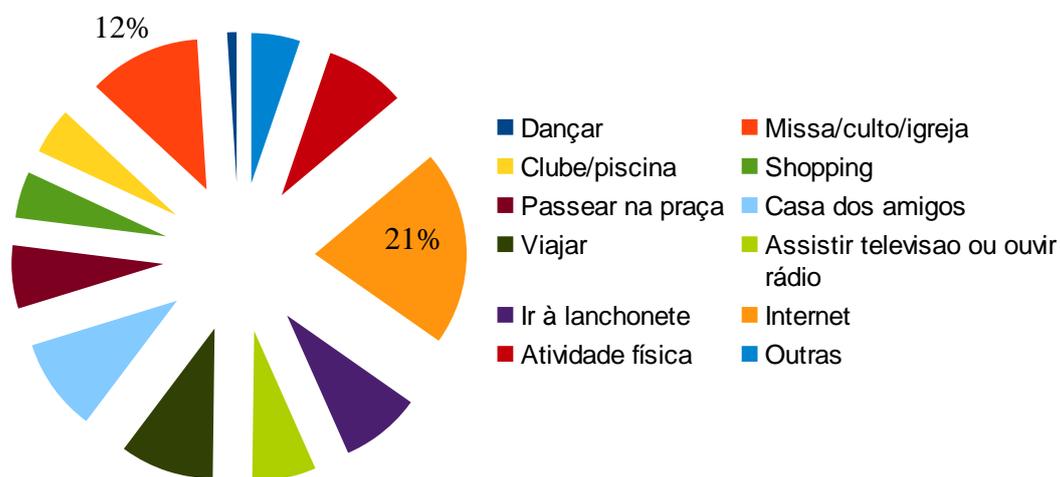
Cabe registrar que a economia de Cláudio é diversificada e presente nos setores primário, secundário e terciário. Uma ampla rede de fornecedores está presente no setor terciário da economia claudiense, como supermercados, lojas de departamentos, empresas de informática, autopeças, insumos agrícolas, agências bancárias, dentre outros. 80% da população ocupada é assalariada, sendo que 86% estão ocupados no setor da fundição. 57,4% dos trabalhadores locais recebem até 2 salários mínimos (IBGE, 2009).

53% jovens têm jornada de mais de 8 horas de trabalho, sendo que 89% têm salário de 2 s.m.. Vale registrar que 55% recebem apenas um salário mínimo. Vale destacar que a maioria usa os recursos para a própria manutenção e ajuda em casa. Aqui constata-se como o jovem entra para a vida adulta, assumindo responsabilidades de cuidado e sobrevivência familiar, caracterizando mais uma vez o quanto a vida do jovem pobre é um desafio. As condições se entrecruzam e acabam determinando o afastamento da escola. Aqui não se configura a chamada “irresponsabilidade provisória” (BOURDIEU, 2003, p. 153). Os jovens são adultos.

Atividades dos jovens de socialização, de comunicação e de consumo também foram pesquisadas, considerando a importância da dinâmica sociocultural na vida juvenil. Segundo a preferência, 21% dos jovens indicam a internet como a principal atividade, característica da cultura digital que colabora com o estabelecimento de novas sociabilidades. Teixeira (2017) constatou o apelo às tecnologias de informação e comunicação que foi apontado pelos jovens claudienses, tanto na área urbana, como na área rural, no Fórum da Juventude, evidenciando como a internet é importante no processo de socialização dos jovens, sobretudo nos seus modos de individuação.

Outra indicação foi a frequência às missas e cultos, cuja religiosidade é expressiva característica da cidade de Cláudio. A religião representa um *lócus* de sociabilidade e de ampliação dos espaços de formação de amizades.

GRÁFICO 2: Atividades desenvolvidas pelos jovens da EJA



Fonte: As autoras

Todos os alunos que responderam a pesquisa estudaram em escola pública, em toda a sua trajetória escolar. E 100% deles pararam de estudar, pelo menos uma vez. Questionados sobre o motivo, 90% responderam para trabalhar. Uma aluna jovem interrompeu os estudos pela gravidez e cuidado com o filho.

A escola significa o acesso para um melhor emprego: 86% dos jovens entrevistados consideram a escola importante para o futuro profissional, sugerindo que haja uma ligação com a preferência pelo ensino e pelas aulas na escola indicada por eles, na medida em que representa a possibilidade de mudança de vida. 44% disseram que o ensino e as aulas são o que eles mais gostam na escola.

Outra questão a ser destacada é a escola ser o local de encontro e socialização com os

amigos. 22% dos alunos vêm a escola como o lugar de sociabilidade e de estabelecimento de vínculos, caracterizando um sentido presente da escola nas suas vidas. Destaca-se ainda a indicação da “merenda” como elemento atrativo da escola, que merece ser investigado e extrapolou os objetivos da atual pesquisa.

Por outro lado, na sondagem sobre aquilo que os jovens menos gostam na escola, o número de respostas foi bem menor, indicando como a instituição tem significado para os alunos jovens. Daqueles que apontaram algum quesito que menos gostam, o principal são as regras, para 32%. As respostas sugerem a possibilidade de existência de normas impostas, que não consideraram a autonomia dos jovens alunos. Não há pactuação de regras. Nesse sentido, a indicação de professores e diretoria possivelmente representa a autoridade que desagrada a idade jovem, fase da irreverência e desafios.

Confirmando a indicação do ensino como uma das atividades mais prazerosas na escola, os jovens avaliam o ensino como ótimo (58%) e bom (42%). O relacionamento com os professores também foi bem avaliado. Na mesma direção, os jovens se vêem comprometidos com os estudos, sendo que 77% deles se consideram dedicados às atividades escolares.

Foi solicitado aos alunos que exemplificassem a relação entre o que estudam e o trabalho (atual/futuro). Os exemplos que surgiram foram os seguintes: fazer cálculos, contar; forma de falar; ser mais social; conviver com as pessoas e respeitar as diferenças; formação como policial. Um aluno respondeu que está na escola para sair do trabalho braçal e seguir uma carreira. O sentido da escola para os alunos corresponde ao projeto futuro de suas vidas – melhoradas.

CONCLUSÃO

A sociologia da juventude demonstra a complexidade da categoria e a importância de se conhecer a condição social do jovem que vê a escola a partir de dois sentidos principais: o presente, como lugar de fazer amigos e, o futuro, como possibilidade de mobilidade social. Nesse sentido, a pesquisa buscou compreender as mudanças da educação e da juventude, desnaturalizando relações e práticas que mascaram as desigualdades sociais. A escola encontra-se silenciosa, ainda.

A EJA vive um processo de juvenilização, quando os mais jovens que abandonaram a escola, voltam e retomam seus estudos. A compreensão dessa nova realidade precisa ser considerada pela própria escola, sobretudo para possibilitar que os jovens acessem seu direito à

educação. O jovem vive uma etapa específica de sua vida que deve ser levada em conta nos projetos pedagógicos e currículos da EJA. Não seria essa razão de 45% dos alunos não responderem a entrevista, demonstrando pouca disposição para as atividades? O campo permanece aberto para outras investigações.

Ainda que a economia formal do município de Cláudio (MG) seja hegemônica, há uma estreita vinculação entre os baixos salários e os tipos de funções realizadas. No caso da pesquisa, a pobreza e a juventude complexificam a realidade social claudiense, especialmente no âmbito da educação, que se vê frente ao desafio de formar um público distinto e que requer um projeto pedagógico apropriado.

Frente ao quadro de desigualdade social brasileira, a educação ocupa posição estratégica na formação emancipatória, faz-se necessário que os processos educativos da EJA estejam focados na diversidade dos sujeitos visto que, de acordo com a legislação brasileira, a EJA representa hoje uma nova possibilidade de acesso ao direito de educação. Com as palavras de Freire, “[...] aprender a ler e a escrever se faz assim uma oportunidade para que mulheres e homens percebam o que realmente significa dizer a palavra” (FREIRE, 2001, p. 59).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; WAISELFISZ, Júlio Jacobo. Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam? Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015.

BORGHI, Idalina Souza Mascarenhas. Juventude na educação de jovens e adultos : novos sujeitos num velho cenário. Universidade Federal da Bahia. Salvador BA. 2009

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. p. 151-162. 2003

BRASIL. IBGE. Disponível em www.ibge.gov.br Acesso em 100/08/2018

BRASIL. Lei 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDBEN. Presidência da República. Casa Civil. Brasília. 20.12.1996.

BRASIL/CNE. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf Acesso em 12/07/2018

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação. N.42. p. 40-52. 2003

_____. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Revista

Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007

DAYRELL, Juarez e GOMES, Nilma Lino. Juventude no Brasil: questões e desafios. 2008 mimeo.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

NONATO, Symaira Poliana; DAYRELL, Juarez Tarcísio. Juventude, trabalho e escola: reflexões sobre a condição juvenil. Revista Trabalho & Educação. Belo Horizonte. v.27. n.1. 2018

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. *Análise Social*, vol. XXV (105-106), 1990

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, ANPED, no 5/6. 1997

PEREIRA, Vanilda. Desejos que mobilizam adolescentes-jovens na sua relação com o Trabalho e com a Educação de Jovens e Adultos. Dissertação de mestrado FAE/UFMG. 2015

SILVA, Natalino Neves da. Educação de Jovens e Adultos: alguns desafios em torno do direito à educação. Revista Paidéia. Universidade Fumec. Belo Horizonte. ano 6, n. 7, p. 61-72. 2009

TEIXEIRA, Maria Antonieta. Juventude e alteridade In: VIEIRA, Alessandra Kelly; FERREIRA, José Heleno; ANDRÉ, Lenir Rosa (Org.). Direitos da criança e do adolescente. Belo Horizonte: EDUEMG. 2017